

UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS – UNISINOS
UNIDADE ACADÊMICA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO
NÍVEL MESTRADO

MARINA ZOPPAS DE ALBUQUERQUE

A COMUNICAÇÃO CIDADÃ NA MÍDIA DIGITAL:
CONCEPÇÕES E REALIZAÇÕES DOS SITES MNDH, DH NET E CONECTAS

SÃO LEOPOLDO

2012

MARINA ZOPPAS DE ALBUQUERQUE

A COMUNICAÇÃO CIDADÃ NA MÍDIA DIGITAL:
CONCEPÇÕES E REALIZAÇÕES DOS SITES MNDH, DH NET E CONECTAS

Dissertação apresentada como requisito parcial
para a obtenção do título de Mestre pelo
Programa de Pós-Graduação em Ciências da
Comunicação da Universidade do Vale do Rio
dos Sinos – UNISINOS

Orientador: Professor Doutor Alberto Efendy
Maldonado Gómez de la Torre

SÃO LEOPOLDO

2012

A345c Albuquerque, Marina Zoppas de.

A comunicação cidadã na mídia digital : concepções e realizações dos sites MNDH, DH Net e Conectas./ Marina Zoppas de Albuquerque. – 2012.

168 f. : il. ; 30 cm.

Dissertação (mestrado) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação, 2012.

"Orientador: Professor Doutor Alberto Efendy Maldonado Gómez de la Torre."

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

(Bibliotecário: Flávio Nunes – CRB 10/1298)

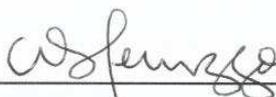
MARINA ZOPPAS DE ALBUQUERQUE

“A COMUNICAÇÃO CIDADÃ NA MÍDIA DIGITAL: CONCEPÇÕES E REALIZAÇÕES
DOS SITES MNDH, DH NET E CONECTAS”

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS.

Aprovada em 17 de agosto de 2012

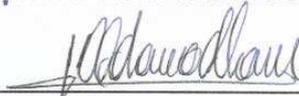
BANCA EXAMINADORA



Profa. Dra. Cicilia Maria Krohling Peruzzo – UMESP



Profa. Dra. Jiani Adriana Bonin – UNISINOS



Prof. Dr. Alberto Efendy Maldonado – UNISINOS

Aos meus primeiros mestres: Paulo e Isabel.

À Isadora por representar o que há de melhor no ser humano: a capacidade de amar.

AGRADECIMENTOS

O fechamento desse ciclo representa muito mais que o exercício intelectual e a dedicação de quase 30 meses de pesquisa e aprendizado na busca da construção do conhecimento. Representa relações, laços e acontecimentos que atravessaram a todo o momento a mim e a pesquisa. Sem eles os resultados seriam outros e eu, provavelmente, outra também. Por isso é preciso agradecer. Agradecer a todas as pessoas que fizeram os momentos, laços, relações e acontecimentos, únicos.

Agradeço ao Professor Doutor Paulo Peixoto de Albuquerque. Ele sabe o porquê.

Ao Professor Dr. Efendy Maldonado, meu orientador, por ter possibilitado o processo de aprendizado, pela convivência baseada na confiança e na autonomia.

Aos colegas e professores do PROCESSOCOM que contribuíram para a minha pesquisa de diversas maneiras.

Agradeço aos professores e professoras do PPGCC da Unisinos pelo aprendizado e pelos desafios lançados em todos os momentos de troca e convivência.

Ao Professor Dr. Solon Viola pela dedicação, persistência e luta por uma educação em direitos humanos e as tentativas de fazer um mundo mais justo. Também pelos incentivos e reflexões compartilhadas no grupo de pesquisa, no Comitê Regional de Educação em Direitos Humanos do Vale dos Sinos e nas leituras sugeridas que foram essenciais para o desenvolvimento desse trabalho.

Aos colegas (e companheiros de militância) do grupo de pesquisa de Educação em Direitos Humanos e do Comitê Regional de Educação em Direitos Humanos Vale dos Sinos pelas conversas, debates, dúvidas e reflexões compartilhadas, que contribuíram para o meu desenvolvimento como pesquisadora e militante.

Agradeço em especial ao encontro de jovens pesquisadores e pesquisadoras de diferentes lugares, denominado “a melhor turma dos últimos tempos”, pelos momentos de estudos, trocas, convivências que deixaram lembranças felizes e únicas. Um salve, salve especial para: Tabita, Lara, Dadylla, Márcia, Leslie, Adriana G., Raquel, Marlon, Rafael F., Giovanni, Felipe, Leon, Marcelo, Robert, Joel G. Parceiros de caminhada acadêmica que levo para vida. Obrigada pela generosidade e carinho de cada um de vocês!

Ao amigo e colega, que partiu prematuramente, Victor Folquening.

Ao Marco por reforçar planos, trazer sonhos para somar e rimar com os meus. E todo o apoio, carinho e amor na reta final desse processo!

A minha grande família: Zoppas, Albuquerque e Sarria, em especial ao meu pai – Paulo, minha mãe – Isabel – e a Ana Mercedes que em diversos momentos foram e são meu porto

seguro (meu lar doce lar com tudo o que isso representa) onde encontro amor e carinho. É o meu reestabelecer da alma.

Às minhas irmãs: Emília, Ana Marcela e a Paola por estarem presentes, mesmo com as distâncias geográficas. Ao meu irmão João Pedro por ter feito a Isadora. A Isadora, minha “visinha de quarto”, pelas descobertas (nos movimentos, nas brincadeiras, nos olhos admirados e no dia a dia) de um mundo cheio de curiosidades e amor.

Aos meus avós – Luiz e Cecy – pela aposta no meu desejo de estudar e ao possibilitarem um “financiamento” justo para a realização desse processo. Obrigada pela confiança e carinho.

As pessoas queridas, amigas, que compreenderam as ausências, os “nãos” e os silêncios e que foram/são essenciais para alegrar, colorir a vida nos dias felizes (e tensos também) e possibilitaram que eu caminhasse firme e com energia. Em especial a Simone e a Vera.

A Consuelo Quiroga pelo carinho, generosidade e confiança depositados no nosso período de convivência. Minha admiração pela forma de compartilhar conhecimentos, a vida e o amor.

Agradeço de forma muito especial à Prefeitura Municipal de São Leopoldo, na pessoa da Daniela Affonso, Primeira Dama e minha chefe, que nesse período me apoiou, não só para o desenvolvimento da pesquisa, mas para coordenar e executar o trabalho do seu Gabinete com confiança e autonomia. O amadurecimento se deu não só de forma acadêmica, mas profissionalmente também. Aos colegas de trabalho e amigos que foram essenciais nesse processo, André Musskopf e Pedro Spolaor.

Por último, mas não menos importante, as pessoas e aos movimentos sociais de direitos humanos, MNDH, DH Net e Conectas, que participaram da pesquisa e contribuíram para que eu chegasse ao fim desse ciclo.

RESUMO

Esta dissertação busca compreender as concepções e as estruturas dos sites dos movimentos de direitos humanos, o Movimento Nacional de Direitos Humanos (MNDH), o DH Net - Rede de Direitos Humanos e Cultura e a Conectas Direitos Humanos e suas inter-relações com os *internautas/cidadãos* nos processos de comunicação para o desenvolvimento de uma cultura de direitos humanos. O artifício epistêmico (teórico-metodológico e da definição do objeto-problema) se deu através dos movimentos de articulação da comunicação alternativa e da cidadania comunicativa, entendidas a partir de uma dinâmica que perpassa todas as instâncias da pesquisa, visto que os processos midiáticos digitais (concepção, estruturas e a produção do conteúdo dos sites) sinalizam modos de pensar e agir dos sujeitos produtores de comunicação, compreendidos como *internautas/cidadãos*. Buscamos nestes movimentos analíticos apreender aqueles elementos das processualidades da pesquisa, tais como as operações exploratórias e as indagações com os *internautas/cidadãos* das redes investigadas. A análise apontou que os *internautas/cidadãos* compreendem e se apropriam do espaço digital através dos sites e representam para eles: a) forma de expressão política, social, cultural e comunicacional, b) espaço de busca e circulação de informação, c) compreensão de sociedade e mundo que se expressam nos processos de lutas sócio-históricas. Os sites, em síntese, são entendidos como espaços públicos potenciais, que permitem e potencializam a participação democrática de diversos atores sociais na defesa dos interesses coletivos para uma sociedade mais justa e igualitária.

Palavras-chave: Comunicação Alternativa; Cidadania Comunicativa; Movimentos sociais de direitos humanos; Processos midiáticos digitais.

RESUMEN

Esta tesis trata de comprender los conceptos y las estructuras de las páginas web de los movimientos de derechos humanos, el *Movimento Nacional de Direitos Humanos* (MNDH), el *DH Net Rede de Direitos Humanos e Cultura* (DH Net) y la *Conectas Direitos Humanos* (Conectas), y la interrelación con los internautas/ciudadanos en los procesos de comunicación para el desarrollo de una cultura de derechos humanos. La elaboración epistémica, (definición metodológica y teórica del objeto-problema) se ha dado a través de la articulación entre la comunicación alternativa y la ciudadanía comunicativa entendida desde una dinámica que impregna todos los niveles de la investigación, ya que los procesos mediáticos digitales (de diseño, estructuras de producción y el contenido de la página web) indican la manera de pensar y de actuar de los productores/sujetos de la comunicación, comprendidos como internautas/ciudadanos. A través de estos movimientos analíticos hemos buscado captar aquellos elementos que componen el proceso investigativo, tales como las operaciones exploratorias y las indagaciones con los internautas/ciudadanos de las redes estudiadas. El análisis reveló que los internautas/ciudadanos comprenden y se apoderan del espacio digital a través de las páginas web, y representan para ellos: a) forma de expresión política, social, cultural y comunicacional b) espacio de búsqueda y de circulación de información, c) comprensión de la sociedad y el mundo que se expresa en los procesos de lucha socio-histórico. Las páginas web, en síntesis, son comprendidas como potenciales espacios públicos, que permiten e impulsan la participación democrática de los diversos actores sociales en la defensa de los intereses colectivos, hacia una sociedad más justa e igualitaria.

Palabras clave: Comunicación Alternativa, Ciudadanía comunicativa, Movimientos sociales de derechos humanos, Procesos mediáticos digitales.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Página inicial do site do Movimento Nacional de Direitos Humanos.....	95
Figura 2 – Página inicial do DH Net.....	99
Figura 3 – Página inicial do site da Conectas Direitos Humanos.....	102
Figura 4 – site DH Net > Macrotemas> Direitos Humanos.....	120
Figura 5 – site DH Net> macrotemas Direitos Humanos> Sistemas de Proteção de Direitos Humanos.....	121
Figura 6 – Seção de vídeos no DH Net.....	123
Figura 7 – Perfil no Youtube do DH Net Direitos Humanos.....	124
Figura 8 – Perfil da Conectas Direitos Humanos no Facebook.....	125
Figura 9 – Perfil da Conectas Direitos Humanos no Twitter.....	125

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AGEN – Agência Nacional Ecumênica de Notícias

AI – Arquitetura da Informação

CDHMP – Centro de Direitos Humanos e Memória Popular

CEEDH RS – Comitê Estadual de Educação em Direitos Humanos do Rio Grande do Sul

CENARTE – Centro de Estudos, Pesquisa e Ação Cultural

CNEDH – Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos

Conectas – Conectas Direitos Humanos

CREDH VS – Comitê Regional de Educação em Direitos Humanos do Vale dos Sinos

CONANDA – Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente

CORAID - Coraid Ether Drive

DH Net – DH Net Rede de Direitos Humanos e Cultura

ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente

EST – Escola Superior de Teologia

FHC – Fernando Henrique Cardoso

FIDH - Federação Internacional de Direitos Humanos

MNDH – Movimento Nacional de Direitos Humanos

MNLM – Movimento Nacional de Luta pela Moradia

MST – Movimento dos Sem Terra

OEA - Organização dos Estados Americanos

ONU – Organização das Nações Unidas

PEDH/RN - Programa Estadual de Direitos Humanos do Rio Grande do Norte

PNDH – Programa Nacional de Direitos Humanos

PNEDH – Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos

PROINFO - Programa Nacional de Informática, com o Sindicato dos Trabalhadores em Educação

PROVITA - Programa Estadual de Apoio e Proteção às Testemunhas, Vítimas e Familiares de Vítimas da Violência

PUC/SP – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

SIN – Sistema de Informação

SINASE – Sistema Nacional de Atendimento Sócio-Educativo

TIC – Tecnologia da Informação e Comunicação

UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul

UnP – Universidade Potiguar

OSISA - Open Society for Southern Africa

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO OU AS TRILHAS DA DISSERTAÇÃO	15
1.1 OBJETIVOS.....	19
1.1.1 Geral	19
1.1.2 Específicos	19
1.2 PROBLEMATIZAÇÃO.....	19
1.3 PERGUNTA GERAL DO PROBLEMA.....	21
1.4 PERGUNTAS ESPECÍFICAS DO PROBLEMA.....	21
1.5 JUSTIFICATIVA.....	??
2 NA TRANSMETODOLOGIA A CONCEPÇÃO PARA A TRILHA	25
2.1 O ENCONTRO DA TRANSMETODOLOGIA COM AS ESTRATÉGIAS DA NETNOGRAFIA.....	32
3 DIREITOS HUMANOS: UM MOVIMENTO REFLEXIVO	37
3.1 O QUE SÃO OS DIREITOS HUMANOS? A BUSCA DA COMPREENSÃO A PARTIR DOS MOVIMENTOS HISTÓRICO, FILOSÓFICO E POLÍTICO.....	37
3.1.2 Da compreensão do ser humano de direitos, aos Direitos Humanos	40
3.2 OS DIREITOS HUMANOS NA SUPERAÇÃO DAS RESISTÊNCIAS OU O LUGAR DOS MOVIMENTOS SOCIAIS.....	44
3.2.1 As Redes de Movimentos sociais de Direitos Humanos: MNDH, DH Net e conectas	51
4 COMUNICAÇÃO CIDADÃ: A BUSCA DA COMPREENSÃO DO CONCEITO	62
4.1 NA COMPREENSÃO DE CIDADANIA: A DIFERENCIAÇÃO NECESSÁRIA.....	62
4.2 A COMUNICAÇÃO CIDADÃ.....	72
5 O LUGAR DA COMUNICAÇÃO CIDADÃ NA MÍDIA DIGITAL: CONCEPÇÕES E ESTRUTURAS	83
5.1 OS MOVIMENTOS SOCIAIS DE DIREITOS HUMANOS EM REDE: ENTRE A REDE DE COMUNICAÇÃO DIGITAL E AS REDES DE MOVIMENTOS SOCIAIS.....	84

5.2 NAVEGAR É PRECISO: OS SITES MNDH, DH NET E CONECTAS DIREITOS HUMANOS.....	91
6 PROCESSUALIDADES METODOLÓGICAS: ABORDAGEM E APROFUNDAMENTO DO OBJETO EMPÍRICO.....	108
6.1 DA DEFINIÇÃO DOS SITES DOS MOVIMENTOS DE DIREITOS HUMANOS AS TRILHAS DE UM PROCESSO COMUNICATIVO.....	108
6.2 AS TRILHAS DO PROCESSO COMUNICATIVO.....	126
6.2.1 <i>Nas entrevistas com os Internautas/Cidadãos: Os Processos Comunicativos.....</i>	<i>131</i>
6.2.1.1 <i>MNDH: “a cultura da maioria da militância do movimento é uma cultura analógica”.....</i>	<i>132</i>
6.2.1.2 <i>DH Net: “O meu grande projeto é contar a história dos direitos humanos”.....</i>	<i>138</i>
6.2.1.3 <i>Conectas Direitos Humanos: “O impacto conseguimos medir por esse recurso que o site proporciona”.....</i>	<i>145</i>
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	152
REFERÊNCIAS.....	159
APÊNDICE A – ROTEIRO PARA ENTREVISTA DOS PRODUTORES DE COMUNICAÇÃO, INTERNAUTA/CIDADÃO APLICADO.....	168
ANEXOS – NEWSLETTER CONECTAS DIREITOS HUMANOS.....	169

1 INTRODUÇÃO OU AS TRILHAS DA DISSERTAÇÃO

Na pesquisa “A Comunicação Cidadã na Mídia Digital: Concepções e Realizações dos sites MNDH, DH Net e Conectas” analisamos os processos comunicacionais alternativos e cidadãos na mídia digital, investigados por meio das estruturas, ações e operações comunicativas dos espaços digitais desses movimentos sociais. Também, no percurso das processualidades teórico-metodológicas, problematizamos esses processos midiáticos por meio dos sujeitos/produtores de comunicação compreendidos por nós como *internautas/cidadãos*.

A pesquisa propõe elementos de discussão que nos permitam avaliar como essa realidade comunicativa pode contribuir para ampliar o exercício da cidadania e dos direitos humanos – entre os quais compreendemos o direito à comunicação. Esses processos comunicativos propiciam, por meio da apropriação do espaço digital, a transformação do espaço público com vistas à construção de uma sociedade autônoma e politicamente ativa, onde os direitos humanos sejam reconhecidos, respeitados e reproduzidos nas relações sociais.

Compomos essa dissertação em sete capítulos, sendo o primeiro a *Introdução ou as trilhas da dissertação*, no qual apresentamos a síntese, a problematização, as perguntas do problema-objeto, nossos objetivos e a justificativa da investigação.

O segundo capítulo, *Na transmetodologia a constituição para as trilhas*, apresentamos e refletimos sobre a concepção epistemológica dessa pesquisa – a *Transmetodologia*. Pesquisamos, estudamos, analisamos, refletimos e delineamos, a partir da elaboração e da compreensão do objeto-problema, as estratégias investigativas, criativas, vivas e adequadas a essa pesquisa. Também, nesse capítulo, nos inspiramos na *Netnografia* e em suas estratégias investigativas para desenvolver as processualidades trilhadas. Ressaltamos que as ações e deslocamentos se dão de modos *multimetodológicos*, na perspectiva da combinação de métodos, mapeamentos, reflexões, estratégias e lógicas para a problematização das contribuições teóricas e empíricas dessa investigação.

No capítulo três – *Direitos Humanos: um movimento reflexivo* - apresentamos as perspectivas conceituais, filosóficas, históricas e políticas dos direitos humanos, apoiados em autores como Benevides (2004), Bobbio (1992), Viola (2005, 2010), Comparato (1984), Ferreira Filho (2007), Dallari (2010), Melo (2010), entre outros. Este percurso inicia com os conceitos históricos normativos, passando pela Declaração Universal dos Direitos Humanos,

que compreende diferentes gerações de direitos, com características peculiares, fragmentados em categorias, com inter-relação entre as gerações.

Contextualizamos os cenários políticos, sociais e culturais dos direitos humanos ao direcionarmos nossa mirada reflexiva aos movimentos sociais e aos direitos humanos como resultados de práticas e relações sociais que buscam superar a resistência, nos amparando em autores como Hanna Arendt (1999), Vivarta (2006), Sallet (1998), Pasquino (2000), Brandão (2001), Maria da Glória Gohn (1995), Ilse Scherer-Warren (1996, 1999), Alain Touraine (1977, 1978, 1989), Dagnino (2006), Gramsci (2002), Sader (2010), entre outros. Buscamos apreender três redes de movimentos sociais de direitos humanos: MNDH, DH Net e Conectas, por entendermos que são movimentos que elaboram valores comuns ao orientarem suas ações. A partir da nossa leitura de Scherer-Warren (2006), compreendemos que são redes sociais onde os sujeitos sociais estão ligados.

Compondo a problemática da pesquisa, trabalhamos os vários conhecimentos a respeito da cidadania no capítulo quatro, *Comunicação Cidadã: a busca da compreensão do conceito*. Revisitamos vários pontos de vista da concepção de cidadania a partir de autores como Cheresky (2006), Garretón (1994, 1995), Dagnino (2006), García-Canclini (1999), entre outros, no intuito de contribuir na construção de uma noção de cidadania, na perspectiva de um conceito que possa ser relacionado aos processos comunicativos. Entendemos, neste sentido, que os movimentos sociais percebem cada vez mais a necessidade de apropriação e articulação dos meios para o acesso à comunicação e à informação. Entendemos que assim, buscam a democratização dos meios a fim de participarem da esfera pública e obter conquistas para a cidadania (WOLTON, 1998, 2003; CHERESKY, 2006; FERRY, 1992, 1998; MATA, 2004; SEGURA, 2010).

A reflexão nos direcionou para a compreensão dos processos comunicativos cidadãos por meio do diálogo entre os conceitos de Peruzzo (1998, 2002, 2004, 2008), Mata et. al. (2004, 2005, 2006, 2009), entre outros, em seus arranjos, dinâmicas, estruturações e expressões nos processos comunicativos, entendendo que esses (processos) são concebidos e criados nos movimentos sociais que compõem as redes para cumprir também um papel de formação, de conscientização, de resistência e integrar um conjunto de ações marcadas por decisões políticas e de lutas específicas dos direitos humanos e da cidadania.

Reconstruímos os processos comunicativos alternativos e cidadãos na mídia digital apoiados em autores como Cheresky (2006), Dagnino (1992), Ferry (1992), Garretón (1995), Huergo (2005), Kymlicka e Waine (1997), Martín-Barbero (2001, 2006, 2008, 2009), Mata et al (2001, 2002, 2006, 2009), Peruzzo (1998, 2006, 2009), Castells (1999, 2003, 2006, 2010),

Moraes (2001, 2003, 2006). Muitas inquietações nos tensionaram a problematizar a comunicação cidadã junto à mídia digital, porque esses processos requerem envolvimento e participação ativa dos sujeitos, permitindo articulação com a efetiva interação e uso das tecnologias de comunicação e informação.

Assim, chegamos ao quinto capítulo teórico da dissertação, *O lugar da comunicação cidadã na mídia digital: concepções e estruturas*, no qual relacionamos com as reflexões do capítulo anterior à mídia digital. Compreendemos que os processos comunicacionais digitais possibilitaram aos movimentos sociais o poder de informar e comunicar ao abrir brechas de atuação, que vão além do local ou do nacional, em um modo multidimensional, com expressividade diante das complexas estruturas culturais.

O espaço digital ganha maior relevância na nossa argumentação por possibilitar uma dimensão para as redes ao trazer à tona assuntos pertinentes aos movimentos sociais, num caráter interativo, rompendo os limites demarcados pelos meios de comunicação comerciais e hegemônicos. Também, a dimensão digital possibilita que conteúdos multimídia (hipertextos, sons, imagens, entre outros) circulem e viabilizem que os sujeitos se assumam como produtores de comunicação (*internautas/cidadãos*).

O processo comunicativo cidadão no espaço digital, para nós, está relacionado também à capacidade dos *internautas/cidadãos* se constituírem no *espaço público* por meio de demandas, e assim, intervir e propor sua proposta de sociedade nos diversos âmbitos relacionados a suas experiências, transformando-as em direitos e possibilidades. Desse modo a cidadania é resultado da presença no espaço público, que implica na expressão, reivindicação e acesso à informação, compreendidas como o saber sobre os assuntos públicos (MATA, 2006).

Além disso, a comunicação digital aponta para um potencial na constituição de um espaço público que passa a ser reinventado para o fortalecimento da cidadania e o direito à comunicação e à informação de uma forma democrática e participativa (CASTELLS, 1999, 2003, 2006, 2010; MORAES, 2000, 2001, 2003; MARTÍN-BARBERO, 2001, 2006, 2008; LEMOS, 2003).

No quinto capítulo também problematizaremos as estruturas dos sites dos movimentos sociais de direitos humanos investigados, por entendermos que suas arquiteturas possibilitam dimensões de comunicações, negociações, articulações, onde todos se comunicam com todos. Buscamos aportes teóricos em autores como Dênis de Moraes (200, 2001, 2003), Marcos Palácios (2002, 2003) e Luciana Mielniczuk (1998, 2002, 2003) por compreendermos que a arquitetura da informação traz aos elementos que perpassam o nosso problema-objeto a

possibilidade de analisá-los através dos espaços, fluxos, possibilidades de navegação, pois esses elementos determinarão um tipo de apropriação dos movimentos sociais em relação aos espaços digitais, definindo, também, um tipo de comunicação. Assim, navegamos nos três sites e apresentamos suas estruturas.

A concepção epistemológica, *Transmetodologia*, e os aspectos teóricos da dissertação apoiaram a constituição do objeto empírico, que necessitou também de reflexões, estratégias, delineamentos e movimentos criativos para a análise do objeto-problema. Nesse sentido, apresentamos o sexto capítulo *Processualidades Metodológicas: abordagem e aprofundamento do objeto empírico* onde expomos as estratégias adotadas durante a trilha percorrida, como a *pesquisa da pesquisa* em bancos de teses e dissertações, artigos, documentos, vídeos, entre outros. Também foi necessário (re) visitar e apreender concretizações para o tema da investigação e assim, refletir e problematizar as reformulações necessárias para o avanço na área.

A *pesquisa exploratória* foi de fundamental importância para a definição dos sites investigados. Os processos de observação, acompanhamento e mapeamento nos possibilitaram apreender configurações e realizações em movimentos de aproximação ao empírico. Assim, analisamos os processos comunicativos cidadãos através das estruturas dos espaços digitais e dos subsídios alcançados com a entrada em campo por meio de entrevistas aos *internautas/cidadãos*, produtores de comunicação dos movimentos sociais de direitos humanos.

As *entrevistas semiestruturadas* com os *internautas/cidadãos* foram fundamentais por possibilitar o entendimento das lógicas comunicativas para além das observações, a compreensão das características e táticas comunicativas dos sites, além da percepção da noção de cidadania e dos direitos humanos pertinentes para a investigação, a partir de cada movimento social.

As *Considerações Finais* são a síntese da elaboração do conhecimento gerado no processo investigativo, trazendo os aspectos reflexivos de fechamento desse momento da dissertação. Contudo, não temos a pretensão de compreender esse fechamento de maneira estanque ou inflexível, por compreendermos que os objetos são vivos e complexos. Buscamos, com isso, contribuir com a área das Ciências da Comunicação, bem como manter um diálogo com outras pesquisas que possam vir a ser realizadas.

1.1 OBJETIVOS

1.1.1 Geral

Compreender a concepção e a estrutura dos sites *DH Net*, *Conectas* e *MNDH*, com o foco nas inter-relações dos membros das redes (internautas/cidadãos) que participam desses processos comunicativos.

1.1.2 Específicos

- 1 Identificar as estratégias e táticas comunicacionais incorporadas pelos produtores dos sites que constituem um tipo de proposta social, comunicacional, cultural.
- 2 Analisar como se estrutura a concepção dos sites pesquisados na produção de conteúdos e veiculação de informações sobre/para os movimentos de direitos humanos.
- 3 Investigar se os sites possibilitam o desenvolvimento de uma comunicação entre os movimentos de direitos humanos que viabilize um ambiente para as práticas comunicacionais, de uma cultura de direitos humanos e de cidadania comunicativa.

1.2 PROBLEMATIZAÇÃO

Os direitos humanos e a formação da cidadania no Brasil vêm alcançando espaços e ganhando relevância na sociedade notadamente nas ações dos movimentos sociais (redes associativas, fóruns, conselhos de gestão compartilhada, organizações sociocomunicativas), em projetos e/ou políticas governamentais em curso. Essas ações podem ser compreendidas, principalmente, sob três orientações: primeiro no campo político/filosófico conceitual; o segundo, no repertório de práticas sociais relacionadas a questões singulares (de gênero, orientação sexual, étnica, racial) e, por último, na delimitação ou organização dos espaços de cidadania. Essas questões se apresentam na sociedade pautadas por uma problemática da realidade social que nem sempre se evidencia ou é reconhecida como fundamental para o exercício da cidadania.

A temática ganha relevância principalmente através das desigualdades e da exclusão econômica, social, racial e cultural, decorrentes de um modelo de desenvolvimento baseado na hegemonia do capitalismo, no qual as políticas públicas priorizam os direitos civis e

políticos, em detrimento dos direitos econômicos, sociais e coletivos¹. Essas desigualdades e exclusões são evidenciadas no modo como a sociedade brasileira assume ou rejeita as questões sociais e seus desdobramentos de dominação e sujeição, mostrando como essas [questões] e os elementos da violência têm um fundo constantemente recriado independente do seu momento histórico.

Destacamos, em um primeiro momento, que os direitos humanos podem e são entendidos como um conjunto de noções jurídicas que consolidam um tipo de sujeito social. No segundo momento, é exercício de poder sobre o indivíduo e o coletivo, porque é pensado como uma ação exercida sobre outra ação, como “governo” da conduta humana. Entretanto, mesmo que seus pressupostos éticos e processuais estejam garantidos pelos documentos normativos e legais e sejam entendidos como justos para uma parcela da sociedade, há entre o fato jurídico e o fato social uma distorção pelo modo como a mídia representa e retrata essas questões que se evidenciam no dia a dia, seja junto à população em vulnerabilidade social, ou pela maneira como é tratada a elite.

Nesse contexto, a interferência das mídias sobre os modos de entender o mundo, de sociabilizar, de comunicar e interagir, vem se dando de forma muito mais intensa, principalmente com os usos da comunicação digital, propiciando que redes se formem de modos diversos e diferentes e, assim, ganhem força no sentido de uma representação para a transformação social. Os movimentos sociais de direitos humanos, ao conceberem seus processos comunicativos, buscam a democratização e o acesso à comunicação e à informação, muitas vezes com poucos recursos, porém com a possibilidade de participação no exercício da cidadania.

O acesso à internet cresce no Brasil; chegamos a 43%² de internautas no último trimestre em 2012, o que favorece os aspectos dos processos comunicativos digitais por seu caráter interativo, interligando pessoas de diferentes lugares, mas fundamentalmente, oferecendo diferentes pontos de vista, informações, dados, sons e imagens das mídias hegemônicas. Dessa forma, ampliam-se as dimensões para os movimentos sociais de direitos humanos na concepção e estruturação dos espaços comunicacionais digitais, numa compreensão de um processo comunicacional alternativo ao oferecerem outras percepções, ampliam suas formas de atuação e mobilização, se contrapõem às mídias comerciais e

¹ Modelo de desenvolvimento aqui é entendido como sendo a forma como se organiza um projeto de sociedade baseado na produção em escala, voltado para o consumo, predador em relação à natureza e essencialmente individualista.

² Conforme site do UOL disponível em <http://portalimprensa.uol.com.br/noticias/brasil/50606/pesquisa+revela+que+824+milhoes+de+brasileiros+acessam+a+internet> – último acesso em 17 de junho de 2012.

hegemônicas e às suas informações. Também constituem uma esfera pública que não está sujeita a regulações externas e possibilita a cidadania comunicativa ao dar voz para expor interesses individuais e coletivos daqueles a quem representam e suas propostas de sociedade democrática e justa.

Assim é que surgem os objetos de referências da nossa investigação, os sites do Movimento Nacional de Direitos Humanos (MNDH), DH Net - Rede de Direitos Humanos e Cultura e a Conectas Direitos Humanos, entendendo que esses espaços comunicacionais podem ampliar, produzir e provocar o debate das pautas referentes aos direitos humanos, principalmente entre os membros das redes de movimentos sociais voltadas à temática. Partimos do pressuposto de que esse processo comunicativo é concebido, elaborado e estruturado a partir das dinâmicas dos movimentos sociais que constituem as redes de movimentos sociais de direitos humanos, que lhe darão sentido e significado (PERUZZO, 1998, 2001, 2004, 2006, 2009), ao buscar a transformação social através de uma cultura de direitos humanos. Assim, buscamos compreender na concepção e nas estruturas dos sites, com foco no processo comunicativo, as propostas de sociedade, cultura e cidadania dos movimentos, no esforço de encontrar e analisar como são transmitidas.

1.3 PERGUNTA GERAL DO PROBLEMA

Como se configura, no processo comunicacional digital, a concepção e as realizações dos sites DH Net, Conectas, e MNDH, tendo como perspectiva uma proposta de comunicação cidadã?

1.4 PERGUNTAS ESPECÍFICAS DO PROBLEMA

- Como se constroem as propostas/lógicas comunicacionais dos sites DH Net, Conectas e MNDH?
- De que forma os sites viabilizam práticas de uma cultura de direitos humanos e de uma cidadania comunicativa?

1.5 JUSTIFICATIVA

O processo de redemocratização do país é determinado pela mudança de projeto de sociedade: o neoliberal. Esse projeto traz em suas premissas o Estado mínimo e o mercado

como referência central da economia. É marcado pela expropriação de direitos, privilegiando mecanismos de mercado, ao oferecer recursos para a precarização das relações de trabalho, e por substituir o conceito de direitos pelo de oportunidades ao afirmar que a competição entre os mercados e o consumo é necessária para o desenvolvimento.

Os processos midiáticos acompanharam as mudanças e foram diretamente afetados por elas no período da ditadura militar, com a repressão da expressão de opinião e liberdade de imprensa, que forçou os movimentos sociais a buscarem novas formas de se comunicar, mobilizar, informar e articular-se através de meios próprios e alternativos, em que “os comunicadores tinham que ser criativos e corajosos para não se deixar levar pela autocensura, que resultava no medo de sofrer punições (...), por serem consideradas subversivas” (SUZINA, 2004, p. 233).

Observa-se nesse período o fortalecimento das mídias hegemônicas (a exemplo da Rede Globo), ao mesmo tempo em que se acentua a necessidade dos movimentos sociais se apropriarem dos mecanismos de concepção e produção dos meios de comunicação para romper com os limites estabelecidos, na busca de espaços que lhe garantam a manifestação das suas lutas, bem como a garantia do direito ao acesso à comunicação e à informação.

Importantes pesquisadores³ das Ciências Sociais e Humanas, especificamente na área da Comunicação, passaram a investigar e desenvolver problematizações referentes aos modos comunicacionais dos movimentos sociais, comunitários e populares, abrindo o campo para o conceito da Comunicação Comunitária, Popular e Alternativa “por tratar-se de uma forma de expressão de segmentos excluídos da população, mas em processo de mobilização visando atingir seus interesses e suprir necessidades de sobrevivência e de participação política” (PERUZZO, 2006, p. 2). Contudo, os contextos comunicacionais dos movimentos sociais demandam investigações, revisitações, reatualizações, de forma a tratar as realidades em seus múltiplos aspectos na contemporaneidade.

No processo de redemocratização do país, vários espaços foram possibilitados para trazer à sociedade a pauta dos direitos humanos, na atuação dos movimentos sociais, bem como o tema para agenda política do Governo e dos meios de comunicação⁴. Entretanto, o

³Além dos autores referidos no decorrer dos textos desta dissertação, pesquisando em *sites* acadêmicos de referência, figuram nomes, como Regina Festa, Cícilia Peruzzo, Gabriel Kaplún, entre outros.

⁴O projeto Direitos Humanos e Mídia foi realizado no ano de 2001 a partir do Consórcio Universitário pelos Direitos Humanos e a Fundação Friederch Ebert – ILDES, com o apoio da Secretaria Nacional de Direitos Humanos e da UNESCO, o projeto promoveu vários debates e gerou a publicação do *Manual de Mídia e Direitos Humanos*. Neste Manual apresenta ainda textos do GT de Mídia, ocorrido no I Colóquio Anual de Direitos Humanos de São Paulo, no mesmo ano.

tratamento dado aos direitos humanos muitas vezes não ultrapassa a leitura reducionista do “denuncismo” ou “defesa de bandido”.

Compreendemos que a relação dos movimentos dos direitos humanos com as mídias surge num ambiente de dualidade, pois ao mesmo tempo em que os movimentos precisam enfrentar - e seguidamente enfrentam - campanhas difamatórias, tentam espaços na própria mídia, nos quais travam embates ideológicos na tentativa de entendimento com o objetivo de conseguir ampliar a visibilidade dos temas, buscando diminuir os preconceitos e o alcance de suas propostas. Ampliar espaços de debate e compreensão a fim de formar outro entendimento dos direitos humanos e dos movimentos em sua defesa, apresenta-se como um fator fundamental para superar o reducionismo midiático.

A preocupação do descompasso entre o teor das coisas vivenciadas e o teor da verdade das informações recebidas das mídias pelos cidadãos é um dos fatores que permite o surgimento e a multiplicação de um grande número de movimentos sociais. E as desigualdades relativizadas pelas mídias, ao enfatizarem a perspectiva assistencialista, minimizam a possibilidade dos sujeitos, entendidos como públicos, serem proprietários de direitos.

A constituição do cidadão como público⁵ e o atravessamento das mídias nos leva a refletir sobre o lugar dos processos comunicacionais. Esses se configuram como sendo um dos modos de enfrentamento⁶, pois são uma forma de existir e delinear um jeito de ser. Não são práticas mecânicas, transitivas. Ao contrário, são práticas internacionalizadas, marcadas pela simbolização. Instauram-se no modo como as pessoas transmitem informações e comunicam o prolongamento das forças sociais e/ou dos sujeitos sociais que têm vez e voz. Dessa forma, os processos comunicacionais se constituem em uma nova concepção da cidadania⁷.

O espaço digital possibilitou trazer as múltiplas visões de mundo e conhecimento e a abrigar forças, ímpetos e interesses contraditórios àqueles pautados pela mídia. Montardo (2005) aponta para o senso comum quando afirma que o espaço digital (internet) se coloca

⁵ Segundo Mata (2009, p.184) “la centralidad indiscutible de los medio multiplica la significación que adquiere para considerar la cultura de nuestro tiempo, la figura de los individuos que somos alcanzados por ellos: el público”. Entendemos como um objeto complexo – o ser público, postulando sua condição de formação social, e referência identitária, construída a partir de múltiplas interpelações. Contribuindo para o modo como os indivíduos se reconhecem e atuam nas sociedades midiáticas.

⁶ Para Mata (2009, p. 184) “los destinatarios de los medios se volvieron productores: ya no receptáculos de sentidos preconstituídos, términos pasivos de operaciones de transmisión sino sujeto activos de una compleja relación.”

⁷ Há uma passagem tensa da condição de públicos dos meios para a condição cidadã. É possível ainda dizer que está associado o exercício cidadão ao compromisso do sujeito com a “coisa pública”, ou seja, o compromisso em participar da construção coletiva de projetos sociais.

como matriz de sentido da sociedade contemporânea e, ao ser pautado, ganha vida no dia a dia, dinamizando e concretizando-se em práticas sociais.

Para os atores sociais, a apropriação do espaço digital possibilitou a disponibilização, em qualquer espaço-tempo, de variadas atividades, formas e expressões de vida. Dessa forma, nos interessam os sites do *MNDH*, *DH Net* e *Conectas*, que contextualizam o cenário dos movimentos sociais de direitos humanos, na promoção de uma cultura em direitos humanos, a partir das concepções e estruturas dos seus espaços digitais, favorecendo o debate público sobre os temas importantes da pauta nacional e internacional, como também o intercâmbio de informações entre os movimentos sociais que compõem as redes de direitos humanos.

A pesquisa se desenvolveu a partir de muitas das nossas inquietações, inicialmente na nossa caminhada profissional junto aos movimentos sociais de direitos humanos. Com o processo de desenvolvimento profissional, outros espaços foram ocupados, porém permanecemos na área dos direitos humanos, seus movimentos sociais, debates e articulações.

A relação da mídia com o tema dos direitos humanos esteve presente nas vivências, nas falas dos militantes nos espaços de troca, nas observações, nas ideias e apontaram questionamentos. Assim, em decorrência das observações, das escutas e da experiência como profissional da área de comunicação é que surgem as primeiras ideias para a investigação. Contudo, nos direcionamos aos processos midiáticos que são produzidos *em* e *para* a rede de movimentos sociais, problematizando os espaços digitais investigados a partir da comunicação alternativa e da cidadania comunicativa.

Essa problematização tomou forma com o diálogo teórico e metodológico desenvolvido no processo de pesquisa que nos remeteu a realidades desses movimentos sociais. Acreditamos que nossa pesquisa possa contribuir para as Ciências da Comunicação por buscar avançar nas teorias próprias da área e provocar movimentos ao apresentar elaborações teórico-metodológicas.

2 NA TRANSMETODOLOGIA A CONCEPÇÃO PARA A TRILHA

Pensar metodologia pressupõe um olhar sistemático sobre o objeto de pesquisa, pois é a partir de certos indicativos do fenômeno a ser investigado que será possível tornar presente relações lógicas, assim como a possibilidade de entender os significados sob o ponto de vista da construção do pensamento e da experiência social. Nesse entendimento, refletir sobre a metodologia busca evitar no processo analítico a simplificação e disjunção que modulam tipicamente o paradigma clássico da causalidade cartesiana que tende a provocar estragos quando desconsidera a complexidade das relações sociais de produção (BAUER & GASKELL, 2002; MALDONADO et al, 2006, 2008, 2011; TAYLOR & BOGDAN, 1996; SANTAELLA, 2001).

Podemos afirmar que as escolhas metodológicas de um trabalho de pesquisa não é meramente uma escolha pessoal do pesquisador, que se dá de forma aleatória, sem vínculos ou descontextualizada. São escolhas que nos levam a reflexões profundas sobre a pesquisa, nos colocando questões que movimentam estruturas, crenças e valores. Esse processo acontece simultaneamente com a aproximação e construção ao objeto empírico que é revisado e revisitado a cada novo passo dado no desenvolvimento da pesquisa. O enquadramento metodológico não pode ser arbitrário e quando cuidadosamente revisto como ferramenta, promovem marcas que por se repetirem, evidenciam tensões que direcionam o reconhecimento da problemática proposta pelo tema de pesquisa.

A escolha de um encaminhamento metodológico não deve ser reduzida a uma opção de caráter apenas instrumental e técnico, mas uma estratégia analítica que se diferencia ao permitir múltiplas abordagens metodológicas para dar conta do multifacetado das relações sociais. Santos (2006, p.89) nos fala sobre a complexidade das diversas experiências sociais que não conseguem ser explicadas por uma teoria geral, propondo assim, um “trabalho de tradução, um procedimento capaz de criar inteligibilidade mútua entre experiências possíveis e disponíveis sem destruir a sua identidade”. Complementando esse pensamento, Maldonado (2006) afirma que “as operações e procedimentos de pesquisa não são rituais repetitivos, mecânicos, simplesmente aplicativos de receitas gerais elaboradas pelos outros” (p.286). Lacerda (2009) nos lembra que o pesquisador precisa ter claro que o método sendo um processo de construção, é um “mapa”, não um “território”, que exige operações complexas para nos aproximarmos da realidade que nos propusemos na investigação.

Muito mais do que desenvolver um itinerário conceitual e metodológico que propõe interfaces entre áreas de conhecimento como as Ciências Humanas (Sociologia, Ciências

Sociais Aplicadas e Comunicação), ou organizar diferentes técnicas de pesquisa (resenha bibliográfica, análise de documentos de fontes indiretas e secundárias, entrevistas, etc), o processo de pensar metodológico sinaliza uma intencionalidade que se dá de forma que o leitor não perca o tema e eixo no qual todo o trabalho de pesquisa esta montado. Bachelard (1981, p.116) afirma que “uma das características mais recentes da epistemologia contemporânea é o fato das diferentes abordagens experimentais do real que se revelam solidárias de uma modificação axiomática das organizações teóricas”.

As escolhas teóricas, assim como as metodológicas, sustentam os processos políticos e articulam o teórico ao (re) elaborarem uma epistemologia que permita o trânsito dinâmico, criativo, onde o pesquisador tem papel fundamental na construção do conhecimento, principalmente porque este “necessita ter consciência de que ele próprio faz parte do objeto investigado, uma vez que ele mesmo é sujeito (ator) social” (FOLETTTO, 2011, p. 193). Para Bourdieu (1999), nesse contexto, a preocupação maior é em relação ao controle, a necessidade de “submeter às operações da prática sociológica à polêmica da razão epistemológica para definir e, se possível, inculcar uma atitude de vigilância (...)” (BOURDIEU, 1999, p.11) e ressalta a necessidade de “levar em consideração todas as ferramentas conceituais ou técnicas que permitam dar todo o seu vigor e toda a sua força de verificação experimental” (1999, p.10). Em outras palavras, é preciso estar atento às próprias ideias e praticar a vigilância epistemológica, questionando a *práxis* e o mundo no qual estamos inseridos como pesquisadores.

Desse modo, podemos dizer que envolve toda uma série de questões que estão relacionadas com a perspectiva teórica do pesquisador, que se propõe ao contato com a realidade a ser pesquisada, desdobrando-se em definições operacionais necessárias ao desenvolvimento da pesquisa. As escolhas demandam um conhecimento aprofundando sobre a capacidade criativa e reflexiva em seus julgamentos, na aplicação de um caminho lógico, como também a construção da moldura teórica e/ou marco interpretativo que pode trazer para a compreensão do tema outro olhar. Independente disso trata-se de uma tentativa analítica que pode ser entendida como opções e decisões que são necessárias no processo investigativo (MALDONADO et. al, 2006, 2008, 2011).

Assim o pesquisador por meio de suas estratégias, escolhas e *práxis* metodológicas se torna um produtor social (MALDONADO, 2002), transformando a si e seu objeto de

pesquisa, ou seja, é a construção de um *Ethos*⁸ como dinâmica da pesquisa, que se desenha nas diversas interações entre o pesquisador e o objeto.

Adotamos assim, a perspectiva metodológica a partir da *transmetodologia*, que coloca o pesquisador frente ao desafio de construção do conhecimento, uma vez que não há modelos, nem percursos previamente determinados. Buscar aportes do que “há de melhor” em outras áreas de conhecimento, demanda uma aproximação sutil, entendendo que os saberes são extremamente amplos, para serem dominados plenamente, ao mesmo tempo, que se faz necessário o específico para dar conta da pesquisa em comunicação.

Para a o desenvolvimento da pesquisa e assim, do conhecimento científico, nosso objeto empírico será constituído através de observações, experimentações com método de acordo com as concepções metodológicas, pois é um “constructo científico, um resultado não a priori (...)” (MALDONADO, 2008, p. 39) que se apresenta dinâmico e que as interpretações, assim como a realidade são subjetivas e individuais e requerem “mediação do pensamento, inserção da lógica interna, estrutura, no conteúdo profundo e no movimento integral da sua processualidade” (MALDONADO, 2008, p.39).

Desta forma, será através da articulação, cruzamento, atravessamento dos mais diferentes campos, disciplinas e teorias relacionadas ao concreto, no qual o pesquisador se encontra que a investigação caminhará para uma concepção transdisciplinar (teorias sociais, econômicas, históricas, comunicação, política, etc.) que ultrapassará as fronteiras, exigindo novos movimentos de epistême, diferente de certezas daqueles (movimentos) planejados e legíveis. Virgínia Sá Barreto (2008) nos ajuda a compreender esse movimento ao afirmar que

A epistemologia *na pesquisa* como instância da reflexão filosófica, [é] o espaço do exercício das regras de argumentação e das lógicas advindas da filosofia, que permitem estabelecer a ruptura do *objeto científico*. Logo, todas as instâncias têm suas especificidades, mas são indissociáveis.⁹ (BARRETO, 2008, p. 57)

Nesse processo se propõe o pensar transmetodológico que permite ao pesquisador uma postura científica mais aberta, ao reconhecer as fronteiras como dinâmicas e possibilita a

⁸ Muniz Sodré (apud Maldonado, 2002), "Eticidad y campo comunicacional sobre la construcción del objeto" in Maria Immacolata Lopes y Raúl Fuentes (Compós). **Comunicación campo y objeto de estudio/Perspectivas reflexivas latinoamericanas**, p. 149-160: "Forma social (para la sociología del linaje de Georg Simmel) o forma de vida (Wittgenstein) pueden equivaler a la noción de **ethos**. Y no hay **ethos** sin un ambiente cognitivo que lo dinamice, sin una unidad dinámica de identificaciones de grupo, que es su modo de relación con la singularidad propia, esto es, la cultura; ahí actúan las formas simbólicas que históricamente orientan el conocimiento, la sensibilidad y las acciones de los individuos." (p. 154)

⁹ Grifo do autor.

confluência e o atravessamento de métodos que valorize a subjetividade dos sujeitos. Além disso, o ato de investigar requer teorização e práticas metodológicas renovadoras que considerem a multidimensionalidade e multicontextualidade dos processos midiáticos.

A *transmetodologia* tem por fim estabelecer um itinerário lógico de aproximações, observações, problematizações, registros na qual a (re) definição de caminhos a serem percorridos pelo investigador podem múltiplos movimentos, entre eles:

- a) O primeiro através da construção discursiva fazendo a genealogia dos sentidos por meio de textos e/ou hipertextos com a intenção de entender a forma como se constrói um dado ordenamento – a representação do objeto de pesquisa estudado;
- b) O segundo é de desconstrução, explicitando a ambivalência, o desenquadramento, o imprevisível, as “sobras”, que emerge das relações sociais e, com isso, romper a “epistême da ordem” que nem sempre permite a experimentação.

Pode-se dizer que a transmetodologia está relacionada com a distinção entre experiência e experimentação¹⁰ porque não se estabelece apenas como uma diferença entre dois conjuntos de propriedades, senão que se manifesta como uma ruptura nas relações e no sentido em que se dão essas relações. Assim, ao unir diversas áreas do conhecimento, a transmetodologia, transforma o ato da pesquisa em um movimento contínuo, uma busca constante não por um modelo de experiência, mas pela experimentação em si.

Nesse contexto, o processo epistêmico tem suas nuances visto que enquanto escolha não é somente uma opção é também uma escolha política, fato que necessita ser destacado em seus sentidos. Norris (2007, p.43) contribui na reflexão ao afirma que “supor que as coisas são de outro modo, é atrair a objeção de autocontradição manifesta, visto que isso envolve a pretensão de conhecer aquilo que está além do nosso máximo alcance epistêmico”. Articular conceitos e concepções teóricas exige não só marcos interpretativo transformadores, mas também estratégias metodológicas transformadoras que superem o predomínio das perspectivas funcionalistas que tem no pragmatismo e no utilitarismo seu cenário narrativo. Interpelar formalismos das metodologias de pesquisa positivistas exige movimentos que incluam as estratégias *multiléticas*¹¹, paradoxais, no qual a intuição e a sensibilidade estética

¹⁰ Experimentação aqui é entendida como conceito que remete a processos abertos, plurais e inconclusos. Nesse sentido é diferente do entendimento corrente que faz da experimentação o equivalente de experiência entendido como um conjunto de ações determinadas e que, portanto, segue um dado roteiro lógico, fechado e por isso mesmo controlável.

¹¹ Reconhecer que o mundo precisa ser transformado, porém, de forma substancialmente distintas ao que as estratégias e concepções tradicionais modernas o fizeram: depredando-o. Essa transformação requer um aprendizado que coloca a razão *multilética*, e não a razão instrumental, como eixo articulador de revoluções culturais técnico/científica. Todas as necessidades necessitam configurar-se, em especial as mais críticas, de modo tolerante, sábio, diálogo, democrático, solidário e artístico. Nessa dinâmica, os conhecimentos científicos

sejam também os elementos constitutivos de uma fundamentação que permita inovar na experimentação (MALDONADO, 2002, 2008, 2011).

Ao falar de metodologias, no plural, nos referimos às múltiplas possibilidades de abordagem metodológica que têm na experimentação uma contribuição ao entendimento do real. Conhecer como um determinado grupo social constrói seu conhecimento, quais os elementos e práticas presentes na construção/reconstrução de uma percepção, implica compreender como a narrativa se apresenta, se torna substrato constitutivo da formação de um modo de pensar a realidade, que segundo Maldonado (2008, p. 29) é “multidimensional, multicontextual, dinâmica, multicultural, civilizadora e *exige* a formulação de estratégias e modelos metodológicos adequados aos desafios de compreender a sua complexidade”.

No processo da pesquisa na busca da construção do conhecimento os movimentos de pensar a metodologia “implica a realização de intensos movimentos de caráter cognitivo, lógico, vivencial, histórico e político” (MALDONADO, 2002)¹² onde há a articulação de diferentes campos, disciplinas e teorias relacionam-se, criando um movimento de transdisciplinariedade, processo que caminha na perspectiva transmetodológica que se articula, segundo Maldonado (2002)¹³

Com a dimensão transteórica de forma aprofundada, audaciosa, inventiva, rigorosa e humilde. A passagem do transdisciplinar como enunciado formal ou retórico para uma concepção de pesquisa crítica transformadora cobra um esforço singular de fundamentação teórica e experimentação metodológica, buscando potencializar a construção de pensamentos e estratégias além do disciplinar (trans), juntando lógicas e redes conceituais em arranjos formuladores de orientações suscitadoras para a práxis de pesquisa em comunicação.

Santos (2006, p.78) contribui nessa reflexão ao afirmar que “a comunicação e a cumplicidade epistemológica assenta na ideia de que não há uma só forma de conhecimento,

requerem liberar-se de sua restrição mercantilista para socializar-se no conjunto social. Pesquisa e desenvolvimento não podem ficar restritos a ótica do mercadejos, são bens sociais humanos, que podem produzir importantes contribuições para o enriquecimento humano integral. (MALDONADO, 2008, p.36). Na concepção de Maldonado (2008, p. 36) *multilética* refere-se à compreensão dos processos, fenômenos e práxis de inter-relacionamentos dialéticos múltiplos, que expressam a densidade e riqueza do concreto em movimento. Contradições, conflitos, nexos, inter-relações, nesta perspectiva, não têm formatos nem dicotômicos, nem triádicos, nem finitos. As possibilidades são múltiplas na fenomenologia dos problemas e objetos simples/complexos e nas mentalidades mais esclarecidas; os arranjos, as dinâmicas, fluxos configurações,, estruturas e expressões qualitativas (que marcam distinção transformadora) realizam-se em confluência e exclusões de caráter inventivo, diverso, intenso (poético/ético denso) e amplo.

¹² MALDONADO, Alberto Efendy. Produtos midiáticos, estratégias, recepção: a perspectiva transmetodológica. *Ciberlegenda*, n. 9, 2002. Disponível em: www.uff.br/mestcii/efendy2. Último acesso em 07/05/2012.

¹³ MALDONADO, Alberto Efendy. Produtos midiáticos, estratégias, recepção: a perspectiva transmetodológica. *Ciberlegenda*, n. 9, 2002. Disponível em: www.uff.br/mestcii/efendy2. Último acesso em 07/05/2012.

mas várias (...). Complementando esta visão temos a ideia de Martin-Barbero (2006, p.73) onde

Uma episteme qualitativa abre a investigação (...) no processo do saber: arrancando-a da suspeita racionalista, (...) como possibilidade de experimentação/simulação que potencializa a velocidade do cálculo e permite inéditos jogos de interfaces, (...). Permitindo passar do estatuto de ‘obstáculo epistemológico’ ao de mediação discursiva da fluidez (fluxo) (...)” (MARTÍN-BARBERO, 2006, p.73).

Assim, a transmetodologia caracteriza-se por um “método mestiço” (MALDONADO, 2002)¹⁴ em uma “confluência de métodos, entrelaçamento de lógicas formais diversas (formais, intuitivas, para-conscientes, abduativas, experimentais e inventivas), estruturação de estratégias, modelos, propostas mistas, midiáticas, que inter-relacionem os vários aspectos das problemáticas comunicacionais” (MALDONADO, 2008, p.29). A concepção estratégica permite ao investigador movimentos diferentes das exigências de certeza dos procedimentos de aplicação de fórmulas prontas.

O conjunto de estratégias apontadas pela transmetodologia permite construir argumentos, não de um imperativo normativo que parte de um *apriori* normatizante e auto-fundado, mas se organizam em torno do conceito de auto-organização do conhecimento, buscando obter os melhores resultados nos processos de pesquisa. A possibilidade de produzir outros modos de pensamento e estabelecer relações para estruturar as pesquisas em comunicação é uma das maiores contribuições que a transmetodologia traz ao campo da comunicação, nessa pesquisa dos processos midiáticos digitais voltados para uma comunicação alternativa e cidadã.

Os processos midiáticos necessitam pensamentos, questionamentos, elaborações, formulações transmetodológicas que em contato com a realidade empírica numa perspectiva investigativa especialmente quando os meios de comunicação estão inseridos nas lógicas das tecnologias da comunicação digital

Configuram modos de vida, expressivos de um novo dinamismo cultural, gerador de culturas comunicacionais multimidiáticas que estão abertas para a germinação de possibilidades de produção de múltiplas relações e processos de significação e fabricação sociocultural (MALDONADO, 2008, p. 30).

¹⁴ MALDONADO, Alberto Efendy. Produtos midiáticos, estratégias, recepção: a perspectiva transmetodológica. *Ciberlegenda*, n. 9, 2002. Disponível em: www.uff.br/mestcii/efendy2. Último acesso em 07/05/2012.

Nesse contexto recuperamos Maria Cristina Mata (1999) quando afirma que os processos comunicacionais são atravessados, condicionados e constituídos pelos sistemas midiáticos e ao mesmo tempo em que passam por profundas mudanças, não apenas de ferramentas (do analógico ao digital), mas de modos de produção, circulação de mensagens, culturas e bens simbólicos. Assim, esses processos comunicacionais necessitam de um conjunto multimetodológico que a *transmetodologia* nos permite como investigadores para as descobertas das singularidades do objeto-problema fundamentalmente porque “a socialização de práticas sociais de produção tecnológica de comunicação que expressam culturas diversas em busca de um lugar na história contemporânea” (MALDONADO, 2008, p.33) e isso se evidencia com os movimentos sociais de direitos humanos investigados a partir da ocupação do espaço digital.

Trazemos para essa reflexão as estratégias de abordagem da *Netnografia* como forma de aproximação, observação e experimentação dos ciberespaços dos movimentos sociais de direitos humanos *MNDH, DH Net e Conectas* para o desenvolvimento dos processos de investigação desse trabalho na busca da compreensão e análise da concepção e estruturas destes nos processos comunicativos cidadãos.

2.1 O ENCONTRO DA TRANSMETODOLOGIA COM AS ESTRATÉGIAS DA NETNOGRAFIA

No aprofundamento do problema-objeto nossos movimentos de aproximação e afastamento, exploração do empírico e interpretação das processualidades da investigação se deu **por inspiração** na *Etnografia Virtual ou Netnografia*¹⁵. Contudo, para compreender a netnografia se faz necessário buscarmos suas bases, nos processos da *Etnografia*, que é parte da Antropologia, ao considerarmos que esta tem sua essência fundadora na observação e, principalmente, na descrição dos fenômenos sociais.

O significado de Etnografia vem do grego *etho* = povo, nação e *graphein* = escrever e seu sentido etimológico pode ser compreendido por nós como uma “descrição social” de determinado grupo inserido, numa determinada cultura que possibilita uma compreensão de sociedades a partir de uma descrição densa de valores, práticas e culturas.

¹⁵ Considerada como uma das técnicas apropriadas ao estudo empírico da internet. (FRAGOSO, RECUERO E AMARAL, 2011, p.167).

Praticar etnografia é estabelecer relações, selecionar informantes, transcrever textos, levantar genealogias, mapear campos, manter um diário, e assim por diante. Mas não são essas coisas, as técnicas e os procedimentos determinados, que definem o empreendimento. O que o define é o tipo de esforço intelectual que ele representa: um risco elaborado para uma “descrição densa”. (...) É como tentar ler (no sentido de construir uma leitura de) um manuscrito estranho, desbotado, cheio de elipses, incoerências, emendas suspeitas e comentários tendenciosos, escrito não com os sinais convencionais do som, mas com exemplos transitórios de comportamento modelado. (GEERTZ, 1989, p. 15 - 20).

Assim, compreendemos que a etnografia se baseia nos seus modos de abordar a riqueza e a complexidade da vida, não oferecendo fórmulas ou receituários prontos ao pesquisador para encontrar seus resultados. Para Hammerle e Athikson (*apud* HINE, 2000) a etnografia pode ser definida a partir de “sua forma mais característica, implica na participação do etnógrafo, seja aberta ou encoberta, na vida cotidiana das pessoas, durante um período prolongado de tempo, observando o que acontece, fazendo perguntas (...)”¹⁶. Porém, essa participação não objetiva alterar o grupo/comunidade/lugar pesquisado, mas possibilita ao investigador ser ativo, pois esse será o responsável pelas interpretações das informações coletadas e modificar técnicas de abordagens, coletas, reorientar a pesquisa, localizar sujeitos e escrever com novas informações e observações.

Hine (2000) afirma que “a ênfase no holístico da etnografia lhe confere um interessante poder de sedução na hora de lidar com conceitos complexos e multifacetados como, por exemplo, na cultura, pois os resultados sugerem tanto na profundidade da descrição como a ausência de hipótese *a priori*”¹⁷, o que nos possibilita compreender como se dão as visões de mundo e organizações das vidas das pessoas, pois levam em consideração os contextos socioculturais onde os diversos grupos pesquisados estão inseridos, ou seja, é a busca da compreensão global.

Mattos (2001) afirma que a etnografia possibilita ao investigador a compreensão dos sujeitos como atores sociais, que participam de forma dinâmica e ativa nos processos sociais e que são essenciais para fazer sentido na sociedade e, assim, permitirá identificar, perceber, mapear, revelar relações e interações do grupo, possibilitando ao sujeito pesquisado ser elemento da construção do conhecimento.

¹⁶ Tradução livre da autora desta dissertação – “En su forma más característica, implica la participación de etnógrafo, sea abierta o encubiertamente, en la vida cotidiana de las personas, durante un período prolongado de tiempo, observando lo que sucede, haciendo preguntas”.

¹⁷ Tradução livre da autora desta dissertação – “El énfasis en el holístico de la etnografía le confiere un interesante poder de seducción a la hora de lidiar con conceptos complejos y polivalentes como, por ejemplo, en el cultura, pues resultan sugerentes tanto en su profundidad de descripción como su ausencia de la hipótesis a priori.”

Para fazer etnografia o pesquisador considera a interação com o grupo, ou aquela que entender mais apropriada, viajando até o lugar e presenciando fisicamente, comunicando-se diretamente com os participantes da pesquisa. Vivenciando a cultura tornando-se um “membro” da comunidade em análise, ou seja, o investigador submerge no mundo que estuda, participa das interações sociais da comunidade e realiza uma descrição densa para depois, analisar o empírico junto às teorias, ao mesmo tempo, distanciando-se quando necessário para ter uma interpretação com base nos dados recolhidos associados com a participação, a observação e a conversas com os sujeitos em um longo e denso trabalho de campo (ROCKWELL, 1987, p. 7). Para Hine (2000, p. 60) “os detalhes que oferece ao etnógrafo sobre sua imersão, nos convida, como leitores, a assumir que o relato é verdadeiramente envolto pela experiência”¹⁸, e completa ao dizer que não é só necessária a viagem, mas o regresso dela.

Consideramos que o contexto social tem mudado rapidamente com a inserção das tecnologias da informação e comunicação, e principalmente com a internet, e que a sociedade se articula, também, através das novas configurações e são influenciados constantemente através dos sentidos sociais, políticos, econômicos, culturais e passa a ser necessária a aplicação de metodologias elaboradas de forma não estáticas ou “fechadas”, mas de acordo com o objeto de pesquisa que está envolvido nessas relações. Partindo dessa compreensão identificamos rupturas necessárias na etnografia quando aplicada no ambiente digital.

Entendemos que a internet é um campo de observação e pesquisa em desenvolvimento, com suas contradições e especificidades, que permite diferentes abordagens metodológicas sendo esse um dos principais desafios, segundo Costigan (1999, p. XIX) ela não poder ser capturada numa única forma, uma vez que “cada retrato acrescenta um quadro e fronteiras inexistem, já que a internet não pode ser contida (...). Os retratos ficam estagnados, mas internet está em constante estado de fluxo”.

Nessa perspectiva para Hine (2000) e Estalella e Ardévol (2010) a internet pode ser objeto de estudo enquanto cultura ou artefato cultural

Os modelos de cultura e de artefato cultural são utilizados para fornecerem uma estrutura para pensar sobre os dois aspectos do ciberespaço que podem ser observados como campo para o etnógrafo. Cada olhar sobre a internet sugere diferentes abordagens metodológicas e um conjunto de problemas e vantagens. (HINE, 2000, p. 14)

¹⁸ Tradução livre da autora desta dissertação - “los detalles que ofrece el etnógrafo acerca de su inmersión en el campo nos invitan, como lectores, a asumir que el relato está verdaderamente anclado en la experiencia.”

Assim a internet como cultura é entendida como um espaço diferente do presencial no qual o foco dos estudos está no contexto cultural dos fenômenos que acontecem nas comunidades/grupos/tribos e/ou mundos digitais. Essa abordagem, segundo Hine (2000, p.18) considera “funções e formações sociais, organizações em conflitos, cooperações, fortalecimento de comunidades virtuais, entre os diferentes tipos de narrativas possibilitadas pelas redes digitais”. Para essa pesquisa assumimos a perspectiva de *artefato cultural* entendendo que essa favorece a percepção da rede como elemento da cultura, pela integração dos espaços presenciais e os espaços digitais, como um elemento da vida cotidiana “a ideia de artefato cultural compreende que existem diferentes significados culturais em diferentes contextos e usos. O objeto internet não é único, mas sim multifacetado e passível de apropriações” (FRAGOSO et al. 2011, P. 42).

Desse modo, nos possibilita compreendermos os sites dos movimentos sociais de direitos humanos como objetos que tem suas fronteiras fluidas entre os espaços presenciais e digitais, numa dupla articulação, por se interconectarem e atuarem entre si onde “tanto a sua produção quanto o seu consumo são dispersos entre os múltiplos locais, instituições e indivíduos” (HINE, 2000, p.28) fundamentalmente porque as tecnologias, assim como as lutas dos movimentos sociais, são produzidas em processos sociais e históricos. As pesquisadoras Amaral, Recuero e Montardo (2008) ao refletirem sobre os blogs afirmam que

Como artefatos culturais, eles são apropriados pelos usuários e constituídos através de marcações e motivações. Além disso, perceber os blogs como artefatos, indica também (...) que são eles o repositório das marcações culturais de determinados grupos e populações no ciberespaço, nos quais é possível, também, recuperar seus traçados culturais” (AMARAL, RECUERO e MONTARDO, 2008).

Revisitando estudos netnográficos, Sandi (2010) considera que a netnografia surge como a necessidade de “incorporar componentes novos em que muitas alternativas e procedimentos metodológicos existentes [da etnografia] tiveram que ser concebidos com parâmetros distintos e conceitos ressignificados” (p.71). Neste sentido, ao vincular o entendimento das dinâmicas presentes em ambientes virtuais e às práticas comunicacionais mediadas por computadores e as organizações, o autor, aponta que é necessário estudar estes espaço “em seus próprios termos”, ampliando conceitos etnográficos para o mundo virtual, de forma que estes deem conta de explicar a nova realidade impressa pelas mudanças tecnológicas na sociedade. Autores como Gebera (2008), Konizets (2010), Hine (2000, 2005,

2009), e Sá (2002, 2008) já discutem a etnografia como metodologia de pesquisa para a internet, apoiados nos conceitos de etnografia virtual, etnografia digital, entre outros. Ressaltamos que não compreendemos a netnografia como um avanço de uma metodologia a outra, e sim, uma forma de trazer a etnografia, no que ela é baseada, relacionada com as tecnologias – e nesse contexto a internet.

Os pesquisadores que trabalham com a netnografia nos alertam que a utilização da etnografia para as pesquisas na internet não passam apenas por uma alteração da forma de pesquisa de campo, mas pontuam diferenças de métodos, coleta de dados, termos éticos de pesquisa e análise, as técnicas e procedimentos da netnografia estão abertas para mudanças, adaptações e alterações que dependerão dos objetos investigados (KOZINETS, 2010).

Com inspiração na netnografia para a abordagem do nosso objeto empírico podemos apontar que a internet mudou a forma dos movimentos sociais de direitos humanos se comunicarem, interagirem e relacionarem, pois as redes já vivenciadas e experimentadas nos espaços presenciais conectaram-se as redes digitais, facilitando o acesso à informação, mobilização ou empregando modos de uso segundo um contexto determinado.

A etnografia na internet não implica, necessariamente, mover-se de lugar de forma concreta. As viagens (tão necessárias para observação do objeto) acontecem de um site a outro, da busca de uma comunidade a outra, na sala do pesquisador. Discursos permeando o mesmo tema, na experiência do internauta e no deslocar-se, conforme Burnett (*apud* HINE, 2000, p.60) “viaja-se olhando, lendo, criando imagens e imaginando”¹⁹.

Proporciona ao pesquisador, através da netnografia, a facilidade e rapidez de mobilidade de um lugar a outro e o migrar e observar sem ser percebido pelos grupos. Hine (2000) afirma que a etnografia virtual pode ser usada para desenvolver a percepção do sentido da tecnologia e dos espaços socioculturais que são por ela estudadas, em outras palavras, tem espaço assegurado nas pesquisas onde os objetivos incluem saber o quê as pessoas estão realmente fazendo com a tecnologia.

A apropriação do olhar etnográfico se concentra nos modos de negociação do acesso à informação, observando as interações e comunicando-se com os participantes. Ressaltamos que a relação entre o etnógrafo, o leitor e os sujeitos/grupos/sites da pesquisa se mantem no texto etnográfico, mantendo o pesquisador numa posição de explorar o campo, baseado na sua experiência e capacidade de interação. Podemos dizer que as decisões metodológicas não são inocentes e é conferida autoridade para a interpretação ao pesquisador.

¹⁹ Tradução livre da autora desta dissertação – “se viaja mirando, leyendo, creando imágenes y imaginando”.

As fronteiras quanto às esferas de influência repercutem no recorte do objeto determinam alguns caminhos pelos quais os resultados aparecerão. As categorias são transversais e se sobrepõem. As fronteiras espaciais nos trazem o âmbito mais descritivo de uma pesquisa (FRAGOSO, RECUERO E AMARAL, 2011, p. 183).

Porém, os aspectos descritivos incluem protocolos, como o *entrée*, a primeira fase da ambientação, examinando a estrutura social e técnica. A segunda fase é caracterizada pela coleta de dados, análise e interpretação, de onde as categorias devem emergir. Muitos pesquisadores buscam conhecer os sujeitos a fim de verificar algumas afirmações sobre suas vidas nos espaços presenciais, caracterizando seu caráter de autenticidade e o holístico da etnografia (HINE, 2000), principalmente, porque as descobertas não poderão ser sustentadas apenas com as observações do campo e a análise delas. O relato da primeira (ambientação e definição dos objetos imediatos) e da segunda fase de aproximação e aprofundamento para a compreensão do objeto-problema apresentaremos no capítulo de análise.

3 DIREITOS HUMANOS: UM MOVIMENTO REFLEXIVO

Capturar uma ideia através de um movimento reflexivo implica em um olhar crítico e distanciado sobre o que o pesquisador quer conhecer e uma disciplina que submete o conhecer. Entretanto, o ato de conhecer supõe uma “desorganização” dos saberes, movimento este que dismantela a necessária e particular relação espaço-tempo que permite que a pesquisa aconteça em função de um determinado ponto de vista.

E desorganizar pontos de vista através de hipóteses é o movimento reflexivo que faz o pesquisador. Não há problema em se ter um ponto de vista, pois se algo pode ser visto de vários pontos, é justamente porque é complexo e a grande vantagem disso é que podemos mudar de ponto de vista.

Conforme Hanna Arendt (1999) um bom trabalho de campo produz uma quantidade de novas descrições sobre a realidade e uma boa descrição às vezes não necessita de explicações. Entretanto, como a temática dos direitos humanos e a forma como esses são percebidos não é resultado de um contexto neutro ou independente, o narrador é uma rede de histórias e de interesses.

Para pesquisarmos os processos midiáticos é preciso fazer várias leituras e olhar não somente para a forma de comunicação, mas também para o cotidiano no qual se forma aquilo que é comunicado, considerando-o não apenas numa perspectiva de “microsociedade”, que pode ser comparada ou analisada em relação a uma “macrossociedade”, mas como o lugar onde as relações se estabelecem, os processos ocorrem e os atores sociais se fazem presentes e ausentes.

3.1 O QUE SÃO OS DIREITOS HUMANOS? A BUSCA DA COMPREENSÃO A PARTIR DOS MOVIMENTOS HISTÓRICO, FILOSÓFICO E POLÍTICO

Para a reflexão e análise sobre o entendimento e a conceituação dos Direitos Humanos e como estão reconhecidos hoje, é importante resgatar os registros que acompanham a história da humanidade, que “traduzem com fidelidade o seu tempo. Os direitos humanos são frutos de uma construção histórica” diz Hannah Arendt (*apud* VIVARTA, 2006, p.10). Suas origens encontram-se no que foi chamado de período axial, entre os séculos VIII e II a.C, quando as explicações mitológicas começaram a ser abandonadas frente a novas respostas acerca da humanidade, formuladas pela religião, pela filosofia e pelas ciências. Segundo Comparato

(*apud* VIVARTA, 2006, p.40), “é a partir do período axial que pela primeira vez na História o ser humano no ocidente passa a ser considerado em sua igualdade o essencial, como todo ser dotado de liberdade e razão”. Surgem os “fundamentos intelectuais para a compreensão da pessoa humana e para a afirmação da existência de direitos universais, a ela inerentes”.

Outros elementos relevantes na análise do desenvolvimento histórico dos Direitos Humanos que conhecemos hoje são a democracia de Atenas, os ensinamentos de Platão e Aristóteles, a cultura helênica e a experiência republicana de Roma. Para Viola

Tanto no teatro grego como na Bíblia judaica, os direitos dos seres humanos revelam-se através do embate entre o justo e o injusto. Feito em nome dos deuses ou em defesa da livre escolha, o ser humano se humaniza na busca de princípios e na criação de modelos éticos, tornando-se capaz de extrair dos momentos de maior opressão as condições de luta em defesa da dignidade humana (2005, p.73).

Em outras palavras, um dos elementos na compreensão da estruturação dos direitos é a existência de desequilíbrios de poder entre os indivíduos. Comparato (1999) afirma que “na linguagem filosófica clássica, não se falava em fundamento” e sim, em “princípio”. E parte da ideia de que o sentido da palavra é o início de um movimento físico ou intelectual (de uma ciência), de algo que evolui e se desenvolve, ou que a expressão indica uma pessoa com vontade racional de transformação. Unificou esses e outros sentidos ao afirmar que o princípio é “a fonte de onde derivam o ser, a geração, ou o conhecimento”, ou seja, a primeira condição para a existência de algo.

Na antiguidade, os Direitos Humanos tornaram-se componente da igualdade de todos e de cada um. “É na Antiguidade, a referência a um direito superior, não estabelecido pelos homens, mas dado a estes pelos deuses” (FERREIRA FILHO, 2007, p.9). Neste período, o princípio da igualdade é formulado e se baseia na condição da própria natureza humana, constituindo o núcleo do conceito universal dos seres humanos. Esse “fundamentou a cultura social e política do medievalismo” (VIOLA 2005, p.73). Os direitos naturais dizem respeito à dignidade da natureza humana, cuja lei natural, segundo Ferreira Filho (2007, p.10) é “gravada na natureza humana que o homem descobre por meio da razão”. Benevides (2004, p.52) define que estes direitos “são naturais porque existem antes de qualquer lei, e não precisam estar nela especificados para serem exigidos, reconhecidos, protegidos e promovidos”. Segundo Bobbio (1992, p.52), “o único direito inato, ou seja, transmitido ao homem pela natureza e não por uma autoridade constituída, é a *liberdade*, isto é, a

independência em face de qualquer constrangimento imposto pela vontade do outro, ou mais uma vez, a liberdade como autonomia”.

Nesse processo histórico, é possível apresentar cinco etapas que são base para o entendimento do “ser humano” e, assim, vinculá-las aos direitos humanos. A primeira etapa da formação do ser humano como um ser de direitos é marcado pelo princípio de liberdade; a segunda, pelo reconhecimento da igualdade da natureza humana. O desenvolvimento do pensamento kantiano constitui a terceira etapa, em que o ser humano é considerado racional, com faculdade de agir segundo a representação de leis e princípios, com vontade, racionalidade e razão prática.

Kant afirma que o “valor relativo das coisas, em contraposição ao valor absoluto da dignidade humana”, anuncia a quarta etapa na elaboração do ser humano de direitos, com “a descoberta dos valores, com a conseqüente transformação dos fundamentos da ética” (COMPARATO, 1999, p.23), ou seja, a quarta etapa decorre da racionalidade ética e está ligada à formulação e ao reconhecimento de valores como formas de condução da vida dos indivíduos e da sociedade. Comparato (1999) afirma que a quarta etapa se

Consistiu no reconhecimento de que o homem é o único ser vivo que dirige a sua vida em função de preferências valorativas. (...) É o legislador universal, em função dos valores éticos que aprecia, e o sujeito que se submete voluntariamente a essas normas valorativas (COMPARATO, 1999, p.24).

No início do século XX, inicia a quinta e última etapa da compreensão do reconhecimento do homem, que se relaciona com a modernidade, a racionalidade científica, a filosofia da vida e o pensamento existencialista. “Acentuou o caráter único e, por isso mesmo, inigualável da personalidade individual. (...) A essência da personalidade humana não se confunde com a função ou papel que cada qual exerce na vida. (...) Cada qual possui uma identidade singular” (COMPARATO, 1999, p.26). Também está relacionada aos “movimentos sociais, ou à Era das Revoluções” (VIOLA, 2005, p. 74).

A modernidade produziu críticas ao absolutismo em suas diferentes formas de autoritarismo, além da prepotência e negação dos direitos humanos. É nesse momento que o direito à rebelião passa a ser reconhecido e entendido como um direito natural da humanidade, transformando-se em direito civil e político “a ser exercitado sempre que a humanidade se depara com as diferentes formas de injustiça social nascidas das políticas econômicas (...) e de governos concentradores de poder e autoridade” (VIOLA 2005, p. 75).

Apropriando-se desse direito, a humanidade constitui movimentos que proclamam seus compromissos com os princípios de liberdade, igualdade e valores de fraternidade a cada período. No decorrer do século XX, as reações às diversas manifestações de tirania (como por exemplo, o fascismo e o nazismo) resultaram na Declaração Universal dos Direitos Humanos, em 1948. Ela “condensou toda a riqueza dessa elaboração teórica, ao proclamar em seu artigo VI que todo homem tem o direito de ser, em todos os lugares, reconhecido como pessoa perante a lei” (COMPARATO, 1999, p.30).

3.1.1 Da Compreensão do Ser Humano de Direitos, aos Direitos Humanos

A Declaração Universal dos Direitos Humanos buscou consolidar uma história ocidental de 25 séculos. Antes dela, podemos pensar na Declaração Francesa de 1789 e na Declaração da Virgínia de 1776 como os primeiros documentos de referência de direitos humanos, com significados importantes ao outorgarem “a titularidade dos direitos à pessoa pelo fato de sê-lo, independente de haver nascido ou não em uma determinada estrutura social” (MELO, 2010, p. 181). Entretanto, não é consenso entre os pesquisadores, principalmente os de origem anglo-saxônica, pois afirmam ser a Magna Carta inglesa a precursora, ao propor um pacto de direitos, desencadeando uma série de conquistas liberais na Inglaterra como o *harbeas corpus* (1776) e a Declaração de Direitos (1689). Este último documento tratava-se do reconhecimento de direitos nos quais “o rei comprometia-se a respeitar os direitos dos vassalos” (MELO, 2011, p. 180).

A Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 recupera os ideais da Revolução Francesa e constitui atributos que compõem a dignidade humana. Nela, “estamos tratando da formatação de ideias de que os indivíduos e grupos podem ser igualmente reconhecidos a partir de uma categoria geral, que a todos engloba” (COMPARATO, 2006, p.12).

Diante dos documentos analisados e da Declaração Universal dos Direitos Humanos, é possível reconhecer sua abrangência e percebermos os processos de transformações, tanto de conteúdo quanto das formas de sua concretização e efetividade. Essas transformações decorrem da compreensão de sociedade e Estado, “alterando competências e organização, e determinaram um crescente incremento de complexidade no direito moderno, seja no plano das relações no âmbito interno da jurisdição dos Estados, seja no plano internacional” (MELO, 2010, p. 186).

Nesse contexto gerado pelo reconhecimento de novas necessidades e subjetividades, com as mudanças constitucionalistas e dos direitos humanos vinculados ao lema da Revolução Francesa, assume-se a relevância das gerações ou dimensões dos direitos humanos, proposta pelo filósofo político Norberto Bobbio, para auxiliar na compreensão dos processos de desenvolvimento cumulativo e qualitativo dos direitos humanos.

As diferentes gerações de direitos possuem características peculiares, como a visão fragmentada de categorias de direitos em determinados momentos da história, embora esteja implícito o discurso evolutivo, pois a cada geração agregam-se os direitos já adquiridos, conforme apresentamos a seguir:

Primeira Geração de direitos – Direitos Civis e Políticos: “vinculados à época das revoluções burguesas, no século XVIII” (VIVARTA, 2006, p.22), relacionam-se com o direito positivista ocidental, na defesa do princípio de liberdade individual, e com as lutas dos povos por sua autonomia, capacidade de organização e pressão sobre os grupos dominantes, podendo implicar no direito de resistência mais significativa. Encontram-se através:

a) da liberdade de expressão, de associação e de culto; o direito a não ser preso arbitrariamente e o direito à liberdade individual.

b) direito político, direito de participação direta ou indireta, ou representação²⁰.

A primeira geração dos direitos humanos é condição indispensável para o exercício da liberdade, reconhecido culturalmente, mas não para a vigência do princípio da igualdade. O

próprio liberalismo encarregou-se de criar novas formas de desigualdade ao defender uma sociedade estruturada sob um mínimo de interferência do Estado nas atividades econômicas e sociais capazes de defender o sistema de propriedade como direito absoluto e sem nenhuma responsabilidade social (DALLARI, 2000).

Segunda Geração – Direitos Sociais e Econômicos: conquistados através das lutas sociais impulsionadas pelo ideário socialista, na organização política da classe operária industrial, das classes populares, dos sindicatos. Baseia-se no princípio da igualdade dos indivíduos, reconhecidos como o direito ao trabalho, à dignidade, à educação, à saúde e ao lazer.

O principal benefício que a humanidade conquistou a partir do movimento socialista foi o reconhecimento dos direitos humanos de caráter econômico e social. É “a partir das

²⁰ Segundo Bobbio (1992, p. 44) participação direta, segundo os modelos de cidadania ativa que exprime seu pensamento, participa da vida coletiva e demonstra interesses e vontades. A participação indireta é representada pelas normas da democracia representativa.

reivindicações dos trabalhadores do século XIX que os direitos sociais são entendidos como direitos e não como caridade, compaixão, ou políticas compensatórias construídas pelo sistema como forma de mitigar as crises sociais” (VIOLA, 2005, p. 90). A segunda geração abrange “desde a distribuição de renda e da riqueza das nações, como a garantia da realização de políticas efetivas de proteção aos grupos sociais vulneráveis e excluídos, condição fundamental para a efetivação da justiça social e do atendimento das necessidades básicas” (VIOLA, 2005, p.91).

Comparato (1999) argumenta que no período de 1945 e 1998 foram aprovadas mais de cem convenções no âmbito da Organização Internacional do Trabalho (OIT). Além dos direitos individuais, civis, políticos, econômicos e sociais, afirmou-se também a existência de novas espécies de direitos humanos: direitos dos povos e direitos da humanidade, conhecidos como os de terceira geração.

Terceira Geração – Direitos Coletivos: formulados e considerados como direitos de fraternidade e solidariedade entre os povos. São direitos reconhecidos a identidade cultural dos povos e a preservação da natureza. Eles compõem “a autodeterminação dos povos, a uma compreensão ética de justiça social (...), o direito a um modelo de desenvolvimento social que não coloque em risco o meio ambiente, (...) o direito internacional à paz, e à preservação ecológica como patrimônio comum da humanidade” (VIOLA, 2005, p.92), além do direito à comunicação, os quais foram reconhecidos como direitos de solidariedade nos diversos documentos difundidos nos Estados. Para Villafañe (2009) o direito à comunicação é potencializado quando se exerce e vive a liberdade, e é fundamental para o desenvolvimento e a consolidação de uma sociedade democrática. Contempla o direito à liberdade de pensamento e expressão, a qual “compreende a liberdade de buscar, receber e difundir informações e ideias de toda natureza sem considerar fronteiras, seja oralmente, por escrito em forma impressa, ou artística ou por qualquer outro procedimento de sua escolha” ²¹ (VILLAFÑE, 2009, p. 75-76).

O sentido dessa geração é a solidariedade e a fraternidade, as quais “exigem esforços e responsabilidade até mesmo em escala mundial para a sua efetivação” (SALLET, 1998, p.51), o que inaugura um vínculo da humanidade com o globo, firmando a cidadania cosmopolita, o cidadão do mundo.

²¹ Tradução livre da autora desta dissertação – “comprende la libertad de pensamiento y de expresión, la cual, recibir y difundir información e ideas de toda índole, sin consideración de fronteras, ya sea oralmente, por escrito o en forma impresa o artística o por cualquier otro procedimiento de su elección”.

Para Comparato (1999, p.45), é quando surge o termo final do processo de unificação da humanidade, diante de uma encruzilhada na evolução histórica. “Ou a humanidade cederá à pressão conjugada da força e do poderio econômico-financeiro (...), ou construiremos a civilização de cidadania mundial, com respeito integral aos direitos humanos, segundo o princípio da solidariedade ética”, afirma.

Quarta Geração – Direitos Intersubjetivos ou Direitos Difusos: refere-se aos direitos humanos inerentes à genética, às pesquisas biológicas, que permitirá a manipulação do patrimônio genético de cada indivíduo. “Trata-se de garantir que os avanços da ciência e da tecnologia sejam colocados à disposição de toda a humanidade e ao mesmo tempo não represente uma ameaça para a sociedade e a natureza”, destaca Viola (2005, p.93).

A quarta geração seria um produto do atual desenvolvimento tecnológico e das questões inerentes aos direitos humanos, sendo recente e ainda sem um consenso na sua formulação. Suas preocupações vão desde a automação, a mecanização e redução do número de postos de trabalho, à deterioração do meio ambiente como resultado do desenvolvimento tecnológico e científico, ou de saúde pública ligada ao uso de armas nucleares.

A quarta geração não se restringe apenas aos avanços tecnológicos nas áreas da saúde humana e ambiental, mas também às mudanças dos meios de comunicação, principalmente a partir do uso da Internet e das novas tecnologias de informação. Pois “ao mesmo tempo em que possibilita avanços econômicos e culturais pode, também representar a exclusão de milhões de pessoas, ampliando as diferenças de estágio de desenvolvimento entre os países e de oportunidades entre os distintos setores da sociedade” (VIOLA, 2005, p.95).

É importante termos clareza sobre as limitações ou equívocos da proposta das Gerações de Direitos, de Bobbio, pode nos induzir a compreender. A primeira limitação está relacionada à existência de novos direitos, ou à necessidade de novos direitos. Tratam-se de direitos reconhecidos recentemente, que assumem um caráter relativo, difuso e metaindividual, conforme nos esclarece a pesquisadora em Direitos Humanos, Milena Melo (2010)

Direitos possuem uma gênese tradicional e sofreram uma tal transformação que já não mais guardam as mesmas características originárias, embora sejam identificados pelo mesmo *nomem juris*, ou, por outro lado, direitos que ainda não foram reconhecidos e institucionalizados formalmente (MELO, 2010, p. 191).

Muitos desses novos direitos são decorrentes de uma realidade social e política e se manifestam ou são enunciados e reconhecidos e encontram-se presentes em vigor em leis ou

decretos, expressando-se cada vez mais em maior proporção. Exemplo disso é a aprovação da União Estável entre pessoas do mesmo sexo, pelo Tribunal Superior de Justiça, em maio de 2011. Em outubro do mesmo ano ocorreu o primeiro casamento civil entre pessoas do mesmo sexo, abrindo *jurisprudência* para novos pedidos de casamentos civil para relações homoafetivas.

A segunda limitação encontrada é entendermos que a evolução dos direitos não se dá no âmbito individual ao âmbito coletivo para o seu exercício. Paulo de Tarso Brandão (2001) afirma que “se existe uma nova ordem de tensões sociais que origina direitos que se manifestam de forma coletiva, ao mesmo tempo o espaço dos direitos de cunho individual continua a existir plenamente, evolui e mesmo se amplia, como ocorreu com a tutela da intimidade, por exemplo” (BRANDÃO, 2001, p. 128).

Outra limitação é que a categorização dos direitos por gerações também pode confundir a titularidade de direitos no que permeia propriedades recentes, pois contemplam ao mesmo tempo prerrogativas individuais, sociais e ou transindividuais, aqueles direitos que, embora estejam relacionados ao meio ambiente, são eminentemente individuais, como, por exemplo, casos de transplante de órgãos ou manutenção da vida artificial.

Dessa forma é importante ter presente que os direitos humanos são resultados de um processo que se pode compreender através de uma articulação política-jurídica de demandas de necessidades, não se concluindo no reconhecimento. Passam pela luta para a sua aplicação, sem discriminações, para a efetivação dos direitos na sociedade. Ao conceber os movimentos históricos como molde e agentes na formulação e reconhecimento dos direitos humanos, é preciso manter a visão de interatividade e de continuidade em sua afirmação. Nesse ponto faz-se necessário percebermos a contribuição de outro tipo de movimentos: os movimentos sociais de direitos humanos no contexto da sociedade brasileira.

3.2 OS DIRETOS HUMANOS NA SUPERAÇÃO DAS RESISTENCIAS OU O LUGAR DOS MOVIMENTOS SOCIAIS

Não assumir sua existência como dada, e sim como algo que é construído ou processado, permite-nos entender os direitos humanos como resultados de práticas e relações sociais que buscam superar resistências. Essa superação gera aquilo que chamamos de poder.

Nessa perspectiva, pode nos auxiliar compreender o fenômeno dos direitos humanos como único, porém incerto e complexo, resultado da historicidade dos movimentos sociais,

que se constituíram a partir do tipo de inserção socioistórica que cada movimento social fez em seu tempo e com/na sociedade.

Ela é determinada pelos conflitos que precisam ser travados na direção dos movimentos para se transformarem em atores de seu tempo e, concomitantemente, expressão das contradições de cada período do desenvolvimento histórico. Para Touraine (1977), os movimentos sociais são atores coletivos típicos da modernidade, que contribuem para a construção da estrutura social.

A luta dos direitos humanos no Brasil acompanha, passo a passo, o próprio desenrolar da nossa história, “revelando o crescimento das forças sociais” (DALLARI, 2010, p. 29). Isto é, muito antes da Declaração Universal dos Direitos Humanos, grupos da sociedade organizavam-se e “brigavam” por diversos direitos humanos. No entanto, a luta fortalece-se nos movimentos contra o Golpe Militar de 1964, que instituiu um regime de exceção marcado pela repressão, onde a livre organização e circulação de ideias e ações eram proibidas.

Segundo Gramsci (2002, p.139) “as ditaduras contemporâneas abolem legalmente (...) as formas de autonomia e se esforçam para incorporá-las à atividade estatal: a centralização legal de toda a vida nacional nas mãos do grupo dominante se torna totalitária”. No Brasil a ditadura militar rompeu

Qualquer tipo de aliança com os trabalhadores, colocando-os como uma das metas repressivas privilegiadas do novo regime, tratando-os como inimigos, na medida em que suas reivindicações atentariam contra o novo modelo econômico. (...) A repressão aos sindicatos, prisão de líderes sindicais, a proibição da existência da imprensa sindical e opositora, fazia com que a repressão fosse funcional à política favorável ao grande empresariado e contra a massa da população (SADER, 2010, p.77).

Nesse período, sob o controle do Estado, organizações sociais autônomas como sindicatos, grupos de cultura e associativismo, passaram a ser controladas pelo Estado militar, o que implicou no fechamento de muitas destas organizações, principalmente as sindicais. Outras viviam sob rigorosa censura, como as associações culturais.

Embora a década de 1970 seja fortemente marcada pelo AI-5²², há o ressurgimento ou a retomada dos movimentos sociais, tanto no campo sindical, como por familiares de pessoas

²²Ato Institucional número 5, decreto emitido pelo governo militar do Presidente Artur Costa e Silva, redigido pelo então Ministro da Justiça, Luis Antônio da Gama e Silva, no dia 13 de dezembro de 1968. Determinou amplos poderes ao presidente, como o de intervir nos estados e municípios, sem respeitar as limitações constitucionais, suspender os direitos políticos no período de 10 anos a qualquer cidadão brasileiro, cassar mandatos de deputados federais, estaduais e vereadores, proibir manifestações populares de caráter político, suspender o direito de habeas corpus (considerados crimes políticos, contra a ordem econômica, segurança

que estavam desaparecidas ou haviam sido presas e exiladas, constituindo organizações de apoio aos familiares. Ao mesmo tempo, os movimentos sociais chegaram à classe média, intensificando a formação de entidades representativas de profissionais de mais alto nível, a exemplo da Associação de Magistrados.

Com forte opressão da ditadura militar, uma importante mobilização social surgiu apoiada pelos setores mais progressistas da Igreja Católica, entre bispos e padres. A iniciativa atingiu pessoas vulneráveis socialmente, a partir do trabalho de pequenos grupos chamados de *Comunidades Eclesiais de Base*, que organizavam atividades de interesse comum, como plantações de subsistência e a construção de casas populares, ao mesmo tempo em que orientavam as comunidades sobre organização social e sobre seus direitos. Nesse processo, as pessoas “adquiriam” consciência política e, mesmo em situação de vulnerabilidade, “passaram a influir sobre os governos, fazendo denúncias, apresentando reivindicações e cobrando dos políticos o cumprimento de suas promessas eleitorais” (DALLARI, 2010, p.38).

Desse exemplo surgiu a formação de um grande número de organizações e movimentos sociais para a defesa dos direitos, divulgando situações de marginalidade e denúncias de violações dos direitos humanos. “Esses movimentos resistiram à ditadura na luta em defesa dos direitos humanos, politizaram o cotidiano nos locais de trabalho e moradia, inventando outras formas de fazer política”, afirmam Cecília Coimbra, Eduardo Passos e Regina Benevides de Barros²³, influenciados “pelo consenso mundial de que os direitos humanos devem ser os princípios fundamentais de uma sociedade livre, harmônica e justa” (DALLARI, 2010, p. 29).

Os anos 1980 foram marcados, com maior força, pela luta da redemocratização do país com a Campanha das “Diretas já”, mesmo que “somente em 1989, ocorreu à primeira eleição direta para Presidente da República após o golpe de 1964”, como afirma Coimbra.

O primeiro marco de mudança foi a construção da Constituição de 1988, que

Foi a expressão dos anseios de liberdade e democracia de todo o povo e foi também o instrumento legítimo de consagração, com força jurídica, das aspirações por justiça social e proteção da dignidade humana de grande parte da população brasileira, vítima tradicional de uma ordem injusta que condenava à exclusão e à marginalidade. (...) No texto da nova Constituição os direitos fundamentais da pessoa humana, prevendo também os meios de garantia desses direitos e fixando responsabilidades por seu respeito e promoção. (...) Pode-se afirmar que essa Constituição pela intensa

nacional e economia popular, impor a censura a jornais, livros, peças de teatro e músicas. O AI5 é revogado apenas em 1978.

²³ Artigo “Direitos Humanos no Brasil e o Grupo de Tortura Nunca Mais”, disponível no site www.torturanuncamais-rj.org.br.

participação popular, assim como pelo conteúdo, é a mais democrática de todas que o Brasil já teve (...) (DALLARI, 2010, p.29)

Os movimentos sociais, como o Movimento Nacional de Direitos Humanos (MNDH), conseguiram ir além das lutas de resistência à ditadura, não só porque participaram ativamente na sua elaboração, mas porque o conteúdo permitiu novas mobilizações e trânsito para os direitos humanos. No entanto, o texto da Constituição de 1988 reflete um país que se caracteriza por sua diversidade social, com muitas contradições revelando e preservando pontos de dominação das elites conservadoras, pois a violência retorna à pauta nacional e “não é difícil antever nos discursos contra os direitos humanos e sobre a insegurança gerada pelo aumento da criminalidade um diagnóstico de que tudo está mudando para pior, de que os pobres querem direitos e que se quer dar direitos até para bandidos” afirma Coimbra.

É importante destacarmos que o tema dos direitos humanos no Brasil não fazia parte da pauta dos debates políticos até o período à ditadura (SADER, 2010, p. 119). A repressão e a violação dos direitos humanos instituída nessas duas décadas de regime (1964-1985) abriu espaço para as discussões, até mesmo na mídia hegemônica, muitas vezes com uma leitura reducionista e de senso comum, segundo a qual direitos humanos servem para defender bandidos, ou que apenas *humanos direitos têm direito a direitos humanos*. Isso se deve também à visão fragmentada dos direitos e das violações cotidianas: violência de gênero, homofobia, xenofobia, entre outras.

Nas décadas de 1990 e 2000, os avanços na área dos direitos humanos são sutis, mas bastante significativos, principalmente no que diz respeito aos direitos “de ser” humano. Exemplo disso é o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) de 1988 e o Estatuto do Idoso de 2003.

Os movimentos sociais de direitos humanos – entre eles o MNDH – pautam a necessidade de institucionalização dos direitos humanos por parte do Estado. Neste sentido, reivindicam o reconhecimento e assinatura da maioria dos tratados internacionais de Direitos Humanos. A Conferência Mundial sobre Direitos Humanos, em Viena, em 1993, reforçou a indivisibilidade e a indissociabilidade dos direitos humanos, evidenciando os direitos econômicos, sociais e culturais, possibilitando aos movimentos sociais atuar com diversos temas e das mais diversas maneiras. “Vale destacar que tal atuação tem garantido espaço na agenda do país, inclusive em decisões governamentais e internacionais” (VIVARTA, 2006, p.191).

Em 1994 os movimentos sociais de direitos humanos que participaram da Conferência de Viena, reuniram-se em São Paulo e criaram uma *Agenda Brasileira de Direitos Humanos*, que propõe ações de promoção dos direitos humanos. Entre elas, a criação de Comissões de Direitos Humanos ligadas aos legislativos, como nas Câmaras de Deputados, e a realização da I Conferência Nacional de Direitos Humanos. Esta ocorre em 1996, numa iniciativa entre os movimentos sociais de direitos humanos e o poder legislativo e que, como resultado, propôs a criação de um órgão do executivo que pautasse o tema.

Nesse cenário nacional, o então presidente Fernando Henrique Cardoso, por meio de decreto, lança o Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH 1), em 1996. O tema dos direitos humanos iniciava sua institucionalização e passava a ser introduzido no plano legal nacional, seguindo a recomendação da Conferência de Viena, de 1993, bem como a iniciativa dos movimentos sociais de direitos humanos, ao proporem a Agenda Brasileira de Direitos Humanos. Assim, o Brasil foi um dos países pioneiros na criação de um plano nacional para o tema (CICONELLO; PIVATO; FRIGO, 2009; SOUSA JÚNIOR; BENEVIDES, 2010). Contudo, o PNDH 1 trouxe uma discussão incipiente e limitada²⁴.

No ano seguinte, em 1997, o presidente Fernando Henrique Cardoso criou a Secretaria Nacional de Direitos Humanos, ligada ao Ministério da Justiça. No final do seu segundo mandato, em 2002, através do Decreto n.º 4.229, de 13/5/2002, lançou o PNDH 2.

Em 2003, primeiro ano de mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, a Secretaria Nacional de Direitos Humanos passa a fazer parte do órgão da Presidência e a chamar-se Secretaria Especial de Direitos Humanos²⁵. Em 2010, é transformada, por meio de decreto presidencial, em órgão essencial da Presidência, passando a ser denominada Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República²⁶, com status de ministério.

O desenvolvimento da secretaria e suas diretrizes se deram junto à ação dos movimentos sociais de direitos humanos e culminaram na elaboração do PNDH 3 – lançado durante o governo do presidente Lula (Decreto n.º 7.037, de 21/12/2009) – e na assinatura de tratados e documentos internacionais. Em 2003, elaborado pelo Comitê Nacional de Educação

²⁴ Segundo Ciconello (2008, p.2-3), “explicitamente, o primeiro PNDH atribuiu uma maior ênfase na promoção e defesa dos direitos civis, ou seja, com 228 propostas de ações governamentais prioritariamente voltadas para a integridade física, liberdade e o espaço de cidadania de populações”. Da mesma forma, na Introdução do PNDH II (2002, p. 3), a mensagem oficial não escondia o enfoque parcial do PNDH I: “o programa original conferiu maior ênfase à garantia de proteção dos *direitos civis*” (e nosso).

²⁵ Seu objetivo é o de articular e implementar políticas públicas para a promoção e proteção dos direitos humanos. http://www.presidencia.gov.br/estrutura_presidencia/sedh/ - acesso em 11 jun. 2011.

²⁶ Suas competências ampliam-se: prestar assessoria direta e imediata à Presidência da República na elaboração de políticas e diretrizes para a promoção dos direitos humanos; Coordenar a política nacional de direitos humanos; Articular e apoiar projetos voltados a proteção e promoção dos DH; Ser a ouvidoria geral da cidadania. Disponível em <http://www.direitoshumanos.gov.br/sobre> - último acesso em 22/03/2012.

em Direitos Humanos (CNEDH), é lançado o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH), que apresenta como um dos seus eixos orientadores *Educação e Mídia*, pois compreende que a mídia se apresenta como meio indispensável à consolidação de uma cultura de direitos humanos na sociedade brasileira. O PNEDH enfatiza o fomento e o desenvolvimento de mídias comunitárias, na preocupação da democratização da informação e da comunicação para o fortalecimento dos direitos humanos e da cidadania.

Para a continuidade dessa reflexão, faz-se necessário esclarecermos nossa compreensão de movimentos sociais. A partir de Maria da Glória Gohn (1995), Ilse Scherer-Warren (1996; 1999), Alain Touraine (1977; 1978; 1989) e Dagnino (2006), entendemos que os movimentos sociais atuam em ações coletivas, construídas por sujeitos, que lutam por suas demandas e criam um campo político na sociedade civil, estruturando-se a partir dos temas e problemas em situações de conflitos e disputas. As ações desenvolvem um processo social, político, cultural e comunicacional, que cria uma identidade coletiva ao movimento, a partir de interesses em comum. Esta identidade decorre da força do princípio da solidariedade e é construída a partir da base referencial de valores culturais e políticos compartilhados pelo grupo (GOHN, 1995, p.44).

Os movimentos sociais da contemporaneidade atuam para estabelecer um equilíbrio de forças entre o Estado e a sociedade civil, e também no interior da própria sociedade civil – nas relações de força entre dominantes e dominados, entre subordinantes e subordinados (SHERER-WARREN, 1996, p.49-50). Dagnino (2005) complementa essa ideia ao afirmar que “são nos grupos da sociedade civil que as pessoas aprendem a participar e a se interessar pelas questões públicas, pois o âmbito político não lhe está acessível” (p.29). Touraine (1978) nos fala de um movimento social que se compreende como “agentes de liberdade, de igualdade, de justiça social ou de independência nacional, ou ainda como apela à modernidade ou à liberação de forças novas, num mundo de tradições, preconceitos e privilégios” (TOURAINÉ, 1978, p.35).

Os movimentos sociais não se apresentam como heróis coletivos, de acontecimentos dramáticos, mas parte do sistema de forças sociais da sociedade, disputando a direção de seu campo cultural, conforme explica Scherer-Warren:

Diante do cenário múltiplo e complexo nos quais os movimentos sociais se organizam é importante a dialética entre práticas políticas e práticas cognitivas, onde as propostas de projetos civilizatórios democráticos são sensíveis à diversidade cultural e à justiça social, fortalecendo-se socialmente à medida que conservam as dimensões das representações práticas sociais: as culturas e a ética; o conhecimento reflexivo da ciência; as

possibilidades políticas de transformação; o compromisso com o coletivo de uma esfera pública democrática. Em outras palavras, os projetos emancipatórios construídos por construtores de sujeitos sociais libertários devem considerar a complexidade dos cenários sociais existentes e a dialeticidade de múltiplas e variadas práticas sociais (SCHERER-WARREN, 1999, p.15).

Os movimentos sociais elaboram valores comuns, que orientam suas ações e constituem a tentativa de influenciar culturalmente a sociedade da qual foram originados e são, também, componentes. Em outras palavras, os movimentos sociais estão vinculados ao contexto do mundo e do desenvolvimento do capitalismo. Complementando, Pasquino (2000, p.787) diz que “(...) os movimentos sociais se distinguem pelo grau e pelo tipo de mudança que pretendem provocar no sistema e pelos valores e nível de integração que lhe são intrínsecos”. Desse modo, os movimentos sociais são sintomas de um tipo de sociedade, e causam impactos que provocam resultados distintos.

O entendimento trazido até o momento dialoga com a compreensão de organização dos movimentos sociais em redes de movimentos sociais, trazida pela pesquisadora Ilse Scherer-Warrer (2006) que, apoiada em autores como Castells, Merlucci e Touraine, compreende os movimentos sociais como “redes sociais complexas, que transcendem organizações empiricamente delimitadas, onde sujeitos individuais e coletivos estão ligados a uma identidade, ou identidades, comum a partir de um tema considerado de conflito²⁷, onde os adversários serão políticos ou sistêmicos de um projeto de transformação social.

A autora aponta as redes de movimentos sociais como conexões entre organizações empiricamente localizáveis, com articulações a partir de um mesmo eixo temático, e nesse trabalho, os direitos humanos, segundo ela “podem vir a serem segmentos (nós) de uma rede mais ampla de movimentos sociais, que se caracteriza por ser uma rede de redes” (2006, p.3), com a função de redes organizacionais de mobilização da sociedade civil ou redes propositivas de políticas sociais ou públicas. Ou seja, organiza-se uma rede de movimentos sociais que passa a ser constitutiva e “refere-se a uma comunidade de sentido que visa a algum tipo de transformação social e que agrega atores coletivos diversificados, constitutivos do campo da sociedade civil organizada” (SCHERER-WARREN, 2006, p.4).

Outra autora e pesquisadora que nos ajuda a compreender redes de movimentos sociais é Isabel Cabo (2008, p.41) que afirma que “as redes são as relações de confiança e solidariedade constituídas pelos diferentes atores sociais (...)”. Que “(...) permitirão não só a partilha dos mesmos valores e das mesmas aspirações, mas também a circulação de

²⁷ Livre orientação sexual, ambientalista, feministas, étnicos, de direitos humanos, entre outros.

informações, recurso fundamental para a sobrevivência da ação coletiva”. É relevante dizer que essa perspectiva pode abrir-se para o que se entende por ator e rede, porque não é suficiente estar conectado, interconectado ou ser heterogêneo para constituir a rede.

Nesse sentido, são nos movimentos sociais que encontramos procedimentos nos quais os atores sociais são capazes de negociar caminhos, atividades, recusas, construção de algo diferente do jogo do poder e isso tem implicações políticas – pois são nos movimentos sociais que as pessoas participam e se interessam pelas questões públicas, onde os agenciamos e as conexões não assumem protocolos lógicos.

A partir das ideias trazidas pelas duas autoras compreendemos que os movimentos sociais constituídos em rede percebem cada vez mais a necessidade de se articularem com outros grupos na busca de ganhar visibilidade, para produzir impacto na esfera pública e obter conquistas aos direitos humanos. Nesse processo de articulação atribuem, portanto, legitimidade às esferas de mediação (fóruns e redes) entre seus pares. O fortalecimento e visibilidades dos movimentos sociais contribui na formulação e implementação de políticas públicas, ou em ser um agente de transformação social, pressão autônoma da sociedade civil perante o Estado.

Entendemos, também, que seguir as relações por entre as redes traçadas pelos atores permitirá que se alcance muito mais do que chegar as suas crenças. Ou, mais precisamente, as formas de se relacionar dos sujeitos sociais que tem nas preocupações culturais, onde a atividade das produções (através das imagens, sons e textos) permite definições sobre práticas comunicacionais que nem sempre se apresentam como negadoras da diferença e da ruptura – discursos idênticos que tradicionalmente implicam em políticas dominadoras em nome de uma verdade unívoca.

É na busca dessa compreensão que passamos para o seguinte ponto dessa reflexão, entender como se propõem três redes de movimentos sociais de direitos humanos: o Movimento Nacional de Direitos Humanos (MNDH), o DH Net Cultura e Direitos Humanos e o Conectas Direitos Humanos.

3.2.1 As Redes de Movimentos Sociais de Direitos Humanos: MNDH, DH Net e Conectas

O Movimento Nacional de Direitos Humanos (MNDH), com sede em Brasília (DF), surgiu como um movimento de resistência à ditadura militar, a partir do golpe de 1964, e se associa aos processos de abertura política da década de 1980, de efervescência dos movimentos sociais, com presença nas múltiplas e diversas lutas sociais.

Organizou-se em janeiro de 1982, em Petrópolis (RJ), numa reunião de aproximadamente 30 organizações de direitos humanos, chamadas por Leonardo Boff²⁸, que nessa época já era conhecido e reconhecido como uma das principais lideranças da Teologia da Libertação. Inicialmente chamou-se Rede de Articulação e Informação de Direitos Humanos, porém no ano seguinte, consolidou-se como Movimento Nacional de Direitos Humanos e desde então, são realizados encontros anuais.

Em 1986 é elaborada a Carta de Olinda, ou os princípios do MNDH, que dá o foco sócio-político-cultural e a concepção de direitos humanos compreendidos pelo movimento, que se traduzem na busca da universalidade, indivisibilidade e interdependência e promoção dos direitos humanos. A partir desses princípios são determinados três eixos de trabalho, elaborados no decorrer dos anos 1980 e início dos anos 1990, e que traduzem as pautas de atuação ainda hoje – tendo como eixo articulador guarda-chuva: “a luta pela vida contra a violência”.

Diferente de outros movimentos de direitos humanos, de outros países do mundo, forjados na luta por direitos civis, o MNDH articula, além dos direitos civis (principalmente pelo momento político e social que o Brasil encontrava-se em 1982, de luta para a redemocratização, toda a dinâmica de abertura política e da superação da ditadura), os chamados direitos sociais: saúde, educação, moradia, terra, entre outros.

Caracteriza-se por ser uma organização formada a partir de organizações locais que se juntaram numa rede nacional para propor ações conjuntas, tanto para fortalecer essas organizações locais, quanto para desenvolver ações nacionais.

Ecumênico, suprapartidário, presente em todo o território brasileiro em forma de rede com mais de 400 entidades filiadas, constitui-se hoje na principal articulação nacional de luta e promoção dos direitos humanos²⁹.

Reúnem entre seus militantes lideranças populares, pessoas de universidades de todo o país, grupos sociais formais e informais que promovem os direitos humanos. Para o Professor Paulo Carbonari³⁰, o movimento caracteriza-se como um “movimento-rede” por reunir organizações locais que se reúnem em rede nacional para proporem e promoverem ações de

²⁸ Leonardo Boff é teólogo, escritor e professor universitário; seu trabalho esteve vinculado à consolidação das práticas sociais através da Teologia da Libertação.

²⁹ Conforme o site http://www.mndh.org.br/index.php?option=com_content&task=view&id=12&Itemid=29

³⁰ Paulo César Carbonari é militante de direitos humanos e membro do Conselho Nacional do MNDH da região sul. Filósofo é professor universitário em Passo Fundo, doutorando no Programa de Pós-Graduação em Filosofia na Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS). Concedeu entrevista para esta pesquisa em novembro de 2011.

fortalecimento local, dando vazão ao nacional. E este movimento acontece com respeito à cultura local de onde se encontram, bem como a autonomia e as dinâmicas organizativas de cada um dos membros da rede.

Nesse sentido destacamos a importância do processo de fortalecimento das organizações populares, em que o MNDH tem atuação fundamental para a estruturação de movimentos sociais como o Movimento dos Sem Terra (MST), o Movimento Nacional de Luta pela Moradia (MNLN) e uma série de outros movimentos sociais. Propõe-se a ser - e é - uma organização que articula (e essa é uma característica forte desde o começo e se mantém até hoje) sujeitos e organizações locais que lidam com os mais diversos temas de direitos humanos.

Os movimentos sociais de direitos humanos que têm interesse em participar da rede composta pelo MNDH precisam ter no mínimo dois anos de existência e é necessário que manifestem interesse em participar. A partir disso, há um período de acompanhamento e participação das atividades para, após, a organização apresentar uma proposta de afiliação. Esta é submetida às assembleias estadual e regional. Como afiliada, tem direito a enviar delegado ao Encontro Nacional, realizado a cada dois anos, participando dos processos decisórios do movimento, bem como de todos os processos da rede.

Como organização constituída por redes de movimentos sociais, o MNDH caracteriza-se por não possuir uma formação jurídica, porém apresenta um regime organizativo com força política. Possui uma mantenedora que se chama *Sociedade de Apoio aos Direitos Humanos*, e que apoia o gerenciamento administrativo e financeiro para a viabilização do funcionamento da sede nacional.

O MNDH é orientado por uma Coordenação Nacional eleita em assembleia e que, junto com o Conselho Nacional, é composto por duas pessoas de cada regional. São oito regionais organizadas através de coordenadores regionais e articuladores estaduais, o que totaliza 16 conselheiros nacionais, que executam e coordenam as ações propostas pelo movimento. O segundo movimento social de direitos humanos pesquisado é o DH Net Rede de Direitos Humanos e Cultura, fruto dos trabalhos desenvolvidos pelo Centro de Direitos Humanos e Memória Popular de Natal (CDHMP), no Rio Grande do Norte. O DH Net é apresentado como um projeto global de ocupação do espaço digital, definido pelos membros da organização como “o braço cibernético” dos trabalhos desenvolvidos nos espaços presenciais.

O CDHMP é uma organização social de interesse público, sem fins lucrativos, comprometida com a democratização da sociedade, voltada para a defesa e promoção dos

direitos humanos e o fomento de políticas públicas. Foi fundada em dezembro de 1986, com o objetivo de dar continuidade aos trabalhos desenvolvidos pela Comissão Pontifícia de Justiça e Paz da arquidiocese de Natal, filiada ao MNDH. Desde o início de suas atividades, o CDHMP é participante ativo do MNDH, exercendo cargos no Conselho Nacional, na Secretaria Executiva do Regional Nordeste por duas vezes, no Conselho Regional e como Articulador Estadual por vários mandatos eletivos.

Enquanto grupo vinculado à igreja, na condição de Comissão Pontifícia de Justiça e Paz, as ações voltavam-se, em âmbito nacional, às campanhas da Anistia e no debate que culminou com a Constituição de 1988.

Por ser apontado como referência em direitos humanos no Rio Grande do Norte, sua constituição jurídica se deu pela necessidade de institucionalizar as ações e dar maior autonomia política ao grupo. Contudo, a parceria com a igreja permaneceu para o desenvolvimento de projetos e trabalhos ligados às questões sociais.

A institucionalização do grupo viabilizou parcerias e financiamentos estrangeiros, como o da CORAID, que possibilitou um trabalho de sensibilização através de ações, como o Programa de Educação em Direitos Humanos que mais tarde tornou-se o Programa de Educação para a Cidadania. Essa experiência facilitou o desenvolvimento do tema nas escolas estaduais no bairro Cidade Esperança. Outras atividades, como teatro e debates públicos, foram executadas nesse projeto de sensibilização e promoção e na defesa dos direitos humanos.

O perfil político e social determinaram fortemente as diversas etapas de desenvolvimento do trabalho do CDHMP, principalmente o Atendimento aos Casos de Violações aos Direitos Humanos, definindo pela sua alta complexidade e que permitiu ações de parcerias, sensibilização e envolvimento da sociedade em geral. Concomitante a isso, o grupo realizava atendimento a pessoas em vulnerabilidade social, principalmente de vítimas de violência institucional, no sentido de facilitar seu acesso à justiça e a órgãos públicos, como o Ministério Público Estadual e Federal, as Delegacias de Polícia, o Instituto de Medicina Legal (exames de corpo de delito) e os Conselhos de Direitos Humanos, da Mulher e Penitenciário. O desenvolvimento dessa ação possibilitou a criação do Comitê de Familiares e Vítimas da Violência.

A história do CDHMP e de seus militantes é marcada pelo combate à impunidade e fortalecimento da justiça, com o atendimento de diversos casos de violação de direitos humanos, em parceria com o Ministério Público Estadual e Federal. Um dos principais casos, que resultou na condenação de um policial civil, é o “Caso da Chacina de Mãe

Luiza”. A condenação do policial foi um marco nacional e inédito na luta dos direitos humanos no nordeste brasileiro, por ser um integrante de grupo de extermínio, que foi julgado e condenado. Porém os militantes de direitos humanos do CDHMP tiveram que enfrentar a perda de dois companheiros assassinados, o advogado Gilson Nogueira e o ativista Antonio Lopes “Carla”. As mortes foram decorrentes das denúncias contra o grupo de extermínio existente nos órgãos estatais de segurança pública do RN. Durante alguns anos outras lideranças dos direitos humanos viveram sob pressão e medo por suas vidas e a vida dos seus familiares.

O CDHMP, por suas raízes relacionadas à igreja, atua com atividades de formação de jovens e professores das redes públicas com temas relacionados à cidadania. A organização também já realizou cursos voltados para a formação de advogados leigos, dentro das comunidades, com lideranças populares, para que os próprios sujeitos possam assumir a defesa dos direitos humanos em casos de violações no dia a dia. Com os resultados obtidos nesses cursos surgiram os *agentes de cidadania*, a partir da capacitação de um conjunto de agentes formadores para que tivessem condições de atender as demandas e os desafios que surgissem.

As experiências exitosas nas áreas de educação, cidadania, justiça e segurança fortaleceram os vínculos com a Rede Brasileira de Educação para os Direitos Humanos, com a Universidade Federal da Paraíba, com o Conselho Estadual de Direitos Humanos da Paraíba, com a Universidade Federal do Rio Grande do Norte, com a Universidade Potiguar (UnP), com o Programa Nacional de Informática (PROINFO), com o Sindicato dos Trabalhadores em Educação (SINTE/RN) e com as Secretarias Estadual e Municipal (de Natal) de Educação.

Outra atuação importante do CDHMP foi na elaboração do Programa Estadual de Apoio e Proteção às Testemunhas, Vítimas e Familiares de Vítimas da Violência (PROVITA/RN), que funcionou entre os anos de 1997 a 1999. O centro também possibilitou a parceria entre o movimento de direitos humanos no RN, quando, pela primeira vez, foi feito um convênio com o Governo do Estado, o Ministério da Justiça e com o conjunto da sociedade civil, representado pelo seu Conselho Político Deliberativo.

Das diversas experiências e trabalhos realizados pelo CDHMP (como o desenvolvimento da capacidade de articulação, a criação de mecanismos e políticas públicas, os efeitos multiplicadores das atividades educativas com ampliação do público envolvido, a consolidação de metodologia de trabalho na formação de educadores

populares e a articulação com a mídia local e nacional), não é menos importante, porém, o que é considerado pelos militantes como uma das maiores contribuições da organização: a elaboração do Programa Estadual de Direitos Humanos do Rio Grande do Norte (PEDH/RN), resultado de discussões e de diversas mobilizações em todos os setores sociais do Rio Grande do Norte.

A relação com a mídia local e nacional proporcionou ao movimento a realização do Prêmio Estadual de Direitos Humanos "Emmanuel Bezerra dos Santos", bem como o Prêmio Jornalístico de Direitos Humanos, eventos que refletem toda essa política de articulação, mobilização social e contatos com os meios de comunicação no Estado do RN.

Entendendo o contexto político e social trazidos até o momento e a necessidade de aprofundar determinadas áreas de atuação do CDHMP, o movimento investe na articulação e formação dos grupos organizados como os vinculados ao MNDH na Campanha de Combate à Tortura – entre os anos de 1998 e 2002 – e hoje a Comissão da Verdade e à Memória. Buscam formas de usos constantes e técnicos dos meios de comunicação, a exemplo da utilização da internet, de videotecas populares, entre outros, levando o centro a propor, investir e manter um “mecanismo” de comunicação que favorece suas ações.

O movimento têm em seu acervo diversos registros de suas ações em filmagens, como manifestações em portas de fábricas e sindicatos que, no decorrer da sua história, possibilitaram a realização de diversas atividades na área de vídeo, que fomentaram as discussões de modo a sensibilizar, conscientizar e provocar debates. Com a produção de audiovisual foram viabilizadas experiências inovadoras para o movimento, como a TV Alerta Comunitária, durante o ano de 1993, bem como a parceria com a TV italiana Arco-Íris. Dessas experiências acumuladas na área comunicacional o CDHMP, com outros parceiros, desenvolveu um site para ser o maior banco de dados sobre direitos humanos, cultura, memória e comunicação: o DH Net – Rede de Direitos Humanos e Cultura, disponível no endereço www.dhnet.org.br.

O site foi elaborado em 1994, a partir de um grupo de estudo sobre Direitos Humanos e Realidade Virtual. Em 1º de maio de 1995, foi disponibilizado o BBS³¹ Direitos Humanos e Cultura, que após dois anos se transformou no DH Net. Assim como o CDHMP, o DH Net é afiliado ao MNDH e à Rede Brasileira de Educação em Direitos

³¹ BBS é um sistema de informação que permite a ligação (conexão) via telefone a um sistema através do seu computador e interagir com ele, tal como hoje se faz com a internet.

Humanos. Propõe-se a ser um portal, um provedor de internet e o maior banco de dados e informações sobre direitos humanos e memória em língua portuguesa. E é mantido pelo Centro de Direitos Humanos e Memória Popular (CDHMP).

A participação do CDHMP no Seminário Internacional de Direitos Humanos, ocorrido em Rosário, Argentina, em outubro de 2004, auxiliou na criação e concretização do projeto da Rede de Operadores de Direitos Humanos da América Latina e Caribe. Outras articulações propostas e trabalhadas a partir de 2005 são decorrentes da I Conferência Internacional de Direitos Humanos de Cabo Verde, como a articulação e parceria entre militantes e ativistas de direitos humanos nos países de língua portuguesa e uma integração da rede, com a proposta de interconectar experiências de promoção, proteção e garantia de todos os direitos da pessoa em todos os países que a compõem. Essa parceria se deu, também, em projetos na área de educação em direitos humanos.

Para além das redes internacionais, o CDHMP articula e trabalha com a Rede Estadual de Direitos Humanos e a Rede Interestadual de Direitos Humanos, na perspectiva de reunir organizações da sociedade civil, instituições, redes sociais e pessoas socialmente engajadas de três Estados nordestinos vizinhos: Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará.

Nessa perspectiva, o CDHMP considera as redes como uma forma estratégica de pressionar o poder público para o funcionamento dos órgãos de controle de todas as gerações de direitos e, ainda, somar esforços para a implantação e seguimento do Programa Estadual de Direitos Humanos no RN. Elas são concebidas também como formas de divulgar, disseminar o conhecimento a respeito do tema dos direitos humanos. Todas as redes de articulação, promoção e defesa dos direitos humanos que o DH Net integra estão disponibilizadas no site do centro, www.dhnet.org.br.

O último movimento social de direitos humanos pesquisado é a organização *Conectas Direitos Humanos*, situada em São Paulo-SP, criada a partir do I Colóquio Internacional de Direitos Humanos, em 2001, que contou, principalmente, com a participação de professores, acadêmicos e representante da sociedade civil do Sul da África, Ásia e América Latina, compreendidas como o Sul Global. Na ocasião se discutiu a necessidade trabalhar em rede, de forma colaborativa, as relações entre os países de forma que interligasse os militantes de direitos humanos.

Nesse contexto, o tema foi a retomada de democracia e as diversas formas de violação dos direitos por parte do Estado e as vulnerabilidades sociais. A necessidade de ampliação dos

debates e de trocas de informações e experiências possibilitaram a articulação desses integrantes a proporem o trabalho que hoje é desenvolvido pela Conectas. Se num primeiro momento, quando é instituída a organização, o trabalho volta-se para discussões acadêmicas e conceituais sobre direitos humanos, num segundo momento, sem abandonar o perfil reflexivo e filosófico, suas ações são direcionadas para dois eixos principais que interagem entre si: o Programa de Justiça e o Programa Sul Global.

O primeiro – Programa de Justiça – compreende o braço de atuação jurídica e estratégica para a proteção dos direitos humanos a pessoas vítimas de violência e de violações de seus direitos. As ações estão voltadas para três focos principais: o primeiro é o sistema prisional e socioeducativo, que, com representação permanente em Brasília (DF), acompanha e monitora as ações do executivo e legislativo nas questões de justiça criminal. Desde a criação do programa a Conectas têm atuado em ações de defesa de jovens em fundações socioeducativas³² em São Paulo, além promover ações de indenização e processos administrativos em casos de violações físicas, morais e psicológicas nessas unidades.

Atua, desde 2007, com ações no sistema prisional onde há um grande número violações dos direitos humanos, desde superlotação das unidades prisionais a violações físicas, muitas vezes cometidas por policiais, no abuso de autoridade.

Atualmente a Conectas concentra esforços para combater o uso abusivo da prisão preventiva, e integra uma rede de nove organizações brasileiras que trabalham com o tema. (...) Busca-se desestabilizar as práticas de violação dos direitos humanos e a responsabilização dos agentes violadores, além do aumento do constrangimento político e do debate público³³.

O segundo foco é a relação com o Supremo Tribunal Federal. A presença permanente de membros da Conectas em Brasília possibilita ao movimento, através do recurso jurídico chamado *amicuscuriae*³⁴, atuar nas ações que envolvem garantias de direitos fundamentais, com o objetivo de “influenciar as decisões do poder jurídico em relação ao tema dos direitos humanos”³⁵ e incentivar outras organizações e movimentos sociais a valer-se deste mecanismo, possibilitando a ampliação da participação social na área jurídica.

O terceiro e último foco de atuação do Programa de Justiça está relacionado ao direito à saúde e as políticas públicas interagem com o tema, como por exemplo, o acesso a

³² Antiga FEBEM, conhecida no RS como Fundação de Atendimento Socioeducativa (FASE).

³³ Conforme <http://www.conectas.org/artigo-1/sistema-prisional>.

³⁴ Expressão de origem do Latim que significa "amigo da corte". São os pareceres, opiniões e memoriais anexados aos casos de discussão de constitucionalidade de relevância pública, com o objetivo de influenciar a decisão dos juízes do Supremo Tribunal Federal e pluralizar o debate.

³⁵ Conforme <http://www.conectas.org/artigo-1/stf>

medicamentos. A Conectas “desenvolve ações que buscam minimizar o impacto negativo do sistema de proteção de propriedade intelectual de produtos farmacêuticos no acesso a medicamentos no Brasil”³⁶.

Já o Programa Sul Global

Tem como objetivo aumentar o impacto do trabalho dos defensores, acadêmicos e organizações de direitos humanos do Sul Global (...) realiza atividades de educação, pesquisa, trabalho em rede e advocacy. (...) Busca facilitar o acesso dos ativistas aos mecanismos de direitos humanos da ONU e dos sistemas regionais³⁷.

É compreendido em quatro projetos: o primeiro é o Colóquio Internacional de Direitos Humanos, evento que deu origem a Conectas e que ocorre anualmente, durante uma semana, reunindo militantes, acadêmicos e pessoas ligadas ao tema dos direitos humanos para um encontro de conexão, reflexão e troca de experiências. Seu objetivo é “fortalecer a atuação individual e coletiva dos defensores de direitos humanos e, ao mesmo tempo, encorajá-los a se engajarem internacionalmente na promoção desses direitos”.³⁸ São nos encontros presenciais que se estabelece e se possibilita a continuidade nas redes digitais, permitindo que as diferentes realidades sejam confrontadas e analisadas na perspectiva de avançar nos trabalhos realizados pelo Sul Global.

O segundo projeto, que está diretamente vinculado ao primeiro, é a *Sur – Revista Internacional de Direitos Humanos*. Este busca trazer as diferentes reflexões sobre o tema dos direitos humanos na tentativa de publicizá-lo para além do âmbito acadêmico. Apresenta-se em versão impressa e digital, em três línguas: espanhol, inglês e português e recentemente a revista foi incluída na indexação do Google Acadêmico.

O terceiro projeto em desenvolvimento é o Projeto de Política Externa em Direitos Humanos, que se propõe a capacitar os ativistas e militantes de direitos humanos para o conhecimento e uso dos sistemas internacionais e regionais da ONU, além de influenciar na política externa dos países que compõem o Sul Global. Também atua com suporte técnico, *advocacy*, campanhas e trabalhos em rede.

No Brasil, a Conectas trabalha para a criação de mecanismos de participação e monitoramento da política externa pela sociedade civil. Neste sentido, é membro-fundador do Comitê Brasileiro de Direitos Humanos e Política Externa. Desde 2007, a Conectas publica o anuário “Direitos Humanos: o

³⁶Conforme <http://www.conectas.org/artigo-1/acesso-a-medicamentos>

³⁷Conforme <http://www.conectas.org/institucional/programas>

³⁸Conforme <http://www.conectas.org/coloquio-internacional>

Brasil na ONU”, compilando votos e iniciativas brasileiras, bem como recomendações endereçadas ao país. Desde 2010, a Conectas conta com uma representação permanente em Genebra (Suíça), em parceria com o Centro de Estudos Legales e Sociales (Argentina) e a Corporación Humanas (Chile)³⁹.

O último, mas não menos importante, projeto é o Programa de Intercâmbio com países da África Lusófona. São ativistas de direitos humanos de Moçambique, Cabo-Verde, Angola e Guiné Bissau que durante um semestre são capacitados em direitos humanos nas áreas de atuação da Conectas. Além disso, a organização promove a troca de experiências e o fortalecimento do trabalho desenvolvido. São parceiros desse projeto a PUC/SP e a Open Society for Southern Africa (OSISA). O programa tem duração de 17 meses; nos 11 meses seguintes aos seis de capacitação os intercambistas voltam aos seus países de origem para implantar projetos de proteção dos direitos humanos, desenvolvidos no processo de capacitação. A experiência de troca existe, porém ainda é um movimento unilateral.

Para a Conectas, os direitos humanos estão relacionados a um Estado democrático e à efetivação dos direitos para o exercício da cidadania, principalmente nos que tange à participação e implementação, nos níveis decisórios governamentais – nacional e internacional – e em questões que transcendem a esfera governamental. Os direitos são compreendidos como indivisíveis, interligados, integrados, pois se um direito é suprimido, outros serão afetados e não é possível efetivá-los separadamente.

Apesar de estar localizada na cidade de São Paulo, a atuação da Conectas não está limitada a pensar ações em direitos humanos de forma local. Suas ações são realizadas em nível nacional e internacional, ou seja, há a preocupação de que uma determinada ação local tenha resultados no país como um todo. Um dos exemplos mais significativos é relacionado ao sistema prisional no Espírito Santo⁴⁰ que em 2009 apresentava condições de gravidade extrema e a Conectas atuou em rede junto às esferas estaduais e nacionais através de parceria para a busca de solução e monitoramento da situação.

A sustentabilidade dos trabalhos da Conectas decorrem de financiamentos internacionais, em sua maioria, e da Fundação Padre Chagas. Os recursos são direcionados aos programas e projetos desenvolvidos pela organização. Há uma preocupação em não receber recursos vinculados a empresas privadas que possam comprometer o trabalho desenvolvido em direitos humanos.

³⁹Conforme <http://www.conectas.org/politica-externa>

⁴⁰A saber, a maior população carcerária encontra-se em São Paulo (SP)

No percorrer desse processo para a compreensão do entendimento dos direitos humanos a partir do *MNDH, DH Net e Conectas*, podemos afirmar que esses movimentos sociais buscam nos seus modos de intervenção, reivindicação, processos de luta, ação e projetos, a efetivação dos direitos humanos para uma sociedade mais justa e igualitária. Fomentam nas suas redes uma cultura de respeito à dignidade humana, de promoção e vivência da cidadania amparada em valores como a justiça, a liberdade, a igualdade, a solidariedade de todas as pessoas. E para essa cultura é necessário uma cidadania que transforma esses valores em práticas. É nesse entendimento de conhecimento e reconhecimento que se faz necessário uma maior compreensão da cidadania para os processos comunicativos e cidadãos que nos leva ao terceiro capítulo desta dissertação.

4 COMUNICAÇÃO CIDADÃ: A BUSCA DA COMPREENSÃO DO CONCEITO

Este capítulo discute os aportes teóricos que acompanharam a reflexão proposta pela pesquisa: os processos comunicacionais, os direitos humanos e a cidadania, vinculados aos movimentos sociais e à cidadania comunicativa. O estudo pretendeu, no diálogo com o objeto da pesquisa, fornecer elementos para a compreensão do funcionamento dos processos comunicacionais alternativos.

Isto exigiu desdobramentos de um processo teórico-metodológico que nos levou a reler como os diferentes autores pensam os temas envolvidos na pesquisa. Este movimento implicou em escolhas que determinaram o ponto de vista e o lugar de onde analisamos o objeto. E estas escolhas e avanços podem ser acompanhados no texto que segue.

4.1 NA COMPREENSÃO DE CIDADANIA: A DIFERENCIAÇÃO NECESSÁRIA

A pesquisa enquanto processo de construção do conhecimento busca delimitar, esclarecer e relacionar noções e conceitos vinculando temas e problemáticas a teorias que pretendem explicar determinados fenômenos. Direitos humanos e cidadania, se tomados de forma isolada, ou a partir de uma leitura do senso comum, apontam para um tipo de compreensão que precisa ser problematizada, porque nem sempre os termos vêm relacionados ou se percebe a sua imbricação. Por isso, se faz necessário um recorte articulador que permita relacioná-los para, então, perceber a implicação entre ambos.

O sentido (denotativo) de “cidadania”, compreendido e assumido pelo senso da língua, é descrito no Dicionário Silveira Bueno (2000, p.166), como "a qualidade ou nacionalidade do cidadão". Cidadão é "o indivíduo no gozo dos direitos civis e políticos de um Estado, ou no desempenho de seus deveres para com este". Seu sentido etimológico deriva da palavra *civita*, cidade em latim, e da palavra grega *politikos*, cuja tradução remete àquele que habita a cidade.

A cidadania, também, pode ser compreendida, segundo o filósofo político Norberto Bobbio em *A Era dos direitos* (1992), como o processo mediante o qual “os súditos se tornam cidadãos quando lhe são reconhecidos alguns direitos fundamentais” (p.1). Para este autor é na modernidade que a cidadania se constitui como campo de tensões, tanto no que tange aos seus titulares – os cidadãos – quanto ao seu objeto de tutela – o Estado – e inaugura o mundo dos direitos.

A cidadania em sua concepção clássica era compreendida como um conjunto de direitos e deveres que lhe atribuem à condição de “status” social, concedido aos membros integrais de uma comunidade. Todos aqueles que o possuem são iguais em relação aos direitos e obrigações pertinentes a cada um (Marshall, 1967, p.176). Outra forma de ser compreendida é como a condição de ser social de um sujeito de direitos e deveres, não apenas com relação aos direitos formais de liberdade, pois ao fim e ao cabo pode significar: “o direito de ter direito” que na esfera política precisa ser entendida como uma concessão desses direitos, “sustentados na força da enunciação e derivados da experiência sócio-política” (CHERESKY, 2006, p. 85).

Esta concepção de caráter fortemente contratualista tem sua fundamentação no pensamento liberal, e, apesar da ênfase no contrato ou no pacto social, precisa ser destacada, pois é daí que surge a ideia de cidadão como sendo aquele que faz parte da comunidade, ou de um coletivo que se subordina a estas regras ou modos de ser.

Uma outra dimensão de cidadania pode se apresentar em uma perspectiva reducionista da condição de cidadão, na qual o indivíduo é sujeito de direitos e deveres e é assim considerado quando cumpre seus deveres – e por isso goza dos direitos. Entretanto, pensá-la apenas no seguimento das leis é reduzir um processo aos elementos normativos, esquecendo que cidadania é muito mais do que uma relação entre direitos e deveres, pois a cada direito corresponde, em geral, não só uma obrigação.

Também há a noção de que a cidadania está relacionada ao direito de votar e de ser votado, expressos em um sistema que define uma condição na qual o cidadão é concebido como indivíduo que usa sua capacidade de tomar decisões racionais através da compreensão da sua situação e dos seus objetivos, e está relacionado ao que ‘julgar’ o melhor. Entendemos que essa concepção de cidadania pode ser considerada como uma atitude passiva e representativa, em que se delega aos representantes políticos o poder para mandato eletivo, escolhido por voto periódico e, através disso, é transferida para o Estado a tarefa de gerenciar políticas públicas, ações estratégicas, ou investimentos adequados em justiça social.

As duas últimas concepções apresentadas sugerem uma restrição no que se entende por cidadão. A restrição está definida no direito do cidadão, na capacidade de ser sujeito em um determinado âmbito, que se funde na visão do indivíduo que possui aptidão para ser racional e fazer escolhas. Para ampliarmos essas concepções, entendemos que esse sujeito não existe isoladamente; sua existência dependerá dos vínculos sociais que estabeleça – condição para as associações e a participação na sociedade. Portanto, a cidadania precisa ser percebida

como resultado de um produto composto que vai do individual ao coletivo, numa dimensão política, social e cultural.

Para o exercício da cidadania é preciso que o sujeito – cidadão – exerça o seu “poder” de interferência na vida social e passe a determinar que a liberdade e a igualdade sejam definidas pelo papel social que desempenham nas suas práticas cotidianas e não apenas pelas bases do Estado e do desenvolvimento econômico (o capitalismo) que gera a desigualdade social, como explica o professor Garretón,

Assim as formas diversas de ser sujeito, através do trabalho, do voto, do gênero, do local, da religiosidade e etnia, sempre que são negadas a individualidade e liberdade abrem possibilidades também diversas de ser ‘moderno’ (GARRETÓN, 1995).⁴¹

Considerando, assim, que a cidadania é a reivindicação e o reconhecimento de direitos, trazemos outro conceito-chave fundamentado nos direitos humanos e na busca da democracia que permite dar maior amplitude àqueles conceitos. Os direitos do cidadão, ou direitos fundamentais relacionados e fundamentados nos direitos humanos, interpelam a relação assimétrica entre o cidadão (indivíduo) e o Estado (poder coletivo). Frente ao poder do Estado, o indivíduo tem na cidadania o seu recurso formal e político para expressar e canalizar suas demandas.

Nesse sentido, a cidadania enquanto conjunto de direitos, relacionada ao mundo local e transnacional, educacional e comunicacional (GARRETÓN, 1995), permite um movimento lógico compreensivo diferenciado porque traz o movimento da sociedade. Por isso, quando se pensa em cidadania e direitos humanos na América Latina as questões levantadas pelos diferentes movimentos sociais são pertinentes.

A (re) democratização dos países latino-americanos, o marco para a constituição de uma cidadania na contemporaneidade e a articulação com os movimentos sociais de direitos humanos, em especial no caso brasileiro, passam a ter uma ênfase maior nos anos de 1980 e 1990, como elemento da estratégia política e ferramenta de articulação. A conexão entre esses três eixos (movimentos sociais de DH, cidadania e democracia) reconfigura um cenário em que “o reconhecimento dos direitos regula não só as relações entre o Estado e o indivíduo, como também estabelece no interior da sociedade, com os direitos funcionando, os

⁴¹ Tradução livre da autora desta dissertação – “Así, las formas muy diversificadas de ser sujeto, a través del trabajo, del voto, del género, del espacio local, de la adscripción étnica o religiosa, siempre que ellas no nieguen la individualidad y libertad, abren posibilidades también muy diversas de ser ‘moderno’.”

parâmetros que governam as relações sociais em todos os níveis” (DAGNINO, 2006, p.396). Este cenário se evidencia nas lutas dos movimentos sociais, onde as ações de combate à discriminação e a promoção dos direitos se dão nas relações sociais que envolvem o seu dia a dia.

Segundo Garretón (1994, p. 102), “o controle de diferentes instrumentos que permitam às categorias individuais e sociais transformarem-se em sujeitos, redefine o fenômeno do poder e, também, diversificando-o” e, nesse sentido, os movimentos sociais de direitos humanos podem propor uma reordenação das relações de poder na esfera social, política e comunicacional, numa sociedade baseada nos direitos humanos. Para o autor é preciso reconhecer que o poder é multidimensional, cristalizado em diferentes esferas e âmbitos e, para o exercício da cidadania, é necessária uma redefinição também multidimensional, para que esses sujeitos atuem nos múltiplos campos.

Desta forma, o exercício da cidadania é reconhecido como um processo de transformação das práticas cotidianas, em que a construção dos sujeitos sociais torna os próprios sujeitos ativos, agentes políticos, com capacidade de ação e de luta e conscientes de seus direitos, e também da necessidade de outros direitos.

Contudo, não basta termos presente, de forma abstrata, que os movimentos sociais afirmam o reconhecimento de direitos em uma sociedade que se pretende justa e abre possibilidades para sujeitos sociais ativos. É preciso compreender que o exercício da cidadania empreendido por estes é um processo aberto, plural, de manifestação dos sujeitos no espaço público, na defesa e garantia de seus direitos como pessoa participante de um grupo, vinculada a uma realidade social. Isto é, o ser cidadão não se materializa no vácuo ou em um vazio social, mas num espaço e realidade social concretos.

É necessário, portanto, considerar também o processo de globalização e o modelo de desenvolvimento liberal, quando a (as ameaças de) desestabilização da economia, as dificuldades sociais e o agravamento da violência urbana trazem para a pauta os discursos sobre eficiência, leis de mercado, competitividade, necessidade de privatizações e livre comércio, e inúmeros são os desafios e problemas relacionados à cidadania.

García-Canclini (1999), ao afirmar que “devemos nos perguntar se ao consumir não estamos fazendo algo que sustenta, nutre e, até certo ponto, constitui uma nova maneira de ser cidadão” (p.55) e que “nós, cidadãos, também somos consumidores e [nos] leva a descobrir na diversificação dos gostos uma das bases estéticas que justificam a concepção democrática da cidadania” (p. 58), possibilita-nos pensar sobre os processos socioculturais que levam a determinadas conexões entre o exercício da cidadania e a capacidade de consumir dos

indivíduos, característica da transição entre os séculos XX e XXI, em que ser cidadão não é apenas ter seus direitos reconhecidos pelas estruturas do Estado, mas, também, participar das práticas sociais e culturais que dão sentido e satisfação às necessidades.

Cidadania passa a ser compreendida a partir do poder simbólico em torno do projeto de democratização, e sua reconfiguração se dá na redução do significado do coletivo, para uma interpretação individualista. O exercício da cidadania passa a ser considerado a partir da cultura do consumo, inclusive para as parcelas mais excluídas da sociedade. “Ser um cidadão passa a significar uma integração individual ao mercado, como consumidor e como produtor”⁴² (DAGNINO, 2006, p.403).

Segundo Dagnino (2006), nessa lógica é possível “adquirir uma cidadania” através de microempreendimentos e qualificação para os poucos trabalhos que ainda há no mercado, num contexto em que o Estado paulatinamente não tem mais o papel de garantidor de direitos. Ou seja, as esferas de negociação e enfrentamento se dão na livre negociação, na flexibilização das relações. Exemplo disso é o fato de que sindicatos e trabalhadores, ao se colocarem contrários às reformas referentes aos direitos trabalhistas, tornam-se “inimigos da nação, que se opõem às reformas políticas que buscam reduzir as responsabilidades do Estado” (2006, p. 403)⁴³.

Esta forma de compreender o exercício da cidadania privilegia o viés econômico e permite a objetivação do paradoxal: cidadania não seria mais resultado do exercício político, mas do consumo, e é por isso que na contemporaneidade o Estado, mesmo violando sistematicamente os direitos humanos e os direitos fundamentais, não nega sua necessidade, mas se apropria das noções de direitos na perspectiva de “projetos de governo”, ou político-partidário.

Dagnino (2006) aponta para a apropriação da ideia de *participação cidadã* pelo Estado, como uma estratégia para implementar políticas e ajustes liberais, numa confluência perversa entre o projeto participativo de consolidação da democracia e o projeto neoliberal. A reconfiguração do Estado e a redução de suas responsabilidades, leva ao progressivo desaparecimento da garantia dos direitos.

A perversidade da apropriação se dá porque ambos os projetos – participação cidadã e implantação de políticas liberais – requerem uma sociedade civil ativa e proativa – principalmente porque implicam que as organizações da sociedade civil, movimentos sociais

⁴² Tradução livre da autora desta dissertação – “ser un ciudadano pasa a significar una integración individual al mercado, como consumidor y como productor”.

⁴³ Tradução livre da autora desta dissertação – “enemigos de la nación, que se oponen a las reformas políticas que buscan reducir las responsabilidades del Estado”.

e organizações não governamentais assumam funções e responsabilidades na elaboração e execução de políticas e promovam ações que seriam considerados responsabilidade do Estado.

Em outras palavras, nesta perspectiva há o entendimento de que a solução de problemas como a pobreza e a desigualdade é uma questão de responsabilidades de cada indivíduo da sociedade. A solidariedade, ora coletiva, passa a operar pela referência de direitos e cidadania como uma responsabilidade moral estritamente privada. Há, claramente, uma ausência da compreensão dos direitos humanos, direitos fundamentais e de discussão e reflexão sobre os motivos e consequências da pobreza e da desigualdade social. “Esta reconfiguração da cidadania e solidariedade obstrui sua dimensão política e corrói as referências à responsabilidade política e o interesse público” afirma Dagnino (2006, p.405).

O desenvolvimento deste projeto de sociedade provocou dois movimentos. Num primeiro momento, não conseguiu descaracterizar que, na vinculação da cidadania com a solidariedade, os movimentos sociais atuaram para contrapor-se à ditadura. Num segundo, materializou a mudança da natureza da ação política: os esforços na busca do fim das desigualdades assumiram cada vez mais a necessidade de fazer valer não só direitos políticos, mas direitos sociais e econômicos. Isso resultou em práticas diferenciadas, inovadoras no campo da participação social, que se deram, principalmente, em função de certa incapacidade, por parte dos governos, de propor políticas que implicassem na redução da desigualdade social. Contudo

O projeto fez assegurar a criação de espaços políticos públicos de participação cidadã, incluindo aqueles destinados à formulação de políticas públicas. Com o avanço das forças liberais como parte da disputa política entre projetos antagônicos, a noção de participação também foi reapropiada e resignificada. Como mencionamos, a confluência perversa deste projeto (...) requer a participação da sociedade civil⁴⁴ (DAGNINO, 2006, p. 407).

Dessa forma, as políticas de governo, muitas vezes, não dão conta das necessidades ou são maquiadas, principalmente, porque o exercício da cidadania dos sujeitos não está limitado ao acesso às políticas, mas também exige qualidade no âmbito do acesso. Com a proposta de

⁴⁴ Tradução livre da autora desta dissertação – “El proyecto logró asegurar la creación de espacios públicos de participación ciudadana, incluyendo aquellos destinados a La formación de políticas públicas. Con el avance de las fuerzas liberales como parte de la disputa política entre proyectos antagónicos, la noción de participación también ha sido reapropiada y resignificada. Como se menciono previamente, en la confluencia perversa de estos proyectos (...) requieren la participación de la sociedad civil”.

desenvolvimento de redução do papel do Estado – e das políticas sociais – as ações passam a ser

Formuladas por esforços estritamente de emergência, direcionados a setores específicos da sociedade, cuja sobrevivência se encontra em grave risco. Essas políticas não são direcionadas para cidadãos com direitos a terem direitos, e sim, pessoas ‘necessitadas’ que serão assistidas por caridade pública ou privada⁴⁵ (DAGNINO, 2006, p.404).

É importante destacar que esta proposta de participação cidadã (liberal), mesmo articulada através das organizações não governamentais e movimentos sociais, não impede, em alguns casos, uma “criminalização” desses sujeitos por parte do Estado, reforçada pelos meios de comunicação quando a ação dessas organizações vai além do reformismo neoliberal. As mídias hegemônicas se mostram incapazes de propor e promover uma reflexão aprofundada e um debate democrático sobre o modelo de desenvolvimento agrário do país e assim criminalizam, para citar apenas um exemplo, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) com denúncias ou de forma a discriminar uma cultura, como foi o caso do fechamento das escolas do movimento no estado do RS através do Ministério Público Estadual, no Governo da Yeda Crusius (2006-1010).

Durante o ano de 2006, o Movimento Nacional de Direitos Humanos (MNDH) elaborou um relatório que, ao ser concluído, foi entregue a Federação Internacional de Direitos Humanos (FIDH) e apresentado em audiência pública na Organização dos Estados Americanos (OEA). O Relatório de Casos Exemplares, como foi intitulado, abordava a criminalização dos movimentos sociais em países da América: Brasil, Argentina, Canadá, Chile, Colômbia, Equador, Guatemala, Peru e Panamá. A partir de sete casos, o documento apresenta um levantamento que abrange temas como mulheres camponesas, indígenas, direitos humanos e atingidos por barragens. De acordo com o relatório,

Estes vêm se desenvolvendo historicamente no sentido de frear a atuação dos defensores da luta social no Brasil, impondo dificuldades de atuação e articulação, o que na maioria dos casos, significa a criminalização legal ou administrativa, através de indicação e processos legais ou a difamação pública dos movimentos, seus objetivos e manifestações públicas. (MNDH, 2006, p. 3)

⁴⁵ Tradução livre da autora desta dissertação – “formuladas como esfuerzos estrictamente de emergencia dirigidos a ciertos sectores específicos de la sociedad cuya supervivencia se encuentra en grave riesgo. El Blanco de estas políticas no son ciudadanos con derechos a tener derechos, sino seres humanos ‘necesitados’ que han de ser asistidos por la caridad, pública o privada”.

Nesse cenário, os sistemas midiáticos atuam em duas dimensões ao expressarem o campo da cidadania, conforme afirma Garretón (1994), numa relação dúbia na qual as mídias controlam o poder e exercem a cidadania. E destacamos a importância de se ter presente essas duas dimensões quanto aos processos comunicacionais na esfera pública, pois esses permitem uma participação dos sujeitos numa sociedade democrática, ou seja, uma relação de poder e exercício da cidadania.

A primeira dimensão é que os meios de comunicação “podem substituir de forma ilusória os campos de cidadania aos que não têm acesso” (p.106), fazendo com que os indivíduos tenham experiências, sentidos e identidades homogeneizadas sem tê-las vivido e substituindo projetos centrais de sentidos da vida individual e coletiva. “Aprendemos” a reconhecer as formas de realização da liberdade, igualdade e qualidade de vida, ao mesmo tempo em que esses meios são ou podem ser controladores de poder. Em outras palavras, podem favorecer ou impedir o reconhecimento e a pluralidade para o exercício da cidadania em suas várias dimensões.

A segunda dimensão é que os meios de comunicação são um novo espaço para o exercício da cidadania, pois traz possibilidades de apropriação, onde a informação aumenta o poder do sujeito social. A ressignificação do poder é capaz de redimensionar a cidadania, favorecendo ou impedindo o reconhecimento da diversidade e pluralidade dos modos de vida, dos direitos e demandas dos cidadãos no espaço público.

A partir da pesquisadora Maria Cristina Mata (2006), compreendemos os processos midiáticos como fundantes para a cidadania por possibilitarem a existência pública dos diferentes sujeitos e permitirem a estes, por vezes, representarem a si ou a um coletivo. A autora propõe uma cidadania a partir do campo das ciências sociais e políticas, vinculada à comunicação, e nos permite pensá-la como

Prática que implica na capacidade de ser sujeito em todos os âmbitos em que se constroem o poder e por consequência como prática que implica participar efetivamente na elaboração das regras que com validade de norma instituída ou legítima tem capacidade de ordenar a vida na sociedade (MATA, 2006, p.8).

Nessa perspectiva, entendemos que a cidadania é compreendida a partir do avanço dos estatutos jurídicos e normativos na esfera pública “do excluído, do negado, do que manifesta o direito a ter direito, nos permite entender porque o protesto social e a ação coletiva são hoje categorias que se encontram unidas na condição cidadã” (MATA, 2006, p. 1) e está

relacionada ao modo que os sujeitos se representam e na sua capacidade de se constituir no espaço público por meio de demandas, intervindo e propondo nos diversos âmbitos relacionados a suas experiências, transformando-as em direitos e possibilidades. Assim, a cidadania é resultado da presença no espaço público que implica na expressão, na reivindicação pelo acesso à informação compreendida como o saber sobre os assuntos públicos. (MATA, 2006).

A autora afirma que o espaço público integra numerosas modalidades e âmbitos e que os processos midiáticos adquirem certa centralidade por permitirem trocas e diálogos, condição para a democracia.

Entendemos que se faz necessário esclarecer a nossa compreensão de *espaço público*, que é fundamentada a partir de autores como Wolton (1998, 2003), Cheresky (2006), Ferry (1992, 1998), Mata (2004) e Segura (2010), em sua relação com os processos midiáticos e de cidadania.

Para o sociólogo Dominique Wolton (2003) o *espaço público* contemporâneo está indissociável dos processos midiáticos em sua funcionalidade e normatividade, permitindo a presença pública de múltiplos sujeitos. Isso se deve por entendermos que o espaço público caracteriza-se por ser um dos lugares das discussões, debates e enfrentamento das questões sociais dos processos do exercício da cidadania. Os meios de comunicação agem como constituintes desse espaço por possibilitarem o (re) conhecimento das pautas e um lugar de representação.

Ferry (1992, p. 20) nos fala de um espaço público no qual a humanidade se entrega a si mesma, num espetáculo onde os indivíduos integrados constituem uma sociedade, em que aceitam desde o mercado midiático a regras, normas e competências que se cruzam e interagem com as adquiridas pelos sujeitos nos diversos âmbitos da vida social.

Por ser espaço de interação, os movimentos sociais e os sujeitos têm papel importante por contribuírem para as interações ganharem visibilidade, tornando públicos os acontecimentos e buscando de maneira sistemática a aprovação e apoio de toda a sociedade. Além disso, são fundamentais para o controle público nas prestações de contas e para a exigência de transparência do Estado e de suas políticas de governo.

A pesquisadora María Soledad Segura (2010) ressalta que os

Meios não são só os meios de comunicação, se não a forma de regulá-los o acesso e as possibilidades de informação e expressão, modelam formas expressivas, definem, legitimam modos de sociabilidade, de constituição de demandas, de aparição dos sujeitos nos espaços públicos, de constituição de

identidade. Em outras palavras, modela e constituem os sujeitos políticos. Isto constitui uma antiga certeza dos estudos de comunicação: a centralidade dos meios de comunicação massiva na conformação do espaço público em nossa sociedade (...) e eleva o desafio da construção da cidadania ⁴⁶ (SEGURA, 2010, p.5).

Nesse sentido, a pesquisadora em comunicação e cidadania, Maria Cristina Mata (2006) corrobora as afirmações de Segura ao dizer que nas sociedades midiaticizadas os meios de comunicação e informação ocupam um lugar estratégico para a constituição do espaço público. Porém, a autora observa uma dificuldade de acesso dos movimentos sociais às mídias, o que atribui às relações de mercado desses meios com os setores hegemônicos de poder na sociedade.

Entendemos que um espaço público só é possível quando as condições de distribuição asseguram aos participantes independência e voz. E que “dar voz” significa que os diversos sujeitos possam expressar as suas necessidades e demandas de forma equitativa. Porém, não basta que as reivindicações estejam em evidência, é preciso que sejam discutidas para a concretização das deliberações e reconhecimento do papel político, social e cultural dos movimentos sociais frente às mídias.

Por outro lado, o cientista político Isidoro Cheresky (2006) afirma que a cidadania, por ser multifacetada, questiona o poder sob o imperativo da ação direta estabelecida pela condição dos sujeitos, enquanto portadores de conhecimento/informação. Dessa forma, ao agirem no espaço público, os movimentos sociais de direitos humanos geram interações e provocam o debate público sobre as pautas de suas lutas e reivindicações, possibilitando um ganho visibilidade e legitimidade. O autor acrescenta

A presença cidadã e popular tem um peso significativo no cenário público (...) sendo que o mais permanente tem sido o peso virtual da opinião pública considerada cidadania (...) questionada de modo direto e constituída como audiência para interpretar e expressar pelos vários meios de comunicação ⁴⁷ (CHERESKY, 2006, p.62).

⁴⁶ Tradução livre da autora desta dissertação – “medios no solo el vehículo de la comunicación, sino que regulan el acceso y las posibilidades de información y expresión, modelan formas expresivas, definen y legitiman modos de socialidad, de constitución de demandas, de aparición de sujetos en el espacio público, de constitución de identidades. En otras palabras, modelan y constituyen sujetos políticos. Esto constituye una antigua certeza en los estudios de comunicación: la centralidad de los medios de comunicación masiva en la conformación del espacio público em nuestras sociedades. (...) plantea un desafío a la construcción de ciudadanía.

⁴⁷ Tradução livre da autora desta dissertação – “(...) presencia ciudadana y popular ha tenido un peso significativo en la configuración de la cena pública (...) siendo que lo más permanente ha sido el peso virtual de la opinión pública considerada como ciudadanía (...) interpelada de un modo directo por los discursos políticos y constituida como audiencia a interpretar y expresar por los variados actores de los medios de comunicación.

Nessa perspectiva, Maria Cristina Mata (2004) afirma que o *espaço público* é marcado por sua ampliação através dos processos midiáticos e que devido à riqueza de informações, há uma crescente expressividade social com maior possibilidade de vigilância e controle das esferas de poder por parte da população.

Em diálogo com a autora, a professora Cicília Peruzzo (2009) afirma que os processos midiáticos fazem parte do modo de atuação, mobilização e articulação “dos movimentos sociais em toda a história e em conformidade com os recursos disponíveis da sua época” (p.53), e se adaptam às condições para se fazer comunicar para um tipo de proposta de cidadania, pois são espaços comunicacionais e culturais que privilegiam expressões de uma determinada forma de entender e perceber o mundo.

Assim sendo, compreendemos que a cidadania é um processo de construção, de luta e de conquistas, pensada como um projeto político-social-cultural-comunicacional, fundamentada nos direitos humanos e na busca da democracia. Os direitos humanos representam os fundamentos para o exercício da cidadania, uma vez que é a partir deles que se torna possível propor políticas públicas que materializam a democracia, cujo núcleo é a participação igualitária e equitativa de todas as pessoas.

E é esse entendimento de sociedade, cidadania e direitos humanos que nos leva a refletir sobre os processos comunicacionais dos movimentos sociais de direitos humanos desta pesquisa a partir das experiências de comunicação alternativa e cidadania comunicativa como veremos a seguir.

4.2 A COMUNICAÇÃO CIDADÃ

A reflexão até o momento nos permite dizer que a cidadania é caracterizada pelos processos de conflitos sociais, historicamente situados, políticos e culturais, acentuada e potencializada através dos movimentos sociais e da midiaticização das sociedades. Concomitantemente a isso, a globalização, com suas estratégias políticas, financeiras e econômicas, procura limitá-la e reduzi-la.

Desse modo a cidadania pode ser percebida e reconhecida por suas manifestações na produção de sentidos, pertencimento e direitos relacionados aos processos comunicativos que configuram modos de vida (social, político e cultural) situados em modelos, “nos quais o campo midiático tem um lugar estratégico na configuração das sociedades contemporâneas” (MALDONADO, 2002, p. 6).

Os processos midiáticos operam como chave de acesso para o poder “ser e fazer” e, segundo Maria Cristina Mata (2006), os meios e redes de informação e comunicação, ao nos dizerem o que somos, nos constituem como cidadãos de diferentes modos e graus. A cidadania, por sua vez, ganha mais espaço na formação de sentido dos sujeitos, que continuamente questionam outros sujeitos, e nas formas de ordenamento, direitos e deveres, bem como nas dimensões simbólicas culturais (os modos de fazer as coisas, de ser, de pensar, de representar-se no mundo, que muitas vezes estão ligados aos modos de consumo e que são as formas de justificar as alternativas que se apresentam) e onde é possível reconhecermos “regulações discursivas que expressam, instauram e produzem regulações sociais” (MATA, 2006, p.8)⁴⁸.

Nas sociedades midiáticas o exercício da cidadania é caracterizado por um modo de ser sujeito no espaço público, com capacidade de se constituir através de demandas e proposições em diversos âmbitos vinculados com sua experiência. Dessa forma, para além dos direitos previamente reconhecidos, a cidadania diz respeito, também, aos processos de práticas e lutas que possibilitam ao sujeito ser cidadão. A participação se torna fundamental para coletivizar e efetivar a configuração do espaço público contemporâneo ou, como bem define a pesquisadora e professora Soledad Segura, “a ideia de uma sociedade igualitária e plural só tem sentido se supormos a existência de uma pluralidade de espaços públicos onde participam diversos grupos, valores e retóricas” (SEGURA, 2010, p.7)⁴⁹.

Nesse sentido, a circulação dos produtos midiáticos revela um distanciamento entre quem produz as principais informações em circulação e quem as recebe. O polo hegemônico de emissão, que faz uso de diferentes mídias, como televisão, rádio, jornais, internet, tem como receptor um sujeito muitas vezes “conectado”, com acesso a estas várias mídias, mas nem por isso um sujeito “ativo”. A lógica dos meios hegemônicos é a lógica do mercado, atrelada aos interesses das grandes empresas (HUERGO, 2005).

Ser sujeito conectado torna-se uma condição disciplinada a ser superada no mero consumo e ou na recepção da informação de determinados meios ou bens culturais. Ser sujeito ativo nos processos sociocomunicacionais é operar como recurso efetivo de intervenção na tomada de decisões no âmbito dos bens culturais e na sociedade, pois constitui um dispositivo importante, com consequências significativas para o que se apresenta como democracia e para

⁴⁸ Tradução livre da autora desta dissertação – “regulaciones discursivas que expresan, instauran y producen regulaciones sociales”.

⁴⁹ Tradução livre da autora desta dissertação – “la idea de una sociedad igualitaria y multicultural sólo tiene sentido si suponemos la existencia de una pluralidad de espacios públicos, donde participan grupos con diversos valores y retóricas. Por definición, una sociedad semejante debe incluir una multiplicidad de públicos”.

o exercício da cidadania. “O ser cidadão são resultados de uma categoria que define o limite do que pode ser problematizado e os modos de fazê-los”⁵⁰ (MATA, 2004).

Sendo assim, os processos comunicacionais para o exercício da cidadania, propõem um sujeito ativo, que atua em um espaço de participação através de decisões políticas, sociais e culturais de forma local e global, ou até mesmo, sobre a necessidade de um tipo de comunicação plural e mais democrática.

O que nos leva a refletir sobre as possibilidades relacionadas a outro tipo de comunicação – diferente do processo comunicativo das grandes empresas da área –, a comunicação alternativa e a cidadania comunicativa, que possibilitam a formação de cidadãos e movimentos sociais que estão vinculados a essa sociedade midiática. Esta abordagem da comunicação permite aos sujeitos um lugar de encontro, de reconhecimento, da construção plural de opinião, onde a produção das próprias informações é compartilhada entre iguais e diferentes como expressão de vivências, necessidades, protestos e reivindicações. Em outras palavras, essa proposta comunicativa para os movimentos sociais passa a ser um dos seus objetivos quando desejam comunicar-se bem entre si (de forma estratégica e articulada) e com a sociedade, em um movimento de apresentar suas motivações, reivindicações, promover ideias e propostas de relações sociais mais justas e igualitárias.

Desta forma, as estratégias comunicacionais utilizadas pelos movimentos sociais de direitos humanos estão cada vez mais especializadas. É possível ter acesso a jornais, boletins e revistas, acessar sites e neles encontrar documentos e fotos sobre as atividades, assistir a vídeos institucionais, ler notícias, notas de opinião pública, pesquisar sobre as lutas sociais em pauta, entre outras formas utilizadas pelos movimentos para relacionar-se com seus públicos e militantes. A prática comunicativa acontece com ou sem a colaboração de um profissional da área da comunicação, sendo que quando há a presença deste profissional, muitas vezes, ela pode ser voluntária ou remunerada.

Maria Cristina Mata (2004) afirma que esse processo comunicativo pode ser um “lugar de realização plena (...) de uma cidadania derivada de profundas desigualdades econômicas e sociais”, o que complementa o pensamento da filósofa política Hanna Arendt (1999, p.67) quando esta afirma que a presença dos outros que veem o que vemos e ouvem o que ouvimos nos assegura a realidade do mundo e de nós mesmos.

Dito de outra forma, podemos afirmar que esse processo comunicativo se reconhece como fundante para a cidadania por abrir a possibilidade de interação entre o interesse

⁵⁰ Tradução livre da autora desta dissertação – “Los ciudadanos son resultado de un orden categorial que define los límites de lo que puede problematizarse y los modos para hacerlo”.

coletivo, as necessidades e as propostas (vemos, ouvimos, lemos, sentimos a existência pública dos sujeitos e, também, esses se veem, se ouvem, se leem e se sentem, entendendo nessa prática uma ampliação da ação política, social e cultural).

Para a compreensão do processo comunicacional dos movimentos sociais de direitos humanos, partimos do pressuposto de que este é resultado de ações e operações realizadas na própria dinâmica dos movimentos, de acordo com as suas necessidades, onde a interação social em que o processo comunicativo está inserido é que lhe dará significado.

Essa compreensão parte de um conjunto de reflexões sobre comunicação comunitária, popular, alternativa e relacionada com a cidadania comunicativa, a partir de investigações sobre práticas de comunicação de diversos movimentos sociais e fundamentadas em autores como Cicília Peruzzo (1998, 2003, 2004, 2009), Gabriel Kaplún (1983), Luiz Roberto Alves (2003, 2011), Regina Festa (1984, 1986, 1995) e Maria Cristina Mata (2004, 2005, 2006, 2009), entre outros pesquisadores do Centro de Estudos Avançados da Universidade Nacional de Córdoba. As aproximações a esses temas se dão pela construção do próprio objeto de pesquisa, que apresenta suas complexidades, modos e práticas sociais e comunicacionais.

No senso comum, quando se fala em *comunicação alternativa*, esta é tratada como um tipo de comunicação marginalizada, por estar do lado oposto das grandes empresas e vinculada a organizações sociais, muitas vezes comunitárias. Suas práticas revelam críticas sobre a situação social, política, cultural e econômica e problematizam as esferas de poder. Essas esferas devem ter a capacidade de reconhecer, de aceitar ou rejeitar estes questionamentos, mas sempre legitimando o interpelante e criando condições seguras à eficácia e eficiência das suas perguntas/respostas. A comunicação alternativa, portanto, implica na condição constante de questionar o *status quo*, adotando como tática a construção coletiva, com vistas à inclusão social.

A comunicação alternativa ou cidadã rompe a lógica do mercado, dos grandes meios, por não ter fins lucrativos na maioria das vezes, e contribuir para ampliar a cidadania, democratizar a informação, melhorar a educação não formal (estabelecida principalmente nos processos de formação dos movimentos sociais) e trazer outras perspectivas culturais em diferentes temas e formas de conceber os modos de vida.

De modo geral, estes espaços comunicacionais são dirigidos a segmentos específicos (PERUZZO, 2003) e guardam múltiplas características que os identificam pelos seus objetivos, suas relações no contexto da produção e conteúdo, possibilitando que os movimentos exerçam o direito de comunicar, na condição de emissores de conteúdos e gestores de comunicação autônomos. De acordo com a definição de Mata (2006, p.13) “a

cidadania comunicativa é o reconhecimento e a capacidade de ser sujeito de direito e demandar no terreno da comunicação pública o exercício desse direito”⁵¹.

Para pensarmos os processos comunicativos dos movimentos sociais de direitos humanos através da comunicação alternativa e cidadania comunicativa, é necessário que esses estejam vinculados aos processos sócio-históricos de cada movimento, seus contextos, e à realidade de onde acontecem. E por essa razão os processos comunicacionais ocorrem de dentro para fora dos movimentos sociais. Os produtos se dão a partir das interações, de modo participativo e democrático, na criação, reinvenção e reelaboração, no encontro de práticas comunicacionais às tecnologias da comunicação e informação. No Brasil, os movimentos sociais – destacamos o *MNDH* e o *DH Net* – usaram meios próprios de comunicação, até pelo cerceamento a sua liberdade de comunicação e informação na grande mídia, como ressalta a professora Cicília Peruzzo (2009) ao dizer que

O processo que vai do panfleto ao jornalzinho e dele ao blog e ao website na internet, do megafone ao alto-falante e dele à rádio comunitária, do slide ao vídeo e dele à TV Livre e ao Canal Comunitário da televisão a cabo, evidencia o exercício concreto do direito à comunicação como mecanismo facilitador das lutas pela conquista de direitos de cidadania (PERUZZO, 2009, p.37).

Sendo assim, esses meios são concebidos e criados entre os membros dos movimentos sociais para cumprir também um papel de formação, de conscientização, de resistência e integrar um conjunto de ações marcadas por decisões políticas e de lutas específicas dos direitos humanos e da cidadania. A formação da consciência crítica está ligada à participação ativa na produção comunicacional e aos sujeitos terem seus próprios canais de informação e comunicação, que lhes dá a oportunidade de veicular seus pontos de vista, visões de mundo, sentido de análise, sem ter que passar por uma filtragem ou censura dos fatos sob a ótica da edição das mídias comerciais e hegemônicas que sempre estabeleceram limites e distanciamentos entre quem produz e quem recebem a comunicação, afirmando sua autoridade e sustentando seu poder.

Compreendemos que a cidadania comunicativa pode ser entendida também a partir dos direitos civis – a liberdade de expressão, o direito a informação – juridicamente instituídos na Constituição Brasileira de 1988, bem como em declarações, leis e outras

⁵¹ Tradução livre da autora desta dissertação – “la ciudadanía comunicación que entendemos como el reconocimiento de la capacidad de ser sujeto de derechos y demanda em el terreno de la comunicación pública y el ejercicio de ese derecho”.

disposições legais, representando assim um limite de ação do Estado a fim de garantir a liberdade das pessoas. Em outras palavras, pensar os processos comunicacionais dos movimentos de direitos humanos a partir da cidadania comunicativa envolve reconhecer a existência de sujeitos frente a uma luta entre “quem trata de obter, usufruir e ampliar os direitos, quem tem o poder legítimo e/ou legal de conceder e quem obstaculiza, perverte ou registra tais direitos”⁵² (MATA, 2006, p.14).

Concomitante a isso, é preciso reconhecer que esse exercício não está associado apenas às questões jurídicas, mas inserido em condições sociais e culturais que vão possibilitar ou limitar seu avanço, conforme nos ajuda a compreender Luiz Roberto Alves (2011, p.1), ao afirmar que a comunicação cidadã é

Como um lugar em que as mediações não exacerbam os ruídos e as distâncias entre as conexões de pessoas e organizações. (...) Esse modo-lugar de comunicação usa mediações experimentadas por grupos em contato e, nesse movimento, cria e recria narrativas capazes de superar o desencanto e a exclusão, gerando, pois, um encantamento do mundo, das coisas e das pessoas. (...) É o encontro de saberes que garantem alicerces de conhecimentos e atitude metodológica capazes de criar e desenvolver atos de mudanças qualitativas (da sociedade) e suas comunidades (...).

Assim, as regulações comunicativas determinam as lógicas comunicacionais predominantes, bem como os recursos tecnológicos disponíveis aos diferentes setores da sociedade, que serão determinantes para o exercício da cidadania comunicativa. Mata (2006) nos sugere questionar essas condições, pois

Os modos de se imaginar sujeitos de direitos (...) suas maneiras de se vincular com quem a detêm a legalidade e legitimidade social para expressar-se e produzir normas a respeito das representações hegemônicas e contra-hegemônicas a cerca do que significa se comunicar e comunicar hoje na sociedade mediatizada, as experiências depositadas nas instituições, os meios, as próprias forças expressivas, são dimensões inevitáveis para compreender até onde e em que condições a indefinição irreversível ou para reivindicar o direito a se informar, se expressar, ampliar o espaço público com múltiplas palavras⁵³ (MATA, 2006, p. 14).

⁵² Tradução livre da autora desta dissertação – “quienes tratan de obtener, usufructuar y/o legal de concederlos y quienes obstaculizan, pervierten o restringen tales derechos”.

⁵³ Tradução livre da autora desta dissertação – “los modos de imaginarse como sujetos de derechos (...) sus maneras de vincularse con quienes detentan la legalidad y legitimidad social para expresarse y producir normas al respecto, las representaciones hegemónicas y contra hegemónicas acerca de lo que significa comunicarse y comunicar hoy, en sociedades mediatizadas, las expectativas depositadas en las instituciones, los medios, las propias fuerzas expresivas, son dimensiones ineludibles para comprender hasta dónde y en qué condición

Ao atuar nos meios de comunicação, a partir da prática da cidadania comunicativa ou da comunicação alternativa, o sujeito tende a comprometer-se com a “coisa pública” através da participação na construção do projeto de sociedade e nas deliberações públicas. Ao mesmo tempo, produz e se apropria de técnicas e conteúdos, garantindo a socialização das ideias no contexto da opinião pública, o que demonstra a importância da comunicação alternativa não como mera experiência tecnológica ou individual, mas como projeto que amplia as possibilidades políticas e as práticas cotidianas.

A comunicação alternativa proposta por Peruzzo (2002) trata-se de um espaço em que os sujeitos, ao mesmo tempo em que exercem o seu direito à comunicação e à informação, formam-se e exercem a cidadania, num processo de fortalecimento do conhecimento a partir de ações concretas, que permitem a construção de novas relações. Estes sujeitos não são mais apenas meros receptores, mas produtores, o que implica em mudanças significativas para sua vida. “A pessoa inserida nesse processo tende a mudar seu modo de ver o mundo e de se relacionar com ele. Tende a agregar novos elementos à sua cultura.” (PERUZZO, 2002).

Dito de outra forma, a comunicação cidadã compreende e possibilita a participação dos diversos sujeitos num processo de criação democrático, o que amplia as práticas de cidadania, caracterizando-se também, pelo acesso dos movimentos sociais às tecnologias. Este é um forte indicador do direito à comunicação e à informação e dos processos de democratização, que ampliam a capacidade de intervenção e de ação política. Essa prática contempla a participação nos processos diários, individuais e coletivos, e possibilita aos sujeitos negociar e interagir para as tomadas de decisões, pois é necessária a participação nos processos comunicacionais. Dessa forma, podemos dizer que uma característica principal dessa comunicação é a *participação*. Essa participação é possível através das interações na busca do interesse coletivo e na apropriação dos meios comunicacionais e, assim, trata-se de uma articulação coletiva construída coletivamente. Outra característica apontada por Cícilia Peruzzo (2004, p.123), “é sua tendência de romper com a ordem do capital, integrar aquilo que o fragmenta” e, nessas duas características apontadas no processo comunicativo, a proposta é fazer a democracia, promover a emancipação e a crítica do indivíduo para uma mudança social através das lutas sociais ligadas à comunicação e à cultura.

O pensador jurídico Rodríguez Villafañe (2010) contempla a ideia de que “a sociedade necessita que existam diversas propostas que assegurem a presença plural de ideias e pensamentos e destas opções não dependam, exclusivamente, a competitividade e o ânimo do

irreversible o no para reivindicar el derecho a informarse, expresarse, a ampliar el espacio público con múltiples palabras.”

lucro” (p. 65). Além disso, a comunicação alternativa e a cidadania comunicativa têm como objetivo convocar e mobilizar seus militantes, reforçar e valorizar a participação nas atividades e possibilitar, também, na perspectiva da educação, a formação, passando pelo direito à comunicação e à informação. Peruzzo (2009) fala de uma comunicação “vinculada às lutas mais amplas (...) com a finalidade de contribuir para solucionar problemas que afetam o dia a dia das pessoas e ampliar os direitos de cidadania” (PERUZZO, 2009, p.63).

O fato de existirem direitos instituídos não garante a existência do cidadão, pois este é resultado do “ato de aparência litigiosa no espaço público e implica uma reivindicação da expressão própria do mundo e o acesso à informação entendida como o saber dos assuntos públicos” (MATA, 2006), o que nos permite dizer que tal cidadania está implicada no desenvolvimento de práticas que procurem garantir os direitos no campo da comunicação, além de envolver dimensões sociais e culturais vinculadas aos valores de igualdade de oportunidade, qualidade de vida, solidariedade e não-discriminação.

A cidadania comunicativa, portanto, entrecruza-se com as lutas dos direitos humanos coletivos de terceira geração: *o direito à comunicação* está relacionado com as relações identitárias e as lutas, não estando apenas vinculado ao Estado, mas também ao mercado e a todas as relações que promovam a desigualdade e a exclusão. O direito à comunicação, nesse sentido, “aciona a liberdade de expressão como instrumento de defesa da igualdade para as organizações solidárias e meio articulador essencial do respeito mútuo entre todos os integrantes”⁵⁴ (VILLAFANE, 2009, p. 60).

A prática da cidadania comunicativa de Maria Cristina Mata (2005) propõe um processo comunicacional que se reconhece como alicerce para o exercício da cidadania, pois possibilita o agrupamento de interesses, necessidades e propostas, dando sentido a uma existência pública individual, representando a si mesmo, como coletiva e política, pois “ultrapassa a dimensão jurídica e alude à consciência prática, à possibilidade de ação.” Trata-se, segundo a autora, do exercício da cidadania através do direito à comunicação, que implica no desenvolvimento de práticas que garantam os direitos nos espaços comunicacionais, e por meio deles, possam ampliar os espaços democráticos.

Esse processo comunicativo nos permite dizer que a partir dos espaços comunicacionais os sujeitos buscam incorporar novas formas e canais de expressão, práticas e conteúdos nas suas lutas por cidadania. Identificamos, também, novos modos de

⁵⁴ Tradução livre da autora desta dissertação – “accionar la libertad de expresión es el instrumento básico para la defensa de la igualdad y las organizaciones solidarias y también constituye el medio articulador esencial del respeto mutuo entre todos sus integrantes”.

sociabilidade, de práticas entre os sujeitos envolvidos, onde são reveladas competências e habilidades como condição para que esses [sujeitos] se tornem autônomos em suas decisões e, ao mesmo tempo, produtores de informação e de conhecimento sobre a realidade.

Além disso, compreendemos que através da cidadania comunicativa, os movimentos sociais de direitos humanos podem estimular a ampliação da construção de percepções, de sensibilidades criativas, de competências e práticas cidadãs em seus grupos e redes. Práticas que possibilitam fortalecer e reconstruir laços identitários do grupo social característico de um agir comunicativo. É com base no compartilhamento de valores e crenças que são possíveis ações estratégicas políticas comprometidas e que renovam alternativas de mobilização. Os elementos de ordem e de afetividade precisam ser incorporados e considerados por integrarem a construção da subjetividade dos sujeitos e também regerem os comportamentos e a vida social.

Entendemos que se houvesse uma ausência de direitos e de práticas comunicativas, haveria uma limitação da ação política e social dos sujeitos no espaço público. O exercício do direito à comunicação por parte dos movimentos sociais permite uma produção autônoma e livre. Em outras palavras, pensar no direito à comunicação e informação por parte dos movimentos sociais de direitos humanos, implica refletir sobre os processos de definição da ação política, na busca de igualdade e na capacidade de construir sujeitos, demandas, decisões e de expressar-se livremente. Nesse sentido a articulação entre a ação política dos movimentos sociais de direitos humanos e a cidadania comunicativa é imprescindível para uma sociedade mais justa e igualitária.

A apropriação dos processos de elaboração, concepção e execução dos meios comunicacionais, por parte dos movimentos, permite uma compreensão das práticas, em que o processo comunicacional se dá numa construção democrática e de transformação social, desvinculado do Estado e dos grandes meios de comunicação. Assim, entendemos que "o dominado domina o que domina o dominador"⁵⁵, ou seja, "se o dominador domina determinados saberes e práticas, é necessário procurar que o dominado domine esses saberes e práticas, aproprie-se dessas ferramentas na construção do mundo"⁵⁶ (HUERGO, 2005, p. 198). Contudo entendemos que não basta reproduzir a técnica ou os modelos; é preciso pensar em uma apropriação dos saberes para um tipo de comunicação alternativa – contra-hegemônica – proposta pelos meios hegemônicos.

⁵⁵ Entendemos como meios de comunicação hegemônicos.

⁵⁶ Tradução livre da autora desta dissertação – “el dominado domine lo que domina el dominador”. “si el dominador domina determinados saberes y prácticas, lo que se tiene que procurar es que el dominado llegue a dominar esos saberes y prácticas, apropiarse de esas herramientas en la construcción del mundo.”

Nesse sentido, a cidadania comunicativa propõe uma forma de agir comunicacionalmente como ação necessária para reverter os níveis de exclusão econômica e social que existem na nossa sociedade e para consolidar um sistema democrático, assim como os movimentos sociais de direitos humanos que fomentam uma cultura de sociedade baseada nos direitos humanos.

Dentro do conjunto de iniciativas dos movimentos sociais de direitos humanos, destacamos os processos comunicacionais como um fator relevante porque as práticas midiáticas empreendidas por grupos sociais, especialmente aqueles que atuam à margem do poder hegemônico, podem oferecer aos militantes e à sociedade outros enfoques diferenciados da realidade social e de ser um meio para a conquista de uma justiça social. Os sites dos movimentos de direitos humanos *MNDH*, *DH Net* e *Conectas* guardam características específicas da comunicação digital por voltarem seus esforços pelo respeito à vida e à dignidade humana numa sociedade que se mostra desigual e injusta.

A compreensão da comunicação alternativa e da cidadania comunicativa, bem como dos processos midiáticos digitais por parte dos movimentos sociais de direitos humanos pesquisados, geraram inquietações, porque esses processos comunicativos requerem envolvimento e participação ativa dos sujeitos, permitindo articulação com a efetiva interação e uso das tecnologias de comunicação e informação.

A comunicação digital aliada à cidadania comunicativa permite que o poder de informar e comunicar migre, possibilita brechas de atuação de forma que vão muito além do local ou do nacional, configurando-se como um modo multidimensional à condição e qualidade humana de comunicar com liberdade, sabedoria, poder e expressividade diante das complexas estruturas culturais. Movimentos de ciberativismo como o Anonymus, WikiLeaks e de Software Livre têm utilizado diferentes e sofisticadas frentes midiáticas digitais, e contribuído significativamente para ampliar as práticas, técnicas, estratégias e concepções de cidadania comunicativa.

Contudo, nossa pesquisa debruça-se sobre movimentos sociais de direitos humanos considerados tradicionais, para os quais o uso das tecnologias de comunicação e informação será uma das frentes de atuação, mas não a principal, e a forma de conceber, estruturar e se relacionar com elas nos permite pensar que esses espaços desempenham um papel de articulação, bem como de reflexão e visibilidade das pautas. Partirmos dessas inquietações para refletir sobre a comunicação alternativa e a cidadania comunicativa articuladas com a comunicação digital nos movimentos sociais de direitos humanos – *MNDH*, *DH Net* e *Conectas* – que apontam um potencial para um espaço público que é reinventado para o

fortalecimento da cidadania e o direito à comunicação e à informação de uma forma democrática e participativa, e que nos leva para o próximo capítulo da nossa reflexão.

5 O LUGAR DA COMUNICAÇÃO CIDADÃ NA MÍDIA DIGITAL: CONCEPÇÕES E ESTRUTURAS

Pensar a comunicação alternativa em diálogo com a cidadania comunicativa dos movimentos de direitos humanos – *MNDH, DH Net e Conectas* – a partir da comunicação digital reafirma, no processo comunicacional, características como *participação, articulação, espaço público*, visto que a internet apresenta uma arquitetura aberta, de livre acesso, descentralizada, onde qualquer ponto pode conectar-se a outro ponto e com suporte multimídia: vídeos, imagens, sons, hipertextos, infográficos, animações, entre outros.

Para Manuel Castells⁵⁷ (2006) a arquitetura da internet

Foi desenhada deliberadamente para dificultar o controle (...). Por isso mesmo sofrendo cada vez mais interferências à livre comunicação, é o meio de comunicação local-global mais livre que existe, permitindo descentralizar os meios de comunicação de massa. (...) [onde] a grande massa de fluxos de informação é de uso social. (...) Sendo um espaço social [é necessária] a preservação da liberdade de expressão e comunicação. (CASTELLS, 2006, p. 227)

Nesse sentido, os processos comunicativos desenvolvidos na internet são produzidos livremente a partir dos sujeitos, *internautas/cidadãos*, que compartilham ideias, propostas, políticas, entre outros, numa via dupla de comunicação entre quem produz e quem recebe a informação e onde é possível romper com barreiras ao transformar sujeitos conectados em produtores de comunicação e assim, “a mensagem não se apresenta mais como um bloco monolítico com um destino determinado, mas como um elemento complexo e moldável em relação aos movimentos produzidos nessa rede” (CABRAL, 2004, p. 267) que complementa muito bem a ideia do pesquisador de Comunicação Jesús Martín-Barbero (2008, p.16) ao afirmar que “onde não há emissor nem receptor, em muitos sentidos, qualquer emissor é receptor e qualquer receptor tem a possibilidade de ser emissor”⁵⁸, permitindo uma interconexão multidimensional, (re) combinando sujeitos, conhecimentos, informações de forma participativa.

Entendemos que a apropriação desse processo comunicativo digital permitirá para os movimentos sociais de direitos humanos uma organização estruturada através de um meio

⁵⁷ CASTELLS, Manuel. Inovação, liberdade e poder na era da informação. In: MORAES, Dênis de (Org.). **Sociedade Mídiatizada**. Rio de Janeiro: Mauad, 2006.

⁵⁸ Tradução livre da autora desta dissertação - “Donde no hay emisor ni receptor, en muchos sentidos, cualquier emisor es a la vez receptor y cualquier receptor tiene la posibilidad de ser emisor”.

flexível e dinâmico para promover as pautas de suas lutas, reivindicações, modos de perceber a sociedade e de propor outra. No processo do desenvolvimento da pesquisa buscamos compreender a concepção e estrutura dos sites *MNDH*, *DH Net* e *Conectas*, pois nesses espaços digitais há um cenário, um tipo de comunicação e informações compartilhadas, onde as pautas, muitas vezes, não são contempladas pelas notícias das mídias hegemônicas e buscamos compreender a comunicação nos movimentos sociais de direitos humanos em rede, nos espaços presenciais e digitais.

5.1 OS MOVIMENTOS SOCIAIS DE DIREITOS HUMANOS EM REDE: ENTRE A REDE DE COMUNICAÇÃO DIGITAL E AS REDES DE MOVIMENTOS SOCIAIS

A era da hipervelocidade reconfigura irreversivelmente os campos da comunicação e da cultura. A força invisível dos sistemas tecnológicos subverte toda e qualquer barreira, numa rotação incessante. Os fluxos comunicacionais encurtam a imensidão da terra propagando um volume incalculável de informações. A busca por fluidez baseia-se na evolução das redes digitais multimídias, as quais operam como provedora de dados ubíquos e instantâneos, em uma ambiência de usos partilhados e interatividade. (MORAES, 2001, p. 67).

A comunicação digital modificou a veiculação das informações em agilidade e abundância, propondo outras formas de produção e consumo de imagens, sons e hipertextos proporcionando uma ruptura e uma nova relação das pessoas com as tecnologias.

Nesse cenário a internet alterou a natureza das instituições do conhecimento – bibliotecas, arquivos, museus – uma vez que a natureza dos produtos de informação e conhecimento como livros, jornais, periódicos, revistas, fotos, gravações sonoras, entre outros, são acessados a qualquer hora ou parte do mundo no ciberespaço, onde a convergência digital e o hipertexto aplicado possibilitam, por exemplo, a geração de bibliotecas digitais e virtuais, ou seja, todas estas mudanças também trouxeram modificações profundas nas instâncias sociais e nas relações existentes.

A internet passou a ter um papel importante junto à sociedade e pode ser compreendida como “a espinha dorsal da comunicação global (...) é a rede que liga a maior parte das redes”, como aponta Castells (2010). A partir da metade dos anos de 1990, a forma de comunicar entre as pessoas, empresas, organizações da sociedade civil, se transformou com a capacidade e possibilidade de interação de forma expressiva, se tornando “uma *Teia de Alcance Mundial* para a comunicação individualizada, interativa.” (CASTELLS, 2010, p.430). Como um meio de comunicação, a internet, alterou os padrões das interações sociais, baseada

nas comunicações *on-line*, desvinculando os sujeitos ao local: “novos padrões de interação humana, padrões seletivos, de relações sociais substituem as formas de interação humana territorialmente limitada” (CASTELLS, 2003, p.98) ou como definiu Dênis de Moraes (2001, p. 68) “uma ecologia comunicacional: todos dividem um colossal hipertexto, formado por interconexões generalizadas, que se auto-organiza e se retroalimenta continuamente”.

Para os movimentos sociais não foi diferente, a internet, segundo Dênis de Moraes (2001) introduziu de forma inesperada e criativa, um novo ambiente às lutas, por apresentar um espaço tendencialmente interativo, cooperativo e descentralizado a partir da metade dos anos de 1990. Com ele foi possível ultrapassar os filtros e as políticas editoriais da grande mídia, com o objetivo, muitas vezes, de promover ideias, mobilizar a sociedade, o intercâmbio de experiências e informações, apoiar, sugerir, criticar e contestar. “Como também driblar o monopólio de divulgação, permitindo que forças contra hegemônicas se expressem com desenvoltura, enquanto atores sociais empenhados em alcançar a plenitude da cidadania e a justiça social.” (MORAES, 2001, p. 142).

A mudança e a ampliação dos processos comunicacionais, agora também no ciberespaço, alteraram a estrutura, a arquitetura, a função e a cultura e “nos padrões reais de comunicação” (CASTELLS, 2010, p.441) e “é a transformação de nossa cultura pelos mecanismos de um novo paradigma tecnológico que se organiza em torno da tecnologia da informação” (CASTELLS, 1999, p.49), que reúne pessoas em espaços digitais ao redor de valores e interesses comuns, podendo se transformar em ações presenciais como reuniões de apoio e auxílio na disseminação de informações dos movimentos sociais, das lutas ou manifestações públicas, a exemplo do que acompanhamos através das mídias nos últimos dois anos, as mobilizações e notícias da “Primavera Árabe”, ou do “*Occupy Wall Street*” e “*Occupy London*”⁵⁹. Esse funcionamento de mobilização se apresenta de forma global se dá pela característica específica dos movimentos sociais de funcionar em redes e as pessoas terem suas vivências e construírem seus valores, suas formas de resistência e de alternativas em sociedade locais. Nesse sentido “a internet permite a articulação dos projetos alternativos locais através dos protestos globais, que acabam aterrissando em algum lugar (...)” (CASTELLS, 2003, p. 278).

⁵⁹ Castells (2010, p.448) demonstra o potencial das redes de comunicação, através da internet, como instrumento do debate popular local auto-organizado e público e um dos seus exemplos é a criação da Cidade Digital de Amsterdã, iniciativa do movimento dos sem-terra com o governo municipal. Exemplifica, também, com o surgimento dos movimentos transnacionais que defender as causas feministas, de direitos humanos, do meio ambiente, da democracia política, entre outros, que utilizam a internet como ferramenta essencial para a disseminação de informações, organização, mobilização e ocupações de espaços públicos.

Dessa forma Manuel Castells (2003) afirma que a internet está ajustada às características básicas da Era da Informação, pois esse espaço possibilitou “abrir e desenvolver novas avenidas de troca social, que por sua vez, aumentaram o papel da internet como mídia privilegiada” (p.115). A internet, em parte, é considerada um meio de comunicação e a infraestrutura de uma forma de organização, a rede, tornando-se indispensável para pensar a sociedade contemporânea e os movimentos sociais.

O *MNDH*, o *DH Net* e a *Conectas* são exemplos de movimentos sociais que a partir dos anos de 1990, apropriaram-se do espaço digital através de sites, entre outras formas. Esses sites não têm a pretensão de serem acessados por milhões de internautas, porém, buscam disseminar e promover suas filosofias, lutas, ideias, reivindicações e possibilitam troca de experiências no ciberespaço, conforme afirma Moraes, ao falar da concepção desses espaços digitais por parte dos movimentos sociais:

Uma coisa é ler uma notícia sobre a política de privatizações em um meio de difusão controlado ou influenciado pelo governo, que tem todo o interesse em promovê-las. Outra é ler essa mesma notícia sob a ótica de quem se opõe a tal política. Nesse sentido, uma homepage feita pelas forças progressistas possibilita, e muito, a divulgação de seus pontos de vista. Os meios de comunicação massiva funcionam como uma espécie de filtro entre o que deve ser noticiado, destacado ou deturpado e ocultado. A Internet rompe com essa intermediação. (MORAES, 2000, p. 143)

Dessa forma, o uso desse espaço digital possibilita às redes de movimentos sociais de direitos humanos proporem estratégias comunicativas digitais e difundirem as mais diferentes ideias em relação aos temas das suas lutas sociais, bem como a quebra do monopólio da informação, na ausência de fronteiras e a troca de informações, onde a internet jamais fica pronta, pois a todo o momento há uma intervenção e um novo sujeito [ou nó] se agrega à grande rede. Além disso, os sites configuram-se como um meio de comunicação alternativa e de cidadania comunicativa ao ocuparem para o exercício do direito à comunicação e ao se proporcionarem e distribuírem informações em hipertextos, imagens, possibilitando espaços de negociação, comunicações itinerantes, interligando um ponto ao outro por interesses.

O uso do ciberespaço, assim, tem suas especificidades que o distingue, mas há uma convergência entre os fazeres, ou como definiu Castells (2010, p.414) há uma “integração de vários modos de comunicação em uma rede interativa, (...) onde a formação de hipertextos, metalinguagens, integram no mesmo sistema as modalidades escritas, oral e audiovisual da comunicação humana” possibilitando a interação de múltiplos sujeitos, *internautas/cidadãs*, a

qualquer tempo ou lugar. Dessa forma os processos comunicacionais, com a internet, mudam de caráter e, assim, a cultura (CASTELLS, 2010).

Isso quer dizer que os processos comunicativos fora do espaço digital não se anulam, eles se acrescentam e se mesclam. Se por um lado a internet reduz distâncias geofísicas, por outro faz uma aproximação entre emissores e sujeitos ao ponto de, muitas vezes, criar uma mistura entre as duas esferas. Isso define uma das características que coloca a internet como uma mídia que redimensiona o processo de comunicação alternativa e de cidadania comunicativa pela possibilidade de maior participação, desde a ruptura do modelo de ‘um para todos’ até se vislumbrar a possibilidade da produção de ‘todos para todos’, como aponta Lemos (2003), ao analisar o que chama de “liberação do polo da emissão”.

Martín-Barbero (2009) afirma que as tecnologias da informação e comunicação tornaram visíveis as alteridades culturais que resistem à homogeneização e “é possível uma reconfiguração (...) no sentido que a palavra tem”, pois “é a presença conflitiva e dinâmica das culturas populares” (p.257) e dos movimentos sociais que convertem as tecnologias em estratégias políticas, comunicacionais e “não são meras ferramentas transparentes; (...) são a materialização da racionalidade de uma certa cultura e de um modelo global de organização do poder” (p.259). Nesse sentido, a apropriação do ciberespaço pelos movimentos sociais de direitos humanos pode ser considerada a tentativa de refletir a partir dos processos comunicativos alternativos e de cidadania comunicativa onde o papel dos sujeitos que produzem comunicação (*internautas/cidadãos*) é re-situado, circulando, apropriando e fazendo uso dessas tecnologias para a democratização da comunicação e da sociedade, principalmente no âmbito da competência comunicativa enquanto *participação*, questão fundamental para a democratização dos meios “e que não consiste somente com relação ao controle, mas também da democratização dos seus usos” (MARTÍN-BARBERO, 2009, p. 302).

Desta maneira, o modo de produzir comunicação dos *internautas/cidadãos* transforma culturalmente os modos de “estar juntos e tecer laços sociais” (MARTIN-BARBERO, 2003, p. 63) na forma de expressar e legitimar seus discursos, porque levam à “persistência de extratos da memória e da mentalidade coletiva” (MARTIN-BARBERO, 2003, p. 63). Em outras palavras, o processo comunicativo digital [cidadão] dos movimentos sociais de direitos humanos é compreendido como um espaço de reconhecimento social, de expressão da cultura dos direitos humanos, em que os *internautas/cidadãos* abrem espaço para a representação e participação social, política e cultural.

O *MNDH*, *DH Net* e a *Conectas* são movidos por valores culturais e sociais e suas lutas são em torno de “mudar os códigos de significados nas instituições e nas práticas da sociedade e é a luta essencial no processo de mudança social no contexto histórico” (CASTELLS, 2003, p. 116). Sendo assim, o processo comunicativo digital possibilitou aos movimentos sociais assumirem um novo meio para a ressignificação cultural e uma autonomia nos modos de ser num mundo “dominado por fluxos de informação homogêneos, globais” (CASTELLS, 2003, p. 116). Portanto, a comunicação digital é fundamental por possibilitar a disseminação de valores e a mobilização dos sujeitos e movimentos sociais que adotam a proposta, formando sistemas de comunicação, atingindo a sociedade, e dessa forma buscam a transformação social através do discurso (entendendo que este não é mero instrumento passivo) e não por meio do poder do Estado.

A internet, assim como a própria constituição dos movimentos sociais, permite a diversidade de ideias e também estar em permanente debate, sem estar paralisado, pois cada um dos “nós [*internauta/cidadão*] pode reconfigurar uma rede de suas afinidades e objetivos, com superposições parciais e conexões múltiplas” (CASTELLS, 2003, p. 118) reconfigurando as relações individuais e coletivas. Em outras palavras, a diversidade e o intercâmbio que a internet possibilita aos movimentos sociais de direitos humanos os torna “dependente” do seu uso dos processos comunicativos digitais. E esse uso dependerá das suas necessidades, práticas criativas, competências e modos de representar o mundo.

Nesse contexto, as relações sociais passam a se reconfigurar em suas dimensões e se reintegram em redes, onde o espaço de lugares é substituído por um espaço de fluxos (CASTELLS, 2010). Assume uma dimensão estratégica porque não é só uma dimensão de debate, mas, também, espaço de definição de modos de ser – culturas – que permitirá, ou não, a diversidade e o pluralismo. O autor afirma que “baseado na integração em redes digitalizadas de múltiplos modos de comunicação, é a sua capacidade de inclusão e abrangência de todas as expressões culturais”, funcionam “em um modo binário: presença/ausência no sistema multimídia de comunicação” (2010, p. 460) que permite:

A comunicabilidade e a socialização da mensagem. (...) E pela internet ter como características a diversidade e a pluralidade é capaz de constituir-se de muitas formas de expressão, diferentes interesses, valores e imaginações, que também inclui a expressão dos conflitos sociais. (CASTELLS, 2010, p.460-461).

Contudo, a presença dos movimentos sociais de direitos humanos do ciberespaço pode ser compreendida para as redes de movimentos sociais em complementaridade com o

ambiente presencial caracterizado por ambientes socioculturais, históricos, políticos, lugar onde ocorrem os embates e lutas sociais e que a combinação de ações político-culturais “sem perder de vista que é no território físico, socialmente reconhecido e vivenciado, que se tece o imaginário do futuro” (MORAES, 2001, s/p), pois são nos momentos presenciais que são possíveis ações conjuntas como instrumentos de intervenção e promoção da mudança do modo de ser a sociedade.

Assim, nesse processo comunicacional presença/ausência, definido por Castells e Moraes, a comunicação digital não é apenas transmissora de mensagens, mas também fomentadora de espaços de troca de crenças, culturas e valores. Ou seja, amplia as possibilidades comunicativas e de participação social e cidadã. Abre o espaço para a “participação democrática, para a construção da comunidade, para alternativas a formas dominantes de desenvolvimento e de conhecimento, em suma, para novas formas de inclusão social” (SANTOS, 2008, p.196).

Essa *inclusão social*, a partir dos processos comunicacionais digitais, norteia as lutas de transformação social e permitirá, ou não, que as redes interativas se engajarem na promoção de outra proposta de sociedade e nesse sentido, alterar a internet, para um meio de transformação social, embora, como bem ressalta Castells (2003, p. 119) “nem sempre nos termos buscados pelos movimentos sociais, e nem sempre, aliás, em defesa dos valores que compartilhamos necessariamente”. Ou seja, percebe-se que as práticas comunicacionais digitais estão em certo sentido em consonância com o caráter de fluxos na expansão dos usos das mídias digitais e exercem dessa forma a cidadania, combinando de forma mais ampla ações de cidadania comunicativa.

Nesse sentido os militantes e/ou produtores (*internautas/cidadãos*) além de receptores das informações disponibilizadas pelos sites pesquisados, passam a serem emissores, apropriando-se e capacitando-se tecnologicamente, gerando, compartilhando, reelaborando conteúdos para colaborar com as pautas dos movimentos sociais de direitos humanos. Esse movimento de passagem de produtores de comunicação é resultado do envolvimento individual-coletivo dos movimentos sociais no intuito, também, de ampliar a democratização dos meios comunicacionais.

Desse modo o processo comunicativo digital agregado ao exercício da cidadania dos movimentos sociais converte a rede em um *espaço público* importante para o fortalecimento de demandas para ampliar as ações e possibilitar estratégias de lutas eficazes. Pierre Levy (2003) ao tornar dependente o desenvolvimento do espaço público ao exercício da cidadania num processo de desenvolvimentos das mídias fala de um funcionamento

Condicionado pelo sistema de meios de comunicação. (...) a forma política Estado-nação, assim como as democracias modernas ou a noção dos direitos humanos, estão intimamente ligados à esfera pública moderna baseada na imprensa (...). Apoiar-se em uma informação publicada em jornais, revistas, livros nitidamente distintas de uma esfera privada (...). A mídia audiovisual exacerbou em primeiro tempo a potência da esfera pública nacional. O desmoronamento de vários regimes totalitários e ditaduras nas décadas de 1980 e 1990 e os sucessos da construção europeia explicam-se parcialmente pelos novos dados da paisagem da comunicação. (...) A emergência da internet no final da década de 1980 e o surgimento da *world wide web* (www) em 1994 prolongaram a precedente evolução pública, introduzindo ao mesmo tempo elementos radicalmente novos: a interconexão, a desintermediação e a comunicação de todos para todos. (...) em princípio no ciberespaço, não existe mais distinção entre as mídias. (LEVY, 2003, p. 369-370).

Assim podemos afirmar que não se trata de um modo novo de agir, mas um modo que apresenta formas de influir e definir a agenda pública e estabelecer legitimidade a este ou aquele tema. Modifica as habilidades, as competências e as atitudes dos cidadãos de tornarem-se participantes. Alinhado a essa ideia Sérgio Amadeu da Silveira (2008) nos fala de um espaço público alterado pelas

Redes digitais que estariam promovendo profundas mudanças na esfera pública. (...) A primeira distinção está na arquitetura de rede. A arquitetura unidirecional dos fluxos de informação dos *mass media* é alterada para uma arquitetura distribuída, com conexões multidirecionais entre todos os nós, formando um ambiente de elevada interatividade e de múltiplos informantes interconectados. A segunda diferença ocorre nos custos para tornar-se um falante ou emissor. O ambiente das redes digitais elimina os custos de comunicação como barreiras para falar e propagar suas mensagens. (SILVEIRA, 2008, p. 32)

O autor acrescenta que as alterações na *esfera pública* e nos espaços de participação para o exercício da cidadania comunicativa digital, no seu potencial democrático, modificam os modos de ação, distribuição, elaboração e redistribuição da informação, que antes era feita apenas pelos meios de comunicação comerciais e hegemônicos, ampliando o “potencial dos cidadãos de articular a resistência ao poder a partir do espaço público” (SILVEIRA, 2008, p. 32). Ou seja, apresenta um potencial e forma de atuação no direito à comunicação, relacionado à Declaração Universal dos Direitos Humanos, em seu artigo 19, que incorpora os cenários diversos da comunicação,

Com enfoque mais interativo, no qual os atores sociais são sujeitos de produção informativa e não simplesmente receptores passivos da

informação. Da mesma forma, assume que o reconhecimento desse direito é necessário ao exercício dos demais direitos humanos e elemento da vigência democrática. A incorporação desse direito às agendas dos movimentos sociais e o desenvolvimento de estratégias para a concretização apresenta-se como um desafio chave para a construção de alternativas. (LEÓN, 2003, p.409-410)

Entendemos com isso que o processo comunicativo digital e o exercício da cidadania comunicativa respeitam a autonomia e escolhas, diretamente ligadas, a habilidade de interagir dos sujeitos com as mídias, sem desconsiderar as interações presenciais, já mencionadas nesse texto, bem como as dificuldades de acesso e usos tecnológicos. Assim a cultura, a política e a cidadania não são determinadas pelas mídias digitais e sim, do processo de interferência dos sujeitos que atuam no desenvolvimento da vida.

Os sites dos movimentos de direitos humanos pesquisados guardam características específicas da comunicação digital e da cidadania comunicativa por voltarem seus esforços para a situação da sociedade que se mostra, ainda, uma realidade sob um ponto de vista desigual, injusta e que busca o respeito à dignidade humana e a vida como veremos no ponto a seguir a partir das suas estruturas, arquiteturas.

5.2 NAVEGAR É PRECISO: OS SITES MNDH, DH NET E CONECTAS DIREITOS HUMANOS

“Os movimentos sociais se formam comunicando mensagens de reivindicação e esperança” ⁶⁰ segundo Manuel Castells (2010, p.395) essas mensagens insurgem, vivem e ganham força no espaço público. Com os usos da internet as mensagens tem se (re) significado de diversas formas, em diferentes momentos, conforme o desenvolvimento e apropriações das tecnologias da informação e comunicação, e esse espaço público é alterado pela participação da cidadania nas redes de comunicação e “podem incluir a diversidade cultural e a multiplicidade de mensagens em maior medida que nenhum outro espaço público da história” ⁶¹ (CASTELLS, 2010, p. 396).

Para o autor as redes de comunicação digital possibilitam muitas oportunidades aos movimentos sociais como meios de comunicação alternativa a fim de difundir informações, dados, sons e imagens propiciando a promoção do intercâmbio político e cultural

⁶⁰ Tradução livre da autora desta dissertação – “Los movimientos sociales se forman comunicando mensajes de rabia y esperanza”.

⁶¹ Tradução livre da autora desta dissertação – “... pueden incluir y abarcar la diversidad cultural y la multiplicidad de mensajes en mayor medida que ningún otro espacio público en la historia”.

(CASTELLS, 2010). Contudo, essa potencialidade da comunicação alternativa, envolve uma questão importante: adaptar-se a linguagem ou o conteúdo dos meios e os formatos de interação das redes de comunicação digital. O autor acrescenta também que para essa potencialidade da comunicação alternativa, ela deve estar aliada ao direito à comunicação (cidadania comunicativa) preservando a liberdade e a justiça no desenvolvimento e gestão da infraestrutura da comunicação em rede e no funcionamento das redes de comunicação, e nesse sentido, os sites pesquisados dos movimentos de direitos humanos: *MNDH*, *DH Net* e *Conectas*, traduzem um tipo de pensamento, cultura e política numa forma de organização e de deliberação para uma proposta de sociedade e de exercício da cidadania.

Compreendemos que os sites configuram-se como espaços digitais que guardam, processam, distribuem dados e imagens. Sua arquitetura possibilitará, na maioria das vezes, espaços de negociações, comunicações contínuas “numa comunicação de todos para todos, e não mais de um para todos” (MORAES, 2001, p. 70). Para descrever os sites *MNDH*, *DH Net* e *Conectas* como objetos vivos de significações, onde tudo poderá estar em contato com tudo e o internauta “inscreve sua identidade na rede na medida em que elabora sua presença no trabalho de seleção e de articulação com as áreas de sentido” (MORAES, 2001, p. 68) apoiamo-nos em autores como Dênis de Moraes (2001, 2003), Marcos Palácios (2002, 2003) e Luciana Mielniczuk (1998, 2002, 2003) ao tratarem de elementos como conteúdo digital, memória e arquitetura da informação, para que possamos compreender os fluxos de informações, hierarquia do conteúdo, fluxos e possibilidades de navegação – links, hiperlinks, como o internauta poderia construir uma determinada trajetória de apropriação, compor uma estrutura, porém que possibilita diferentes caminhos, deslocamentos, entre outros.

Os sites, de modo geral, são sistemas constituídos por hiperlinks que levam os internautas para as informações solicitadas. A arquitetura da informação tem por objetivo projetar, sistematizar e integrar estruturas organizativas para fazer algo funcionar e assim o internauta encontrar as informações com facilidade, agilidade e principalmente eficiência,

Para que esta questão seja resolvida, torna-se necessária a utilização de formas auxiliares de navegação, dando suporte aos internautas de forma a oferecer opções de deslocamento diferentes dos convencionais ‘vá para a página x’, ou simplesmente, link ‘página x’, além de posicioná-los em relação à estrutura organizacional em que se encontram. (PEREIRA, 2002, p. 1)

Diante dessa afirmação, a preocupação é diminuir possíveis deficiências nas estruturas de navegação e possibilitar aos internautas a visualização de como a informação está

estruturada, ter o controle sobre a localização, ou movimentar-se em diferentes etapas nos sites (sendo uma das principais características a possibilidade do acesso às informações de forma não linear) e assim, transformar informação em conhecimento e que poderíamos supor que mais informação possa representar maior oportunidade para uma compreensão ampla e diversa do mundo.

a) Descrição do *MNDH* – www.mndh.org.br

O site do *MNDH* tem um formato, estrutura e layout, de fácil e rápida navegação, com imagens em flash⁶² que acompanham em cada seção. A página inicial apresenta uma estrutura que é mantida em cada link, dividida em duas colunas, sendo a da direita fixa e pode ser acessada em qualquer link que o internauta estiver navegando e encontrará: Link com logo de Comemoração aos 30 anos do MNDH, cadastro/cancelamento para recebido de *Newsletter*, Notícias Mundo, Notícias Nacionais, estatística de visitantes, link do recadastramento das afiliadas, logos dos parceiros e financiadores e link de contato com o *MNDH*. A coluna da esquerda mudará conforme a seção que o internauta estiver navegando.

As seções em alguns casos poderão subdividir-se em outras seções. A barra de navegação, horizontal, apresenta 10 seções, conforme segue:

Início

Institucional

- Nossa história e Missão
- Estrutura do MNDH
- Regionais
- Entidades Filiadas
- Financiadores e parceiros
- Documentos Institucionais
- Biblioteca
- Editorial – dividida em cinco subseções:
 - XVI Encontro Assembleia Nacional;
 - Publicações;

⁶² Costuma-se chamar apenas de *flash* os arquivos gerados pelo *Adobe Flash*, ou seja, a animação em si. Esses arquivos são de extensão ".swf" (de *Shockwave Flash File*). Eles podem ser visualizados em uma página *web* usando um navegador que o suporta (geralmente com *plug-in* especial) ou através do Flash Player.

- Normativas de Direitos Humanos;
- Documentos de Direitos Humanos;
- Conferências;
- o Recadastramento das afiliadas

Ações e Projetos

- o Combate à tortura
- o Sistema Nacional de Direitos Humanos
- o Prêmio Direitos Humanos
- o Ação Internacional
- o Monitoramento em Direitos Humanos
- o Direitos à memória e a verdade – dividida em duas subseções:
 - Seminário Nacional Memória da luta dos Direitos Humanos no Brasil
 - Campanha Nacional pelo Direito à Memória e à Verdade
- o Relatório de Impacto em Direitos Humanos – seção vazia; Criança e Adolescente – subdividida em três seções:
 - Cartilha
 - SINASE
 - CONANDA
- o Afirmação dos direitos humanos
- o Justiça e Segurança Pública
- o Ações com outras redes

Notícias

Fotos

Links

Contato

Busca

Áudio e Vídeo

Webmail

Movimento Nacional de Direitos Humanos
Luta pela Vida, Contra a Violência

MNDH Início Institucional Ações e Projetos Notícias Fotos Links Contatos Busca Áudio&Vídeo Webmail

DITADURA NUNCA MAIS: POR QUÊ?
01-Abr-2012
A história brasileira é marcada por longos períodos de exceção vividos sob ditaduras civis-militares e por breves períodos democráticos. O atual período democrático é o mais duradouro e consistente. Ele sucede, não esqueçamos, a recente ditadura civil-militar que emudeceu o Brasil por 20 anos, de 1º de abril de 1964 a 1965. Mas, por que ditadura nunca mais? O que cabe a uma democr...

Ato público contra racismo é realizado em Aracaju
Nesta quarta-feira, 21, dia que marca a luta internacional pela eliminação da discriminação racial, foi realizado um ato público. Organizado por diversas entidades, o objetiv...

Nota sobre assassinato no Shopping Jardins
O coletivo do Movimento Nacional de Direitos Humanos de Sergipe - MNDH-SE vem, através desta nota pública, se manifestar em relação às ocorrências de tortura e assassinato co...

Nota de Repúdio contra a criminalização de psicólogos e assistentes sociais de Porto Velho – RO
A Secretaria Municipal de Assistência Social de Porto Velho (RO), pautados em um "reordenamento" dos serviços de assistência, através dos Centros de Referências de As...

Direitos Humanos e Democracia sitiados em São Paulo
"Nós representantes do povo brasileiro, reunidos em Assembleia Nacional Constituinte para instituir um Estado Democrático, destinado a assegurar o exercício dos di...

V Colóquio Nacional de Direitos Humanos
O Colóquio Nacional de Direitos Humanos já tem uma trajetória consolidada como espaço aberto, plural e amplo de reflexão sobre concepção, fundamentação e realização dos direit...

Diá Internacional da Mulher
Apesar das conquistas resultantes de lutas históricas travadas nas últimas décadas, ainda é visível a naturalização da violência contra a mulher. Daí a importância da constru...

Moradores do assentamento Canaã iniciam luta em defesa da moradia
Fumaça escura indicava o local do trancamento da avenida Palmiro Paes de Barros, na região do Grande Parque Culabã, hoje cedo. Das 8h às 9h40, moradores do bairro Jardim Nova...

2012 vai exigir pressão e mobilização
O ano mal começou e os principais movimentos sociais brasileiros já antevêm a necessidade de grandes mobilizações populares. Seja para resistir ao que consideram ameaças, se...

30 anos do MNDH: 1982 - 2012

Newsletter
Cadastre seu e-mail para receber notícias do MNDH.
Nome
E-mail
 Inscrever
 Cancelar inscrição

Notícias Nacionais ::

- OEA notifica o Brasil pela segunda vez por Belo Monte
- Ação contra direitos de quilombolas é "reação conservadora", afirmam debatedores
- ONGs repudiam declaração de Dilma sobre tortura em delegacias
- Seminário internacional sobre lutas sociais, direitos humanos e educação
- AlIB cria departamentos de direitos humanos nos tribunais
- Direitos Humanos não devem ser luta política
- Câmara pede acesso a arquivo secreto dos EUA sobre ditadura brasileira
- Suíços acusam Fifa de não respeitar direitos humanos no Brasil para Copa

HotTias do Mundo ::

- Morreu Albert Falco, capitão do barco oceanográfico "Calypso"
- Ativistas acusam forças sírias por mortes ao leste de Damasco
- Papa: jovens devem adquirir "valores", além de conhecimento
- Férias podem causar abstenção de 30% em eleições na França
- Espanhóis perdoam rei por viagem a Botsuana, diz pesquisa
- Jornal: Brasil ajudou a traficar armas durante Guerra das Malvinas
- Sarkozy e Hollande votam no primeiro turno da eleição francesa
- Franceses vão às urnas para eleições presidenciais

Estadísticas - a partir de 08/2007
Visitas: 13523975

Usuários On-line
Temos 1 visitante on-line

Recadastramento MNDH
FILIADAS CLIQUE AQUI

Financiadores e Parceiros ::

MISEREOR
Ford Foundation
CESE
Canada
dhnet
www.dhnet.org.br

Fale Conosco
Clique aqui

Movimento Nacional dos Direitos Humanos - MNDH
Copyright © 2007 - Todos os direitos autorais reservados

Premium Account

Figura 1 – Página Inicial do site do Movimento Nacional de Direitos Humanos
Fonte: MNDH (2012)

b) Descrição do *DH Net* – www.dhnet.org.br

O site *DH Net* apresenta uma arquitetura complexa que, num primeiro momento, parece muito completa em termos de informação pela quantidade disponibilizada. A página inicial é dividida em duas colunas de navegação, uma a direita e outra a esquerda, e uma maior, central, que apresenta outros links para assuntos e espaços de interação diversos. Em toda a página inicial há imagens e animações em flash. O site disponibiliza também três menus de navegação, sendo um na parte superior e dois na parte inferior da página. A cada seção navegada a estrutura das colunas da direita e esquerda é mantida, bem como os menus de navegação superior e inferiores. Altera a página central que é redefinida em três colunas, com diversos links conforme o tema da seção.

A Coluna da esquerda apresenta as seguintes seções:

Macrotemas

- Direitos Humanos
- Desejos Humanos
- Educação em Direitos Humanos
- Cibercidadania
- Memória Histórica
- Arte e Cultura
- Central de Denúncias
- Banco de Dados

Rede Brasil

- Rede Brasil de Direitos Humanos
- Sociedade Civil
- Mídia
- Conselhos de Direito
- Executivo
- Legislativo
- Judiciário
- Ministério Público

Redes Estados Brasileiros

- Redes Estaduais
- Rede Estadual do RN

Redes Direitos Humanos

- ONGs de Direitos Humanos
- ABC Militantes DH
- Rede Mercosul

Rede CPLP

- Rede Lusófona
- Rede Cabo Verde
- Rede Guiné-Bissau
- Rede Moçambique

A coluna da direita apresenta uma área de busca que pode ser tanto feita nos arquivos do site como no Google. E segue com as seguintes seções:

Loja DH Net – produtos direitos humanos

Notícias DH

Linha do Tempo

Sistemas Internacionais de Direitos Humanos

Sistema Nacional BR de Direitos Humanos

Sistemas Estaduais BR de Direitos Humanos

Sistemas Municipais BR de Direitos Humanos

História dos Direitos Humanos

MNDH

Militantes

Nuca Mais – visão global

Memoria e Verdade

Banco de Dados

Tecido Cultural

1935 Multimídia – memória histórica potiguar

Curso Direitos Humanos – curso de agentes de cidadania

Comitês de Educação em Direitos Humanos

O menu superior é composto por: blogs, fórum, notícia, postais, galerias, enquetes, mapa do portal, livro e visitas, tecido social, contatos, banco de dados interatividades, cursos, vídeos, áudios, loja virtual enviar e-mail e busca. Os dois menus inferiores apresentam os seguintes links: Projeto DH Net, equipe, consultores, ombudsman, filiações, apoios institucionais, prêmios recebidos, sítios hospedados, redes glocais, rede estadual de direitos humanos RN, CDHMP, CENARTE, parcerias, linha do tempo, blogs, fórum, notícias, dicionário, postais, galerias, enquetes, mapa do portal, livro de visitas, tecido social e contatos. É importante trazermos para essa reflexão que o “mapa do portal” apresenta-se em ordem alfabética por temas dos assuntos que poderão ser pesquisados no site.

A coluna central, tanto os temas quanto as imagens e animações são links que remetem o internauta a uma nova seção. Está organizado em linhas nos seguintes temas: “De pé no chão também se aprende a ler”, “Notícias de Direitos Humanos”, “Comissão da Verdade”, “História dos Direitos Humanos”, “ABC DOS Direitos Humanos”, “Direitos Globais no Universo em Mutação”, “Teia da Vida – Roberto Monte Home Page”, “Textos e reflexões”,

“Código de ética”, “SOS Cidadania”, “Pena de Morte”, “Acesso à justiça”, “Tortura”, “Experiências DH”, “Caravanas DH”, a logo dos “30 anos MNDH”, e as capas dos livros “Experiências em Educação Popular”, “Educação em Direitos Humanos”, “Direitos Humanos em Moçambique”, “A comissão da verdade no Brasil?”, “Brasil nunca mais” são links que levam para o conteúdo desses livros. As *Home Pages*⁶³ de alguns pesquisadores e militantes de direitos humanos que contribuem com o movimento social está disponível também com os nomes destes: Paulo E. Arns, Leonardo Boff, Frei Beto, Mércia Albuquerque, Gilson Nogueira, Nazaré Zenaide, Nilmário Miranda, Paulo Carbonari, Vera Candau, Margarida Genevois, João B. Herkenhoff e Dermi Azevedo.

Em uma imagem em *flash*, à esquerda, é disponibilizado o material do Curso de Direitos Humanos do DH Net. Ao centro links para “Selo Direitos Humanos Nota 10”, “Sítios e sites DHNet”, “Planos e Programas DH” e “Indicadores de DH”. Por último em uma imagem em flash, a direita, é disponibilizado a Enciclopédia Digital Educação em Direitos Humanos da DHNet.

Nessa estrutura do site há uma sensação de excesso de informações que é reforçada pelo *layout* que parece sobrecarregar o internauta de possibilidades de informações, pois cada um dos macrotemas e temas descritos levam a novos links e novos conteúdos, além das Redes constituídas e referenciadas pelo site.

⁶³ Página principal, página inicial, página de entrada (home page ou homepage em inglês) é a página inicial de um site da internet (também chamado sítio). Compreende uma apresentação do site e de todo seu conteúdo.



Figura 2 – Página Inicial do DH Net
Fonte: DH Net (2012)

c) Descrição do *Conectas Direitos Humanos* – www.concetast.org

O site do *Conectas Direitos Humanos* tem uma estrutura e mapa das informações organizadas em sete temas, que são relacionados a cores. A página apresenta na área central textos e imagens, enquanto em uma coluna à direita estão relacionadas às últimas notícias relacionadas ao tema do link.

A página de abertura apresenta duas fotos em movimento com uso de *flash* usadas para as chamadas das duas principais notícias. Logo a baixo traz outras duas notícias, com fotos, porém essas sem movimento e em menor dimensão, bem como links para cadastrar-se e receber a newsletter e para conhecer o programa de intercâmbio. Na coluna à direita as notícias são em nível mundial, nacional, ações da organização ou notícias da Conectas que saíram na mídia nacional. Apresenta a cor magenta, mesma cor da logomarca da organização. Essa estrutura de texto na página central com fotos e links, dentro dos textos, e à coluna da direita com notícias relacionadas ao tema da seção acompanha todo o site.

O menu para acessar as diversas seções do site está disponibilizado na parte superior do site, sendo de fácil entendimento para o internauta. A cada espaço há uma barra secundária que permite ao internauta selecionar a informações sobre cada um dos pontos visitados, conforme segue:

Institucional (magenta)

- Missão
- Programas
- Transferência
- Equipe
- Conselho
- Apoiadores
- Boletim
- Oportunidades

Intercâmbio (roxo)

- Apresentação
- Selecionados 2011 – 2012
- Edições anteriores
- Depoimentos

Política Externa (azul)

- Apresentação
- Atividades
- Anuário “O Brasil na ONU”
- RPU

Colóquio (verde)

- Apresentação
- XI Colóquio
- História
- Depoimentos

Revista Sur (amarelo)

- Apresentação
- Histórico
- Edições
- Em números
- Distribuição

- Colaboração
- Expediente
- Expediente

Justiça (laranja)

- Apresentação
- Acesso à justiça
- STF
- Acesso aos medicamentos
- Outros projetos

10 anos (magenta)

- 10 anos!
- Publicações
- Depoimentos
- Conquistas

O site pode ser acessado na língua inglesa também. Em todas as seções o internauta pode fazer busca no site, cadastrar-se para recebimento da *news letter*⁶⁴, enviar e-mail para a organização e alterar o idioma. Ao final de cada página do site é possível compartilhar com as diversas redes sociais, como por exemplo, Twitter, Facebook, Orkut, entre outras, além de enviar por e-mail ou adicionar a outros blogs (pessoas ou de outros movimentos sociais).

⁶⁴ Conteúdo noticioso enviado a assinantes por email.

The image shows the homepage of the Conectas Direitos Humanos website. At the top, there is a search bar, a language selector set to 'English', and a navigation menu with links for 'INSTITUCIONAL', 'INTERCÂMBIO', 'POLÍTICA EXTERNA', 'COLÓQUIO', 'REVISTA SUR', 'JUSTIÇA', and '10 ANOS'. The main content area is divided into several sections. On the left, there is a large image of a man in a suit speaking at a podium, with the text 'Ano carregado de pautas de direitos humanos marca chegada de ministro Ayres Britto ao STF'. Below this, there are two smaller articles: 'Sem resposta, Conectas reitera pedido ao governo por divulgação de diagnóstico da ONU sobre tortura no Brasil' and 'O STF e a melhoria do acesso à Justiça'. On the right, there is a 'notícias' section with several news items, including 'ONGs criticam rejeição de emendas à resolução da ONU sobre direitos humanos na Líbia', 'Conectas na mídia :: Rede Brasil Atual', 'Conectas na mídia :: Revista Marie Claire', 'Conectas participa de debate sobre tratamento de presos, na ONU, em Viena', and 'STF decide sobre demarcação de terras de quilombo'. At the bottom, there are call-to-action buttons for 'Venha para a Conectas' and 'Newsletter Conectas', and contact information for the organization.

Figura 3 – Página Inicial do site da Conectas Direitos Humanos
Fonte: Conectas (2012)

Percebemos que a articulação dos mapas, sons, imagens, diagramas e textos “processa-se tão facilmente quanto sua ligação com outro fragmento verbal” (MORAES, 2001, p. 69), ou seja, a Arquitetura da Informação (AI) auxilia e está diretamente relacionada à produção dos conteúdos para a internet⁶⁵. Dessa forma, nos possibilitam articular os sites dos movimentos sociais de direitos humanos pesquisados a partir das seis principais características propostas por Marcos Palácios (2003) para o desenvolvimento dos conteúdos digitais: a convergência / multimidiabilidade, a interatividade, a hipertextualidade, a personalização, a memória e a instantaneidade do acesso – que está diretamente relacionada à atualização contínua dos espaços digitais. Porém, essas características não traduzem, necessariamente, todos os aspectos que podemos explorar nos sites pesquisados, que por diversas razões, como técnicas, adequação tecnológica, entre outras, podem ser mais exploradas pelos sites. Apontamos, assim, potencialidades que são utilizadas na produção dos conteúdos nos sites dos movimentos de direitos humanos.

⁶⁵ As possibilidades comunicativas dos links, os percursos, limites e possibilidades, recursos, entre outros, que os sites oferecem serão trazidos e analisados com profundidade no capítulo seguinte.

Para o avanço dessa reflexão faz-se necessário refletirmos a partir das características propostas por Palácios (2003) para melhor problematizarmos as descrições dos sites do *MNDH*, *DH Net* e *Conectas Direitos Humanos*. A *convergência / multimídia* compreende a convergência das mídias (imagem, texto, som) possibilitando o aprofundamento do assunto e a disponibilização de bancos de dados (visuais e sonoros). Oportuniza, aos internautas, a circulação e a disponibilização da informação em múltiplas plataformas e suportes, agregando e complementando.

A *interatividade* está relacionada à capacidade do internauta em fazer parte e sentir-se no processo comunicativo. Pode ocorrer de diversas formas, como a troca de e-mails entre o internauta e o movimento social, a disponibilização da opinião do internauta, através de fóruns, enquetes, ou chats, entre outros. A interatividade também pode ser analisada a partir da navegação no site através dos hipertextos, onde o internauta é que estabelece a relação com a publicação, com os autores, com o hipertexto e as multimidiabilidade. A socialização das informações através das redes sociais também é considerada uma forte característica da interatividade digital.

Seu caráter rompe com a lógica das mídias hegemônicas ao possibilitar a livre circulação de conteúdos (textos, sons e imagens) sem a submissão de filtros o que para Dênis de Moraes (2001) aponta para “uma redistribuição de dados menos condicionados pelo peso histórico da imprensa e das mídias culturais” (MORAES, 2001, p. 71).

A *hipertextualidade* é compreendida através da interconexão dos textos através e entre os links. A partir do link pesquisado o internauta é levado a informações e/ou é possível aponta para outras, além de imagens, sons, vídeos, animações que serão complementares ou de aprofundamento de determinado assunto, ou ainda relacionar a outros sites, material de arquivos de jornais, porém não tem como objetivo gerar polemica sobre tal tema, publicidade, entre outros (CANAVILHAS, 1999; BORDOEL & DEUZE, 2000).

Moraes (2001) afirma que “nos encadeamentos dos hipertextos, cada ator inscreve sua identidade na rede à medida que elabora sua presença no trabalho de seleção e de articulação com as áreas de sentido” (MORAES, 2001, p. 68) o que nos permite compreender que qualquer parte do conteúdo digital poderá ser associada a outros conteúdos também disponíveis no ciberespaço. A navegação ativada a partir do clique sobre o link projetará o internauta para o assunto solicitado, possibilitando uma navegação de uma fonte à outra, sem começo ou fim, numa “colagem de interferências individuais e coletivas” (MORAES, 2001, p. 69).

O ciberespaço possibilitaria ao internauta, segundo o autor, uma relação entre o discurso e as expressões não verbais de modo a valorizar as estruturas dos textos e de uma forma mais flexível, mantendo o registro e a capacidade de circulação e difusão dos meios de comunicação.

A *personalização*, mais encontrada em portais de notícias, tem como objetivo individualizar a configuração do site de acordo com os interesses do internauta, permitindo uma pré-seleção por assuntos, escolha do formato de apresentação visual e hierarquização das informações. A *instantaneidade de acesso* é relacionada com a facilidade de produção e de disponibilização do conteúdo o que permite aos produtores dos sites dos movimentos sociais de direitos humanos agilidade na atualização e dá a possibilidade aos internautas acompanharem continuamente o desenvolvimento dos assuntos em pauta.

Através da *memória* segundo Palácios (1999) é possível acumular informações de forma técnica e econômica na internet, tornando-se coletiva, pois estão interligadas entre os diversos nós que a compõem. “Desta maneira, o volume de informação anteriormente produzida e diretamente disponível ao internauta e ao produtor num crescente exponencial (...) o que produz efeitos quanto à produção e recepção (...)” (PALÁCIOS, 2003, p.4). Ou seja, é através da memória que é mais potencializada a produção dos conteúdos por permitir não apenas o acúmulo das informações geradas pelos diversos movimentos sociais, mas por possibilitar o resgate das informações, ações, ideias, reivindicações, conquistas, caminhadas dos processos, entre outros, tanto por parte dos produtores dos sites, quanto por parte dos demais internautas. A disponibilidade e acesso dos diversos conteúdos digitais de direitos humanos estão interligados com as possibilidades de constituição dos bancos de dados e seções de busca o que é caracterizado e entendido como memória.

Essas características estão associadas ao próprio desenvolvimento da internet e da produção de conteúdo para a web, visto que há a necessidade de adequar ao meio de forma que seja eficiente junto aos internautas. O desenvolvimento dos conteúdos para a internet segundo Pavlik (2001), Silva Jr, (2002) e Palacios (2002) é apontada através de gerações que não são estanques, ou excludentes, onde podemos encontrar ainda hoje sites que se enquadram em mais de uma geração no mesmo ambiente. Isso se deve, por que a internet e seus processos comunicativos apontam para uma ambiência flexível e dinâmica, de permanente mudança que oportuniza aos internautas espaço de geração e compartilhamento de informações e significados e que compreendemos não apenas como um lugar de transmissão linear de informações, mas como campo de interação simbólica em que as

relações são reordenadas, proporcionando a superação do fluxo unidirecional da comunicação, além de dar ao internauta um papel relevante.

A primeira geração é caracterizada pela produção de conteúdos criados para outros meios, ou seja, os produtos comunicacionais eram reproduções de impressos que passavam a ocupar a internet. A produção da informação é atrelada aos tempos de produção dos materiais impressos e não há uma preocupação com a linguagem ou uma relação inovadora. O importante é ocupar o espaço, sem explorá-lo como suporte comunicacional específico.

A segunda geração é favorecida pelo aperfeiçoamento e desenvolvimento da estrutura técnica da internet. É quando iniciam as experiências e tentativas de explorar as características oferecidas pela rede, tais como os *links*, o e-mail passa a ser utilizado como possibilidade de comunicação entre as organizações e seus públicos e surgem seções como “últimas notícias”.

A terceira geração é marcada por uma modificação das iniciativas tanto empresariais quanto dos meios comunicacionais, pois a produção do conteúdo para a internet passa a ter uma linguagem própria. É possível observar tentativas de explorar e aplicar as potencialidades oferecidas pela internet através de recursos multimídias, com sons e animações; recursos de interatividade como chats, enquetes e fóruns de discussão e a customização das informações.

Atualmente estamos migrando para a quarta geração onde há uma maior preocupação e têm um avanço na busca de maior interação e relacionamento das organizações com os seus internautas. Há um redirecionamento para as mídias e redes sociais, como o Twitter, o Facebook, entre outras. A característica mais marcante desta nova etapa é a colaboratividade, a produção de conteúdo gerada pelos internautas e compartilhada pelas instituições em geral.

Ao compreendermos as características da produção de conteúdo e as gerações do desenvolvimento desses conteúdos para a internet nossa reflexão direciona-se a partir da chamada 3ª geração de produção de conteúdo entendendo que há uma ruptura com a fase de transposição (1ª geração) e metáfora (2ª geração) permitindo, ainda que timidamente, os sites incorporarem sua produção a um banco de dados, o que contribuiu para a organização dos conteúdos gerados pelos diversos canais e segundo Machado (2004).

A partir do princípio da transcodificação de Manovich (2001), os bancos de dados são a forma cultural adotadas pelos meios digitais para a organização das informações nas sociedades contemporâneas. É a tecnologia de banco de dados que evidencia ainda mais a noção da estrutura de um sistema (explicitada na arquitetura da informação) ser um suporte para as informações. A internet - desde suas proposições iniciais - trabalha com a noção de memória estendida em bancos de dados que podem ser acessados por diferentes pessoas de forma simultânea. A rede representa, na verdade, um grande banco de dados cujas indexações ocorrem por remissões a suas

páginas, onde os vínculos informativos são os endereços, as URLs (*Uniform Resource Locator*), de acordo com a arquitetura do sistema. (SCHWINGEL, 2005, p.5)

Assim os bancos de dados têm capacidade de armazenar e disponibilizar os conteúdos de forma assíncrona para o acesso do internauta, bem como a atualização contínua, relacionando com outros bancos de dados permitindo a interatividade através de hiperlinks potencializando uma quantidade de informações ilimitada “no que diz respeito à quantidade de informações que pode ser produzida, recuperada, associada e colocada à disposição do seu público alvo” (PALÁCIOS, 2003, p.7). Dessa forma, os campos de buscas e a forma de armazenamento das informações passam a ser essenciais para os sites (arquitetura da informação) bem como para os produtores e os militantes de direitos humanos, pois permitirão que se acessem as informações, documentos e os diversos conteúdos por meio de palavras-chave ou outra forma disponibilizada pelo site.

Os movimentos e características do desenvolvimento da internet até aqui apresentados nos permite compreender que essa articulação se dá de forma dinâmica e complexa, onde diversos suportes são complementares e interligados nos espaços midiáticos digitais (Palácios, 2003). Para nós passa a ser importante para essa pesquisa a partir das estruturas dos sites dos movimentos sociais de direitos humanos a possibilidade de disponibilização de toda a informação anteriormente produzida, através dos seus arquivos digitais, pois se trata de uma forma de acessar a memória dos movimentos sociais e de recuperar os caminhos, lutas e conquistas.

A memória pode ser acessada e recuperada pelos produtores dos sites e pelos internautas e militantes permitindo diversos cruzamentos de contextos – político, social, cultural e comunicacional – através de palavras-chave, datas, entre outros. Além das possibilidades que os movimentos sociais trabalhem em rede e as atividades estarem em diversos lugares (inter)conectadas e utilizarem-se da capacidade de memória de todo o sistema, ou seja, não está ligado a recursos apenas locais, mas em diversos bancos de dados. A memória, assim, passa a ser múltipla, instantânea e cumulativa por não ter limite de espaço, com “capacidade de acesso e alimentação (instantaneidade e interatividade) e de grande flexibilidade combinatória (hipertextualidade)” (PALÁCIOS, 2003, p.8).

A memória também pode estar relacionada à continuidade de outros canais de comunicação, como os jornais impressos, arquivos sonoros e de imagens, e que eventualmente são utilizados para a produção de outros materiais de resgate da história das

lutas ou de formação dos próprios movimentos sociais. Ao encontrarmos esses canais digitalizados, através da convergência digital dos formatos, a memória passa a ser entendida como múltipla e cumulativa, pois na internet tende a agregar toda a produção de conteúdo, acumulada de diversos suportes, desde muito antes da existência da internet para os movimentos sociais de direitos humanos.

É inevitável dizer que na internet, a conjugação de Memória com Instantaneidade, Hipertextualidade e Interatividade, bem como a inexistência de limitações de armazenamento de informações, potencializa de tal forma a Memória que é legítimo afirmar que temos nessa combinação de características e circunstâncias uma ruptura em relação aos processos midiáticos anteriores. (PALÁCIOS, 2003, p. 10)

Nesse sentido, a arquitetura da informação surge para potencializar as ações comunicativas nas diversas relações entre os sujeitos sociais envolvidos nos processos comunicativos. Dominique Wolton (1999) compreende esses movimentos das gerações e características dos conteúdos como desenvolvimentos complementares e nos alerta para essa capacidade das ofertas das informações, de disponibilização de banco de dados que as tecnologias da comunicação e informação proporcionam a todas as pessoas, sem deixar de ponderar que “a igualdade de acesso à informação não cria igualdade de uso da informação e confundir uma coisa com a outra é tecno-ideologia” (WOLTON, 1999).

6 PROCESSUALIDADES METODOLÓGICAS: ABORDAGEM E APROFUNDAMENTO DO OBJETO EMPÍRICO

A construção metodológica desta pesquisa parte da compreensão, apreensão e concepção da *transmetodologia* entendendo que cada problema-objeto de investigação necessita de estratégias específicas que serão relatadas nas processualidades, nos procedimentos, nos caminhos percorridos, nas aproximações, ao estabelecer critérios, delimitando, configurando os movimentos investigativos, relacionados com as concepções teóricas ao constituírem a problemática da pesquisa. São movimentos da investigação entre reflexões, questionamentos, opções e decisões que segundo Maldonado (2006) “estruturando-se na concepção, no planejamento, na formulação, na caminhada, no aprofundamento; nos desafios operativos e conceituais que aparecem na pesquisa” (MALDONADO, 2006, p. 287).

Contudo, o encontro das obras de referência, outras pesquisas científicas e autores, por meio da pesquisa teórica, pesquisa da pesquisa, realizadas no período da investigação, constituíram a base de forma profunda, densa e reflexiva, apoiada nos movimentos de observação e pesquisa exploratória, empreendidos durante o primeiro ano do mestrado, bem como a entrada em campo a partir do último trimestre de 2011, num movimento de aproximação, definição e contatos com os sujeitos que fazem parte da pesquisa.

6.1 DA DEFINIÇÃO DOS SITES DOS MOVIMENTOS DE DIREITOS HUMANOS AS TRILHAS DE UM PROCESSO COMUNICATIVO

As estratégias adotadas por nós para o desenvolvimento da pesquisa se deram primeiro através da *pesquisa da pesquisa* realizadas no primeiro ano do mestrado, onde buscamos a fundamentação do trabalho a fim de apreendermos e entendermos o que outros pesquisadores vêm refletindo, sobre o tema dos processos midiáticos e direitos humanos. Ela nos possibilitou uma aproximação com teorias e metodologias, formas de abordagem dos objetos de pesquisa, novas percepções e pontos de vista, além de nos apresentar novos questionamentos. Essa experiência é confirmada por Jiani Bonin (2006) ao afirmar que “o procedimento implica debruçar-se sobre um reservatório das pesquisas existentes em relação ao tema, trabalhar em processos de desconstrução, de reflexão/ tensionamento e de apropriação” (BONIN, 2006, p.31).

Na fase inicial e o projeto de pesquisa em processo de ser repensado, reelaborado e reorganizado a procura foi por informações diversas que tratassem sobre direitos humanos e

mídia de forma ampla e geral. As buscas se deram por meio da internet, com artigos acadêmicos, reportagens e matérias em revistas e jornais, vídeos no *Youtube*, postagens em *blogs* e *sites*, artigos, livros, dissertações, teses, entre outros documentos.

Sendo assim, o movimento de apreensão e compreensão das perspectivas de outros pesquisadores nos oportunizou o confronto de ideias, concepções, teorias, opiniões distintas, de perspectivas diferentes, às vezes complementares, porém coerentes entre si que nos provocaram e desestabilizaram as ideias, as opiniões e as crenças pessoais já estabelecidas. Maldonado (2002) afirma que as

Proposição de pesquisa inclui problematizações epistêmicas que vão além do *micro*, formulando estratégias *transdisciplinares* de construção como condição para o desenvolvimento construtivo do campo. Não obstante, ao mesmo tempo, precisa-se trabalhar com problematizações que estabeleçam distinções, identidades, focos e traços em relação a outras áreas e campos de conhecimento. (MALDONADO, 2002, p.3)

Portanto, esse trabalho sistemático nos exigiu uma programação e organização que pudesse oferecer-nos elementos para o problema da pesquisa, de forma que contribuíssem tanto para a evolução do processo de desenvolvimento da pesquisa como da pesquisadora. Revisitamos teses e dissertações e encontramos 30 pesquisas⁶⁶ nos campos de estudo das Ciências Jurídicas (UnB, Unisinos, PUC/RS, UFRGS, PUC/SP, Universidade Federal da Paraíba/João Pessoa), nas Ciências Políticas (Universidade Estadual de Campinas), nas Ciências Criminais (PUC/RS), na Educação (USP), na Psicologia (UFP/João Pessoa), no Desenvolvimento Regional (Universidade de Santa Cruz do Sul), na Comunicação e Cultura (Universidade de Sorocaba) e na Comunicação (UnB, UFG). As leituras dos resumos e palavras chaves foram o modo estabelecido para a triagem das pesquisas que teriam maior relevância para o desenvolvimento desse trabalho.

No conjunto as discussões relacionadas aos Direitos Humanos e os seus movimentos sociais – quando estes são trazidos para o tema da pesquisa – percebemos que este têm se dedicado a pesquisar e a problematizar a partir do seu campo epistemológico, e consolida-se no mundo acadêmico. Destacamos o grande número de pesquisas em Direitos Humanos e Comunicação e Direitos Humanos e Mídia no campo das Ciências Jurídicas - 11 dissertações e quatro teses, significando cinquenta por cento do total das pesquisas mapeadas.

⁶⁶ No movimento desta pesquisa o levantamento ocorreu a partir do Banco de Teses da CAPES utilizando os seguintes filtros, em nível mestrado e doutorado: - Comunicação e Direitos Humanos; - Mídia e Direitos Humanos; - Direitos Humanos (nas universidades Unisinos, PUC/RS e UFRGS).

Muitos destes estudos ligados aos Direitos Humanos, às ciências jurídicas conceituam a relação entre a comunicação e os Direitos Humanos de forma normativa, desconsiderando que os espaços digitais são essencialmente educativos e trazem uma mensagem política explícita. Entre as produções encontradas, merece destaque a tese, desenvolvida no Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais da PUC/SP, “ONG e Internet: da ação educativa e política no lugar do ciberespaço”⁶⁷ (SOUSA, 2005) que apresenta a análise do fluxo informacional nas ações educativas e políticas entre o lugar e o ciberespaço de três movimentos sociais.

Outras publicações especializadas⁶⁸ dão um panorama das produções científicas que estudam a questão dos direitos humanos e dos movimentos de Direitos Humanos em todo o país e mostram que esse tem sido tratado a partir de temas como: dignidade humana, dimensão social dos direitos humanos, direito à comunicação, regulação das mídias, moralidade jurídica, princípios de igualdade, democracia, transição, direito de imagem e violência e cultura.

No campo da Comunicação encontramos poucas produções referentes aos Direitos Humanos, ou aos seus movimentos sociais. Quando o recorte é Direitos Humanos e Comunicação ou Direitos Humanos e mídia os temas mais frequentes são:

- liberdade de expressão e democracia;
- esfera pública, mídia e participação;
- comunicação e cidadania.

Ao nos aprofundarmos nas leituras dessas pesquisas, percebemos que esses temas (liberdade de expressão e democracia, esfera pública, mídia e participação, comunicação e cidadania) quando vinculados aos Direitos Humanos estão relacionados às mídias comerciais, principalmente, televisão e jornal, e conseqüentemente há um direcionamento analítico que exclui a possibilidade de se pensar um modo alternativo de comunicação em Direitos Humanos onde fique evidenciado o protagonismo dos atores políticos e/ou sociais.

O processo desse momento de aproximação ao tema, desconstrução, tensionamentos e reflexão sobre as pesquisas e publicações encontradas, nos permitiu (re)pensar em diversos momentos o problema-objeto, bem como contribuiu para a definição de novos procedimentos

⁶⁷ Disponível na íntegra em http://www.dhnet.org.br/dados/teses/a_pdf/tese_1dh_carlinhos_dhnet.pdf.

⁶⁸ Disponíveis na Biblioteca Virtual da Associação Nacional de Direitos Humanos de Pesquisa e Pós-Graduação – ANDHEP no site <http://www.andhep.org.br/content/view/61/82/>; Publicações impressas e algumas disponíveis online no site do Núcleo de Estudos da Violência USP, http://www.nevusp.org/portugues/index.php?option=com_content&task=view&id=759&Itemid=99; Biblioteca Virtual de Direitos Humanos da USP disponível no site <http://www.direitoshumanos.usp.br> e Revista Sur, disponível impressa e online através do link <http://www.conectas.org/revista-sur>.

na busca da compreensão da realidade através das abordagens metodologias e do referencial teórico.

Bonin (2006, p.35) afirma que “o pesquisador identifica construções metodológicas que podem proporcionar elementos para o seu próprio trabalho” e que nos possibilitou compreender aspectos teóricos, filosóficos, conceituais, sociais e culturais sobre o tema dos direitos humanos e comunicação cidadã, ampliando e abrindo novo olhares a investigação que foi essencial para o desenvolvimento deste trabalho. Percebemos que o acúmulo no campo da Comunicação que priorize as concepções e estruturas dos espaços digitais **por parte dos movimentos sociais de direitos humanos**, é pequeno, o que nos abriu a perspectiva de aprofundar a discussão sobre o tema.

Outro movimento foi a *pesquisa exploratória* que apresenta uma relevância muito importante em investigações do campo da Comunicação em produção e recepção, mas principalmente para as pesquisas que têm como foco o produto por permitir maior compreensão do objeto e das suas especificidades. Para a nossa investigação esse processo se deu para identificar os espaços comunicacionais digitais⁶⁹ dos movimentos sociais de direitos humanos existentes, visto que era necessário mapear elementos que traduzissem as concepções e estruturas e que nos auxiliariam a compor e desvendar comportamentos comunicacionais, político-sociais e culturais. Nesse sentido, a pesquisa exploratória se apresentou como uma das processualidades metodológicas compreendida por nós em “um desencadeamento de reflexões, decisões e ações” (LOPES, 2008, p. 283) como fundamentais para o desenvolvimento do trabalho, pois através dela o pesquisador (se) encontra com o contexto concreto da investigação.

Para a definição dos espaços digitais a serem pesquisados estabelecemos critérios de aproximação para o mapeamento dos sites, conforme apresentamos a seguir:

- a) Ser um site ou portal de movimentos sociais de direitos humanos e atuar em âmbito nacional (podendo também atuar internacionalmente, mas não obrigatoriamente).
- b) Ter espaços de interação com os internautas – como hipertextos, fóruns, chats, entre outros.
- c) Ter espaços de cadastramento do internauta para recebimento de materiais das organizações, como newsletter, informativos, entre outros.

⁶⁹ Em um primeiro movimento exploratório de busca dos espaços digitais foi através do site de busca “Google” com a palavra “Direitos Humanos” e “movimento de Direitos Humanos”. A partir dos sites encontrados foi possível mapear outros através das referenciação.

Buscamos, a partir desses critérios, observar em cada um dos sites a configuração (arquitetura da informação), o contexto (como se apresenta, a compreensão dos DH), os modos de interação (links, hiperlinks, fóruns, enquetes, chats, relação e referências às redes de DH), a disponibilização de materiais (textos, áudio, vídeo e imagens) e ainda se faziam referências midiáticas (referenciam fontes, colunistas, outros blogs e sites de notícias).

A pesquisa exploratória nos possibilitou os primeiros contatos com o objeto imediato e é um processo metodológico que nos propiciou uma aproximação em selecionar todas as opções estratégicas. Para Bonin (2006, p. 36) “os movimentos exploratórios permitem encontrar pistas e gerar dados alimentadores / norteadores dessa construção em diversos níveis (...) facilitar sua concretização quando ainda se encontram em estágio genérico ou abstrato”. Complementando essa ideia, Hine (2009) nos coloca a necessidade de definir o que estudar e o que excluir, bem como o local onde será estudado, definido a partir do mapeamento, indicando às possibilidades que são mais adequadas a problemática pesquisada.

Esse processo foi muito importante para a nossa investigação por proporcionar um contato inicial com o que o campo nos possibilitava e necessário para a reformulação do problema-objeto (e de tudo que envolveu como objetivos, perguntas problemas, entre outros) que a pesquisa passou. Foi nesse momento que conseguimos delimitar, com mais precisão, nosso objeto empírico a partir do contato com os objetos imediatos e da aproximação com o concreto (ISER, 2006).

Além disso, nos permitiu a experimentação de formas de aproximação e delimitação com os movimentos sociais de direitos humanos. Os sites e portais foram observados num período inicial de dois meses e após a definição dos objetos imediatos⁷⁰ foram acompanhados sistematicamente, mapeando informações, conexões e atores sociais que facilitaram as buscas e constituíram o segundo movimento de observação e descrição⁷¹. Esse procedimento é ressaltado por Bonin (2006) ao afirmar

As incursões exploratórias permitem obter dados que ajudam a construir e fundamentar a opção por tal amostra/*corpus*; Possibilitam experimentar e mesmo testar a adequação de procedimentos e de técnicas de coleta de dados na concretude do objeto empírico, dando sustentação a redesenhos de

⁷⁰ As primeiras aproximações se deram através da pesquisa exploratória e posteriormente, para os exercícios propostos pela disciplina Estudos Empíricos, ministradas pelo Prof. Dr. José Luiz Braga, no segundo semestre de 2010. No exercício foi usado apenas um dos sites como objeto imediato, o DH Net, considerado um dispositivo interacional, pois apresenta modos e práticas sociais, interesses e processos comunicacionais de relevância social. Nesse sentido, o objeto imediato se propõe a fomentar o desenvolvimento de uma cultura em direitos humanos através dos conteúdos disponibilizados e dos seus espaços de interação.

⁷¹ Que será trabalhado no decorrer deste texto.

procedimentos e a invenções metodológicas que atendam aos requerimentos do objeto/problema (BONIN, 2006, p.36).

No processo inicial de mapeamento encontramos entre sites, portais e blogs treze organizações da sociedade civil de direitos humanos no espaço digital⁷². Quando os critérios de aproximação foram colocados em comparação a esses, os sites passaram a ser três que apresentaram dentro dos seus processos comunicacionais elementos para o aprofundamento das observações: *MNDH* - www.mndh.org.br, *DH Net* - www.dhnet.org.br e *Conectas* - www.conectas.org.

Nessa fase da pesquisa, esse processo de acompanhamento dos objetos imediatos foi essencial para a reformulação do problema-objeto, onde acompanhamos mudanças significativas dos sites selecionados, como a retirada do link “fórum” do site do *MNDH* ou as alterações de concepção (conteúdo e arquitetura) do espaço digital do *Conectas*. Decidimos, então, permanecer nesses movimentos sociais de direitos humanos por suas referências, legitimidades históricas, políticas, culturais e sociais no contexto brasileiro e perante a rede dos movimentos sociais de direitos humanos.

É importante acrescentarmos que esses movimentos de *pesquisa da pesquisa* e *pesquisa exploratória*, no primeiro ano do curso, possibilitaram o encontro de especificidades do objeto empírico que nos levaram a refletir e questionar junto aos referenciais teóricos nos mostrando, inclusive, a necessidade de determinados aprofundamentos e novos ângulos, oferecendo “elementos para a obra em uma construção teórica (...)” necessita (BONIN, 2006, p.36).

Além disso, nos permitiu visualizar que são nos espaços midiáticos que melhor traduz a complexidade dos processos sociais, nos levando a explorar as questões tecnológicas de comunicação e informação e suas relações com os movimentos sociais de direitos humanos.

Com a definição dos sites a comporem os objetos de pesquisa, numa segunda fase da investigação, outro procedimento da *pesquisa exploratória* se deu através do acompanhamento que passaram a ser sistemáticos e nos exigiram a escolha de critérios para que fosse possível controlar o olhar baseado numa sistematização das observações (WINKIN, 1953) e no exercício de descrever ou transcrever o que observávamos em mapas ou espaços digitais, entendendo "que é um exercício extremamente útil ao qual é preciso voltar muitas

⁷² www.direitos.org.br, www.direitoshumanos.com.br, www.andhep.org.br, www.cdvdhacai.org.br, www.edhuca.org, www.humanosdireitos.org, www.memorialdh.org, www.terradedireitos.org.br, www.observatorio.nevusp.org, www.observatoriodedireitoshumanos.blogspot.com, www.conectas.org, www.dhnet.org.br, www.mndh.org.br.

vezes" (WINKIN, 1953, p. 134) principalmente quando se trata de objetos imediatos digitais que se alteram com rapidez.

A elaboração dos critérios de observação se deu em confluência com os objetivos específicos: a) identificar as estratégias e táticas comunicacionais incorporadas pelos produtores de comunicação que constituem um tipo de proposta social, comunicacional, cultural; b) Analisar como se estrutura a concepção dos sites pesquisados na produção de conteúdos e veiculação de informações sobre/para os movimentos de direitos humanos; c) Investigar se os sites possibilitam o desenvolvimento de uma comunicação entre os movimentos de direitos humanos que viabilize um ambiente para as práticas comunicacionais, de uma cultura de direitos humanos e de cidadania comunicativa; E nos levou a criação de um mapa que orientou a visualização das categorias a serem observadas e analisadas O mapa, portanto, foi essencial e um instrumento para o trabalho de inspiração de abordagem na *Etnografia Virtual* ou *Netnografia*. Foi constituído em diálogo com o referencial teórico do quarto capítulo: *O lugar da comunicação cidadã na mídia digital*, em um movimento de "idas e voltas" entre o empírico, as teorias e as processualidades metodológicas possibilitando movimentos dinâmicos e criativos que não são apenas um "encaixar os dados numa reflexão mais contextualizastes, ou mais ambiciosamente, para tentar romper como o senso comum" (WINKIN, 1953, p. 135), mas para que esses movimentos nos levassem a percepções mais produtivas e relevantes. E resultou para nós na tabela a seguir:

Tabela 1 – Descrição estruturais/comunicacionais dos sites dos movimentos sociais de direitos humanos

Site	Geração	Multimedialidade / Convergência	Interatividade	Hipertextualidade	Memória	Instantaneidade
1	2ª e 3ª	✓	✓	✓	✓	Não tem
2	1ª, 2ª e 3ª.	✓	✓	✓	✓	Não tem
3	2ª, 3ª e 4ª.	✓	✓	✓	✓	Não tem

Legenda:

Site 1: www.mndh.org.br

Site 2: www.dhnet.org.br

Site 3: www.conectas.org

A partir das observações da arquitetura dos sites e a análise da tabela fizemos a descrição:

- a) O site 1, *MNDH*, apresenta características de segunda e terceira geração de produção de conteúdo para a internet como *links* e o uso de e-mail para o contato do internauta com a organização e a tentativa de uso de recursos multimídias. Traz informações institucionais da organização, ações e projetos em desenvolvimento; Na seção *Notícias* o internauta acessa as notícias elaboradas pelo próprio *MNDH*, ou suas afiliadas, através das notas públicas de posicionamentos sobre temas específicos em pauta; A seção de *Notícias Nacionais* disponibilizada ao internauta em todo o site são conteúdos produzidos pelo *MNDH*, afiliadas, ou de outras fontes como agências de notícias do Senado, entre outros. As notícias abrem no próprio site do *MNDH*. As *Notícias Mundo* são assuntos customizados a partir do perfil do *MNDH*, vinculado ao portal Terra, onde ao clicar na chamada da notícia o internauta é levado a portal de notícias mencionado.
- b) O site 1, a categoria **multimedialidade/convergência** é observada na disponibilidade de galeria de fotos, áudio e vídeo; Na galeria de fotos há registros fotográficos do *XIV Encontro Nacional de Direitos Humanos* com 98 imagens e da *X Conferência Nacional de Direitos Humanos* com 8 imagens, ambos ocorridos em 2006; Há “álbuns” criados para *Campanha Direito à Memória e à Verdade e Grito dos Excluídos*, mas ambos vazios. O internauta tem a possibilidade de pesquisar os álbuns por sistema de busca. Na seção *Áudio e Vídeo* estão disponibilizados um áudio e três vídeos. O primeiro vídeo chama-se *A história dos Direitos Humanos* quando acessado, o internauta é redirecionado ao *Youtube*. Já os outros dois vídeos e o áudio o internauta é levado para uma nova página dentro do site do *MNDH*. Na página inicial e em toda a navegação o internauta pode cadastrar-se para o recebimento de newsletter do *MNDH* e um canal de envio de mensagens online; As afiliadas podem recadastrar-se de forma on-line (Google Docs). Não apresenta links para as redes sociais digitais; Não há possibilidade de comentar os artigos ou outros conteúdos publicados; Na seção *Link* é disponibilizado links de fóruns, blogs, redes, centros de direitos humanos, governos, ONGs, entre outros, a partir da rede de relações do *MNDH* ou através de temas que o próprio movimento acredita ser pertinente. Na seção *Contato* é disponibilizado ao internauta o número de telefone e fax do *MNDH* e também, telefone e fax para denúncias de violação de direitos humanos. Na seção *Webmail* o internauta pode criar uma conta de e-mail com o @mndh.org.br, gerado pelo Google.
- c) No site 1, a **hipertextualidade** pode ser considerada e observada na logo dos 30 anos do *MNDH* que leva ao site do *DH Net*, na página que está em construção trazendo a

trajetória do movimento, pessoas que militaram e militam. Em algumas poucas seções os textos são interconectados através de outros *links* com outros textos, imagens e sons. Apresenta um banco de dados com documentos elaborados pelo movimento, documentos internacionais, entre outros. É possível fazer downloads dos documentos. É possível, também, pesquisar através do tema ou palavra chave e escolher a ordem em que as notícias serão apresentadas. A busca ocorre através do Google dentro do site.

- d) No site 1, a **memória**, pode ser observada através da seção de *Busca* em que é possível pesquisar por palavra-chave e ordenar, com o auxílio do Google.
- e) No site 1 é disponibilizado em diversas seções, como *Institucional*, nos diversos links documentos elaborados pelo MNDH (para download em PDF). Também há o *link* Biblioteca que está vazio. Em *Editorial* é disponibilizado as pesquisas sistematizadas e publicadas pelo *MNDH* bem como documentos de DH. Nesse mesmo link é possível encontrar Normativas de DH e Conferências, porém ao acessar o *link* encontra-se vazio. Todos os conteúdos do site, como documentos, informações institucionais ou as notícias são disponibilizados em arquivo PDF, para impressão ou envio por e-mail, com exceção das fotos, vídeos e áudios.
- f) No site 1, observamos a inexistência de **instantaneidade**, a atualização ocorre em média a cada 15 dias.
- g) O site 2, *DH Net*, as observações e descrições nos permitem dizer que é um site de primeira, segunda e uma aproximação com a terceira geração de produção de conteúdos para a internet por apresentar características como produção de materiais impressos que passam a ocupar o espaço digital, informação atrelada ao tempo de produção dos materiais impressos, tentativas de explorar seções como *últimas notícias*, porém essa não é atualizada e, no último ano de monitoramento, não há conteúdo. Essa seção está desativada desde o segundo semestre de 2011.
- h) No site 2 o conteúdo disponibilizado vai desde documentos institucionais do Centro de Direitos Humanos e Memória Popular (CDHMP), livros, documentos, artigos de opinião, redes de movimentos sociais de direitos humanos nacionais e internacionais, banco de dados, entre outros nos levando a presença da categoria de observação da **memória**.
- i) No site 2 não foi possível determinar através da observação e monitoramento o período de atualização do site por isso podemos dizer que não há **instantaneidade**.

- j) No site 2 foi possível observarmos que **multimedialidade/convergência** na seção *Vídeo* que pode ser acessada em um dos menus na página inicial horizontal, superior. Alguns vídeos podem ser assistidos no próprio site, outros o internauta é levado para a rede social de vídeos Youtube. A seção *Áudio*, também acessada pelo menu horizontal, superior, está disponível áudios que tratam da Declaração Universal dos Direitos Humanos em arquivos que rodam em computadores de baixa tecnologia.
- k) No site 2 observamos que a **interatividade** está na possibilidade de contato do internauta com o movimento através do Ombudsman (link encontrado no menu horizontal, inferior) e no envio de mensagem direto ao movimento, bem como fornece a *id* para contato através do Skype; Não apresenta links para as redes sociais como Facebook, Orkut e Twitter; Não há possibilidade de publicação de comentários a partir dos artigos ou outros conteúdos que constam no site; O site dispõe de seções como Blogs, Fórum, Livro de Visitas como áreas de interatividade, porém elas estão desativadas. E não há registro de que em algum momento tenham efetivamente sido utilizadas.
- l) A **hipertextualidade** pode ser observada no site 2 nos diversos caminhos que é possível fazer para acessar os conteúdos; A cada seção disposta na página inicial “abre-se” em outros, muitos, links. Isso pode ser facilmente exemplificado nas múltiplas formas de acessar aos áudios: uma é através do link *Banco de Dados*, outra por meio do *Mapa do Portal > áudio de direitos humanos, banco de dados* e a partir daqui há três caminhos diferentes: a) áudio; b) rádio DH; c) canais de áudio; Ainda é possível chegar ao áudio na seção *Enviar E-mail* ou na seção *Interatividades*. O mesmo ocorre com os vídeos. O *Mapa do site* é disponibilizado por ordem alfabética e apresenta-se como um grande banco de dados;
- m) Quanto à **memória**, observamos no site 2 há no campo de *Busca* a pesquisa pode ser feita através dos arquivos do DH Net ou pela web (através do Google). Porém não há possibilidade de ordenamento. Há bancos de dados estão dispostos como formato “ABC”, em ícones, apostilas, áudios, vídeos, galerias, cartilhas, leis, planos e programas de direitos humanos, livros, manuais, entre outros; Há uma lista de militantes de direitos humanos dos diversos estados do Brasil; Uma seção que acompanha em toda a navegação é a *Linha do Tempo* dividido o conteúdo em Brasil, Mundo e Temática. Na seção *Memória Histórica* – sendo também um dos macrotemas do menu vertical da esquerda – e disponibiliza uma série de conteúdos de textos, áudio

- e vídeo sobre a história dos direitos humanos, documentos, textos reflexivos sobre Memória e Verdade, entre outros.
- n) O site 3, *Conectas*, transita entre a segunda, terceira e quarta geração por apresentar características como canal de comunicação entre o internauta e a organização, recursos multimídia, redirecionamento para as mídias sociais como Facebook, Twitter e Orkut, entre outras e o compartilhamento de informações;
- o) Não há **instantaneidade** na publicação dos conteúdos no site 3, porém a atualização ocorre semanalmente.
- p) Observamos que os conteúdos do site 3 apresentam características de **multimedialidade/convergência** ao trazerem vídeos, galeria de fotos. A exemplo da seção Colóquio que disponibiliza vídeo e álbum de fotos do XI Colóquio ocorrido em 2011. Nessa mesma seção o internauta encontra depoimentos em vídeos de pessoas que participaram do Programa de Intercâmbio; São disponibilizadas, também, notícias em arquivos de áudio, vídeo, fotos ou em “PDF” relacionadas à seção de navegação.
- q) Uma das formas de **interatividade** observada no site 3 é disponibilização em qualquer seção para o envio de e-mail para o movimento social, cadastrar-se para recebimento de newsletter, acessar ao conteúdo em língua inglesa e fazer buscas pelo site. Através do site da *Conectas* pode-se acessar o perfil do movimento no Facebook e no Twitter e ver as postagens (porém o internauta precisar ter o seu perfil nessas redes sociais). Através das redes sociais é que é viabilizada a colaboração com as pautas através de um diálogo não só com a organização, mas com outros militantes e internautas que buscam informações na *Conectas*. Na seção 10 anos é possível enviar uma mensagem por e-mail à organização. Para o envio de mensagens para o movimento há dois links: *Oportunidades de trabalho* e para *Newsletter*.
- r) No site 3 a **hipertextualidade** foi observada em todas as áreas de navegação do site; Há acesso de notícias relacionadas à seção em que se estiver navegando. Em algumas poucas seções os textos são interconectados através de outros links com outros textos, imagens e sons, a exemplos Colóquio e Política Externa em que um texto leva a outro texto.
- s) No site 3 a característica **memória** está presente em todo site através do campo de *Busca* onde é possível pesquisar por Projeto, Ano e Mês. Assim é disponibilizado documentos como a “Ata de Constituição da Associação Direitos Humanos em Rede” e os relatórios de atividades dos anos de 2007 a 2010, como link na seção Institucional>transparência; É possível localizarmos documentos elaborados pelo

movimento, documentos enviados à Conectas, balanços, relatórios anuais, artigos e publicações impressas – Revista Sur.

As observações com relação às estruturas – arquiteturas – dos sites apontam para algumas características comuns como layouts de fácil navegação (MNDH e Conectas), convergência/multimedialidade com a convergência de texto, som e imagens (com poucas, ou nenhuma, imagens em ‘flash’, ou animações) bem como, hipertextualidade que possibilita a rápida mudança de links conforme a vontade e interesse do internauta.

No capítulo em que tratamos sobre a *Comunicação Cidadã na Mídia Digital* fizemos uma apresentação da arquitetura da informação dos sites na perspectiva de “mapa do site”, ou seja, de como os espaços digitais desses movimentos sociais se estruturam para um tipo de proposta de conteúdo, porém é preciso ressaltar que o *DH Net* só foi possível fazermos uma ambientação das possibilidades de navegação da página inicial, pois a cada seção há uma infinidade de outras subseções, não nos viabilizando a “feitura” de um mapa completo, uma estrutura geral do espaço digital. A exemplo dessa complexidade, trazemos as imagens da página inicial onde escolhemos o macrotema “Direitos Humanos” que abre a seguinte página:

The image shows a screenshot of the DHNet website. At the top, there is a navigation bar with links for 'Blog', 'Fórum', 'Notícias', 'Dicionários', 'Postais', 'Galerias', 'Enquetes', 'Mapa Portal', 'Livro Visitas', 'Tecido Social', and 'Contatos'. Below this is a search bar with a Google logo and a 'Pesquisar' button. The main content area is titled 'Macrotemas' and is organized into several columns of links. The left column lists various categories like 'Direitos Humanos', 'Educação EDH', and 'Arte e Cultura'. The middle and right columns contain specific topics such as 'História dos Direitos Humanos', 'Declaração Universal da ONU', 'Proteção Mundial', 'Sistemas Internacionais de Proteção aos DH', 'ONU', 'OEA', 'Europa', 'União Africana', 'Liga dos Estados Árabes', 'Ásia', 'DIH', 'TPI', 'Planos e Programas', 'Indicadores de Direitos Humanos', 'Blocos Econômicos e Direitos Humanos', 'DHESCAs', 'Proteção Mercosul', 'Mercosul', 'Unasul', 'Proteção CPLP', 'Rede Lusófona de Direitos Humanos', 'Brasileiros no Exterior', and 'Sociologia e Direitos Humanos'. The right side of the page features a vertical stack of logos for various organizations and programs, including 'Loja DHnet', 'Notícias DH', 'Linha do Tempo', 'Sistemas Internacionais de Direitos Humanos', 'Sistema Nacional BR de Direitos Humanos', 'Sistemas Estaduais BR de Direitos Humanos', 'Sistemas Municipais BR de Direitos Humanos', 'História dos Direitos Humanos Brasil', 'MNDH', 'Militantes', 'Nunca Mais', 'Memória e a Verdade', 'Banco de Dados', 'Tecido Cultural', '1935 Multimídia', 'Curso Direitos Humanos', and 'Comitês EDH'. At the bottom, there are links for 'Áudios' and 'Vídeos', and a footer with contact information and a copyright notice.

Figura 4 – site DH Net > Macrotemas> Direitos Humanos
Fonte: DH Net (maio de 2012)

Ao navegarmos por esse macrotema encontramos vários *links* sobre o tema escolhido, dando a sensação de que há um site dentro de outro site, ou muitos sites dentro do mesmo site. Ao elegemos um *link* Sistemas de Proteção de Direitos Humanos, no macrotema Direitos Humanos, encontramos uma nova opção de outros *links*, conforme verificamos na imagem a seguir, e os movimentos são sucessivamente a outros *links* e em todos os Macrotemas, bem como em outros *links*.



Figura 5 – site DH Net>macrotemas Direitos Humanos>Sistemas de Proteção de Direitos Humanos
Fonte: DH Net (maio de 2012)

Por esse motivo o “mapa do site” disponibilizado está em ordem alfabética de assuntos. Contudo, no uso do espaço digital foi possível identificarmos que muitos materiais disponibilizados, como imagens, artigos, entre outros, não se encontram nesse mapa. Esse ponto é ressaltado durante o processo de pesquisa através da entrevista que trataremos mais a diante nesse capítulo. Para acessar a esses conteúdos é preciso ter um perfil de pesquisa que esteja em busca contínua ou “saber onde se encontra” o conteúdo. O *DH Net* permite (muitas) múltiplas entradas para a busca de informações.

Destacamos que as arquiteturas não só servem como suporte de documentos, vídeos, áudios e em alguns casos, documentação fotográfica, mas traduzem uma lógica de funcionamento que serviu para tornar mais visíveis os parâmetros e desenhar o problema de pesquisa e a busca das nossas respostas.

No processo de observar os espaços e suas dimensões verificarmos que as interações entre os *internautas/cidadãos* estão limitadas aos produtores desses espaços através do envio de mensagem eletrônica (e-mail). Uma forma de interação direta entre o movimento social e

seus internautas é através do cadastramento para recebimento de newsletter. Esse mecanismo funciona muito bem para a *Conectas* que envia bimestralmente⁷³ e disponibiliza em seu site as edições anteriores.

O que chama a atenção nesses espaços digitais é a dificuldade de interação entre os próprios *internautas/cidadãos* para a troca de experiências e ideias, o que nos impossibilitou, desde o início da pesquisa, identificar os sujeitos que buscam esses sites (além dos próprios movimentos sociais de direitos humanos que fazem parte das redes de movimentos sociais) bem como, compreender as apropriações e usos das informações produzidas pelos movimentos sociais. Através das observações identificamos que não há uma apropriação muito grande dos recursos disponíveis de baixo custo para a interação entre os movimentos sociais de direitos humanos e seus militantes nos espaços digitais, a exemplo das redes sociais como Facebook, Twitter, entre outras, e a troca de ideias e o compartilhamento de informações para a (re) produção de conteúdo. O *DH Net* tem um canal no Youtube com 100 vídeos postados onde algumas pessoas fizeram comentários, porém, não há uma preocupação do movimento social em dar continuidade ao diálogo com esses internautas via rede social. Ao mesmo tempo, mantém dentro do seu site um banco de vídeos que não tem conexão com o canal do Youtube, mas faz referência a essa rede com a presença da logo.

⁷³ O último que recebemos foi em 09 de maio referente aos meses de fevereiro à abril de 2012.

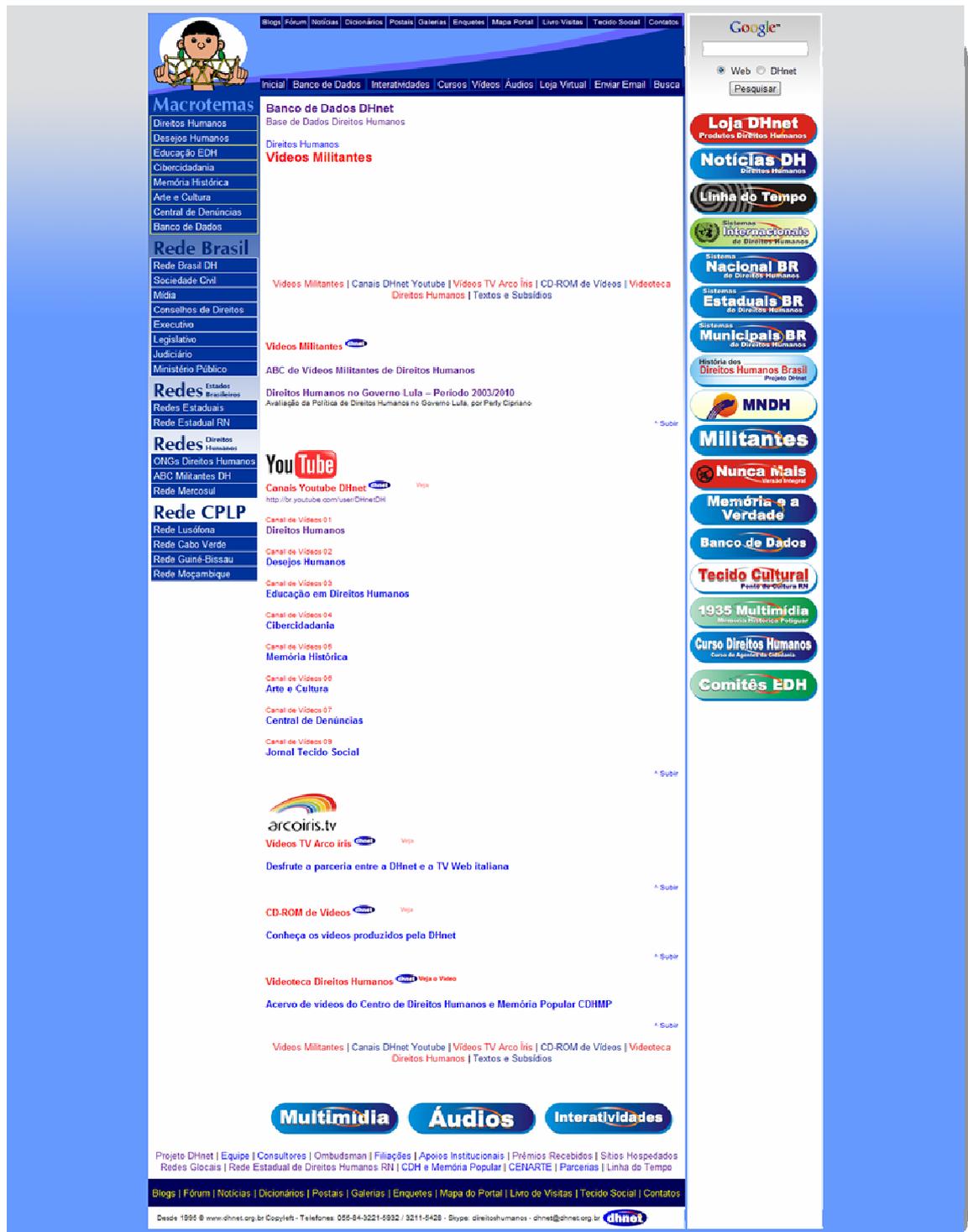


Figura 6 – Seção de vídeos no DH Net
Fonte: DH Net (maio de 2012)

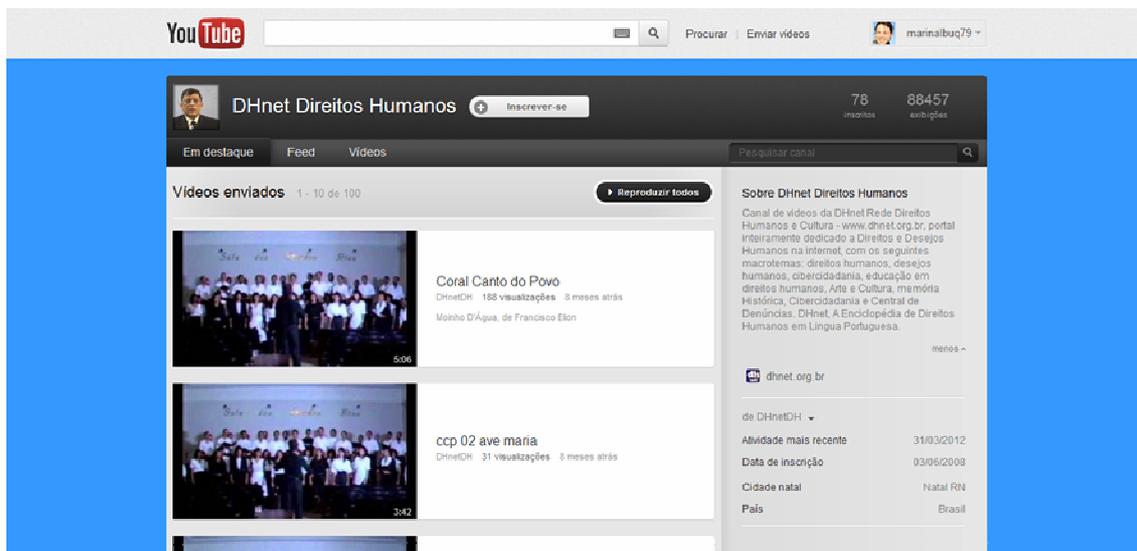


Figura 7 – Perfil do Youtube do DH Net Direitos Humanos
Fonte: Youtube (maio de 2012)

Desta forma, pensamos que apesar da compreensão dos movimentos sociais terem a necessidade de apropriarem-se e ocuparem essas dimensões, a preocupação maior está na lógica de intervenção política, social e cultural num de projeto sociedade pautada nos direitos humanos e que utilizam os espaços digitais para a reflexão e problematização (comunicação alternativa e cidadã) não priorizando os processos comunicativos de trocas e nas implicações decorrentes dos usos e apropriações quando se age no campo político por meios das redes sociais digitais.

A *Conectas Direitos Humanos* mesmo antes da reformulação do site no final de 2010, tinha a preocupação de interação e troca entre os *internautas/cidadãos*, entretanto, essa dimensão estava direcionada apenas aos participantes dos Colóquios (eixo de ação) em uma plataforma específica. Essa plataforma possibilitava aos participantes publicar notícias, informações de outros eventos, criar perfis, espaço de fóruns e chats, muito semelhante ao que ocorre nas redes sociais digitais.

Com a alteração da estrutura e concepção do espaço digital, muito mais dinâmico, com cores e informativo o movimento social passou a fazer uso das redes sociais, como Twitter e Facebook, onde mantém perfis e interage com os internautas, militantes e outras pessoas interessadas no tema dos direitos humanos. Compreendemos que apesar das limitações de

interações apresentadas no site, há um entendimento por parte do movimento social de que esse processo entre os *internautas/cidadãos* e a organização, o compartilhamento de informações, a troca de ideias, são importantes para o debate e pautas dos direitos humanos e que esses espaços oferecem movimentos dinâmicos e criativos se bem utilizados.



Figura 8 – Perfil da Conectas Direitos Humanos no Facebook.
Fonte: Facebook (maio de 2012)



Figura 9 – Perfil da Conectas Direitos Humanos no Twitter
Fonte: Twitter (maio de 2012)

Mesmo o *MNDH e o DH Net* não atuando, ou fazendo uso de forma limitada, nas redes sociais percebemos um trabalho, trocas e vivências que se dão através das redes de movimentos sociais nos espaços presenciais e estes são expressados e observados ao serem referenciados nos sites. O *DH Net* referencia a três redes em seu site: Rede Brasileira de Direitos Humanos, Rede Lusófona de Direitos Humanos, Rede de Direitos Humanos do Rio Grande do Norte. Com a navegação ainda encontramos as redes de Comitês Estaduais e Regionais de Educação em Direitos Humanos e a que constitui o *MNDH*.

O *MNDH* por sua vez referencia suas redes de atuação no país, na seção *Link*, investindo no conceito de *rede* em cinco movimentos sociais de atuação nacional e de grande representação em seus campos de atuação, como a Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais (ABONG), a Rede de Informação para o terceiro setor (RITS), a Agência de Notícias dos Direitos à Infância (ANDI), o Fórum Social Mundial (FSM) e o DH Net. Destacamos que essas organizações além de atuarem em rede, em sua maioria, são formadas por redes, conectando-se a outras e não apenas aquelas relacionadas ao tema dos direitos humanos, como também os movimentos sociais com pautas relacionadas - como o direito à comunicação, à mulher, à criança e ao adolescente, à terra e à moradia, entre outros.

As categorias criadas para o mapa de observação dos sites dos movimentos sociais de direitos humanos nos possibilitaram relacionar com o que Palácios (1999, 2003) nos fala do lugar da **memória** para a produção de conteúdos digitais, onde há um acúmulo de informações técnicas que podem se tornar coletivas, interconectadas através de diversos nós, permitindo a qualquer tempo ou lugar o resgate das informações, ideias, ações, entre outros, e que em alguns casos os sites podem ser compreendidos como um banco de dados e informações cujo propósito é difundir conteúdos sobre direitos humanos e cidadania, ou ainda pode ser entendido como uma forma de prestação de contas da atuação frente à sociedade brasileira. Nos três sites é possível fazer a busca por palavras-chaves, encontrar documentos, textos, imagens e áudios sobre determinado tema a ser pesquisado. Porém, alguns conteúdos serão acessados se o internauta tiver familiaridade com os espaços digitais.

6.2 AS TRILHAS DO PROCESSO COMUNICATIVO

O desafio de compreender fatos e realidades amplas e complexas dos processos de comunicação, a partir da escolha de conteúdos, demanda uma relação constante entre a parte e a totalidade. Totalidade significa um todo dialético, do qual ou no qual um fato, ou conjunto de fatos pode ser racionalmente compreendido pelas relações que os constituem (KOSIK,

1989). De fato, é a partir do conhecimento na sua forma mais contemporânea que se pode compreender a realidade e a própria ciência no seu desenvolvimento histórico. É a contemporaneidade do conhecimento proposto pelos sites dos movimentos sociais de direitos humanos que possibilita compreender a realidade e sua construção sócio, histórico e cultural, o lugar da memória. Por outro lado, é a articulação das partes que compõe a realidade.

O movimento constante de ir e vir, da parte para o todo e do todo para a parte, como um processo de estabelecer limites e amplitude de problemas na busca de alternativas para as soluções de se constituir como processo de comunicação direcionado que materializa no exercício de transitar pelos conhecimentos e dados de uma realidade, viabilizando a construção de novos conhecimentos. Não há intervenção humana na realidade com vistas a transformá-la sem uma prévia organização planejada com método e intencionalidade, o que nos remete a Bachelard (1996, p.21) ao afirmar que “precisar, retificar, diversificar são tipos de pensamentos dinâmicos que fogem da certeza e da unidade, e que encontram nos sistemas hegemônicos mais obstáculos do que estímulos. (...) o homem movido pelo espírito científico deseja saber, mas para, imediatamente, melhor questionar”.

Isso pressupõe uma aproximação do pensamento e da ação, para resultar em transformação. A relação teoria prática torna-se um processo contínuo de fazer, teorizar e refazer. Por um lado, a teoria constituída por ideias e hipóteses que levam a representações abstratas, constrói os conceitos que somente serão consubstanciados na prática. A base epistemológica refere-se à compreensão do modo de produção do conhecimento, que se dá pela relação entre sujeito e objeto em circunstâncias históricas determinadas, em decorrência desta relação, o homem é produto das circunstâncias, ao mesmo tempo em que as transforma.

A transformação social é fruto do encontro entre transformação das consciências e das circunstâncias. Em decorrência, não há comunicação sem protagonismo do sujeito social que constrói significados pela ação. Os sites serão compreendidos em suas especificidades temporais e espaciais, ou seja, históricas e organizadas para apreendermos consideradas especificidades, como as características próprias dos temas em seus aspectos cognitivos, históricos e os processos comunicacionais.

Os sites, então, serão considerados, por nós, pelos seus significados socioculturais para o qual se apresentam práticas, no conjunto de condições de existência em que ocorrem. Esta dimensão fornece os sistemas simbólicos que articulam as relações entre os sujeitos que comunicam (propõe uma leitura de mundo) e os *internautas/cidadãos* (que levam a uma apropriação).

Nesse sentido, a descrição e observação dos sites deixaram questões abertas referentes ao nosso problema de pesquisa: Como o *MNDH*, *DH Net* e a *Conectas* concebem as propostas comunicacionais dos sites para além do que foi observado? Como entendem/identificam que suas pautas sinalizam uma cultura em direitos humanos? Como compreendem que os sites viabilizam uma prática de comunicação cidadã? Na busca dessas questões outro movimento da *pesquisa exploratória* foi à busca, mapeamento e seleção de fontes qualificadas que fornecessem as informações sobre os movimentos sociais de direitos humanos pesquisados para que fosse aplicada entrevista qualitativa.

Para essa seleção, entramos em contato com o movimento social de direitos humanos através de mensagem eletrônica (e-mail) por meio dos sites das organizações, convidando-as para contribuírem com a investigação e solicitando a indicação de uma pessoa que pudesse ser entrevistada e que essa se daria de forma presencial ou mediada por *Skype*⁷⁴. Entendemos que esse procedimento da entrevista não está preocupado com o tamanho de opiniões, mas explorá-las qualitativamente, as diferentes representações sobre o tema da pesquisa. As entrevistas ocorreram presencialmente com o representante do *Movimento Nacional de Direitos Humanos – MNDH* – Paulo Carbonari⁷⁵ e por *Skype* com os representantes do *DH Net* – Roberto Monte⁷⁶ e da *Conectas* – Natalia Suzuki⁷⁷.

Entendemos que a entrevista qualitativa tornou-se uma condição *sine qua non* (GASKKEL & BAUER, 2002, p.65) para a compreensão do nosso objeto de investigação e necessária para verificar hipóteses, resolver dúvidas e ampliar as informações, porque ela possibilita ao pesquisador uma compreensão mais detalhada de um determinado meio social ao fornecer informações e estabelecer relações mais profundas que nos permite ir além de aplicações de técnicas (BAUER & GASKKEL, 2002). Desta forma, para além de respostas para o nosso problema de pesquisa, buscamos estabelecer uma relação de confiança com os sujeitos para que pudessem responder, criticar, analisar as questões de acordo com suas ideias,

⁷⁴ Programa de chat e ligações por VoIP (Voice over Internet Protocol), que permite a realização de chamadas telefônicas, videochamadas e conferências sem custos pela internet.

⁷⁵ Paulo César Carbonari é militante de direitos humanos e membro do Conselho Nacional do MNDH da região sul. Filósofo é professor universitário em Passo Fundo, doutorando no Programa de Pós Graduação em Filosofia na Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS.

⁷⁶ Roberto Monte é economista e militante de direitos humanos. Atua no Centro de Direitos Humanos e Memória Popular (CDHMP) como coordenador dos diversos projetos e é responsável pela idealização, concepção e manutenção do DH Net. Atua na Rede Brasileira de Educação em Direitos Humanos, no Conselho Estadual de Direitos Humanos do Rio Grande do Norte e é membro fundador do Movimento Nacional de Direitos Humanos.

⁷⁷ Natália Suzuki é jornalista, especialista em Direitos Humanos pela Universidade de Bologna e no final de 2011 concluiu a graduação de Ciência Sociais, na USP. Atuou como Coordenadora de Comunicação na Conectas no período de 2010 a 2011.

valores, se posicionarem frente aos assuntos dos movimentos sociais de direitos humanos, pois

Toda pesquisa com entrevistas é um processo social, uma interação ou um empreendimento cooperativo, em que as palavras são o meio principal de troca. Não é apenas um processo de informação de mão única passando de um (o entrevistado) para outro (o entrevistador). Ao contrário, ela é uma interação, uma troca de significados, em várias realidades e percepções são exploradas e desenvolvidas. (BAUER E GASKELL, 2002, p. 73).

Assim, entrevistado e entrevistador estão envolvidos no processo de produção do conhecimento, principalmente porque quando há sentidos e sentimentos sobre a compreensão dos acontecimentos e do mundo, sendo então, a entrevista uma negociação e partilha de realidades. Entretanto, a entrevista diferencia-se de uma conversa comum, por partir de uma pauta pré-estabelecida, com pessoas que, a princípio, não se conhecem antes e se espera que uma pessoa (o entrevistador) questione a outra (o entrevistado). E que o entrevistado responda.

O roteiro semi estruturado, que orientou as entrevistas, foi elaborado a partir das informações e reflexões resultantes das observações e tomando como base os objetivos, o problema e o tema da pesquisa. Com 12 perguntas, foram distribuídas em dois blocos: contexto do movimento social – que nos ajudaram na construção do capítulo sobre direitos humanos e os movimentos sociais – partindo de questões gerais sócio, político, cultural do *MNDH*, *DH Net* e *Conectas* e do contexto comunicacional – direcionando ao específico, dos processos comunicativos com o uso da internet, concepção do site e da comunicação alternativa e cidadã. A organização do roteiro de modo semi estruturado nos permitiu que outras perguntas surgissem durante o diálogo com os sujeitos entrevistados, possibilitando anotações e a gravação em áudio adotado durante o procedimento como instrumentos de coleta que serviram para potencializar as observações e resultados.

A partir do retorno dos movimentos sociais que se deram por resposta as mensagens eletrônicas enviadas e por telefone, nossa entrada em campo ocorreu entre os meses de outubro e dezembro de 2011, como as negociações de datas e horários para que as entrevistas ocorressem. Em todas as entrevistas iniciamos a conversa agradecendo a disponibilidade de participar e contribuir com a investigação, acrescentando alguns comentários sobre a pesquisa e solicitando a permissão para gravarmos a entrevista.

A primeira entrevista foi com o Paulo Carbonari (*MNDH*) pessoalmente, em uma conversa que durou aproximadamente 1h 30min, no final da tarde, no intervalo de um evento

de Educação em Direitos Humanos que ocorria no IPA. A segunda e a terceira entrevistas ocorreram com a Natália Suzuki (*Conectas*) e Roberto Monte (*DH Net*) respectivamente por meio do *Skype*, mas sem a transmissão de imagens o que impossibilitou percebermos determinadas posturas.

Entretanto, tomamos cuidados para a aplicação da dinâmica com a adequação da configuração mais adequada para a entrevista: local e condições de conexão conforme as necessidades que apresentavam, ou com fatores que pudessem interferir no desenvolvimento do diálogo. Com a Natália a entrevista durou cerca de 1h e com Roberto ocorreu em duas etapas, pois ocorreram à noite e avançaram até o início da madrugada e o entrevistado teve problemas de conexão, totalizando 6h de conversa.

As entrevistas possibilitaram a melhor compreensão das dinâmicas dos contextos vivenciados pelos movimentos sociais: a formação, trajetória, lutas, estrutura organizativa e administrativa, processos comunicacionais, produção de informações, entre outras. Também nos propiciaram a percepção que os movimentos sociais têm em relação aos *internautas/cidadãos*, considerando que eles mesmos fazem parte do contexto de serem sujeitos produtores de comunicação.

Concomitante a essas entrevistas, nossa busca em responder ao problema-objeto de pesquisa de forma mais aprofundada convidamos até dois membros do Comitê Estadual de Educação em Direitos Humanos do RS (CEEDH RS), o Comitê Regional de Educação em Direitos Humanos do Vale dos Sinos (CREDH VS), o Núcleo de Pesquisa de Direitos Humanos da Escola Superior de Teologia (EST) e o Núcleo de Pesquisa de Direitos Humanos da UFRGS, através de seus coordenadores, para contribuírem com a investigação por compreendermos que essas pessoas têm relação com um ou mais desses movimentos sociais, vivência e envolvimento na mobilização e debate sobre os temas dos direitos humanos. Outra relação que fizemos foi que muitas dessas pessoas atuam em movimentos sociais de direitos humanos e fazem o uso da internet. O *corpus* deveria manter o equilíbrio entre gênero e abranger critérios como comunicação, origem, cidadania e participação e domínio no uso dos mecanismos das tecnologias de comunicação e informação.

O roteiro para a entrevista qualitativa semi estruturada foi elaborado, assim como o roteiro anterior, a partir dos objetivos, problema de pesquisa e as possibilidades de uso dos sites, com 11 perguntas que passaram por questões dos usos e consumos dos meios de comunicação, direcionando para os específicos no tema dos direitos humanos. Ainda, as questões foram elaboradas respeitando o tempo que os sujeitos achassem necessário para refletir para responderem, analisando os questionamentos. Essa escolha se deu para que

podéssemos apreender a inter-relação dos entrevistados com os movimentos sociais de direitos humanos e os processos comunicativos, principalmente seus hábitos e características.

Durante o período de outubro de 2011 a janeiro de 2012, entrevistamos parcialmente o grupo dos membros dos espaços de mobilização e pesquisa em direitos humanos que aceitaram participar da investigação. Entretanto, durante o desenvolvimento dessa etapa da pesquisa, optamos por analisar apenas a concepção e estruturas dos sites como um processo comunicativo cidadão, a partir das entrevistas dos *internautas/cidadãos* dos movimentos sociais de direitos humanos investigados para que pudéssemos aprofundar e contribuir de forma real com os processos midiáticos.

As entrevistas desenvolvidas foram importantes para nos ajudar a refletir sobre as estruturas dos espaços digitais pesquisados, porém essas informações e dados serão retomados e analisados na continuidade da nossa vida acadêmica. Essa escolha se deu por alguns motivos: a) compreendermos que assim teríamos condições de aprofundar a análise a partir da riqueza dos dados e das informações oferecidas pelos entrevistados dos movimentos sociais de direitos humanos. A análise dessas informações poderia contribuir significativamente pra pensar os processos comunicacionais alternativos e cidadãos, numa articulação entre processos midiáticos, direitos humanos, movimentos sociais e cidadania; b) pelo reconhecimento dos limites de tempo.

Para a análise as informações e dados das entrevistas com *internautas/cidadãos* dos movimentos sociais de direitos humanos investigados as observações foram transpostas onde as duas dimensões estão "misturada" por serem fluídas e terem acontecido em concomitância para o entendimento dos objetos da pesquisa.

6.2.1 Nas entrevistas com os Internautas/Cidadãos: Os Processos Comunicativos

Para além da compreensão das estruturas dos sites do *MNDH*, *DH Net* e *Conectas* nossa busca, também, são os processos comunicativos cidadãos que são estabelecidos por meio das concepções desses espaços digitais.

A ocupação dessa dimensão trouxe outra dinâmica às intervenções dos movimentos sociais no *espaço público*, possibilitando várias formas de expressão cidadã, dando voz e visibilizando modos de ver e analisar o mundo. Tornou-se uma arena complementar de mobilização, de politização e de cultura, a exemplo dos sites pesquisados. Suas lutas, movimentos, redes de movimentos sociais, estão representados e reproduzidos nessa dimensão, constituído como um veículo válido, legítimo e necessário para quem esses

movimentos que pretendem ampliar a circulação e trabalham para uma cultura de direitos humanos na perspectiva de uma sociedade mais justa. É importante ressaltarmos que os espaços presenciais e os veículos impressos continuam válidos e necessários.

Esses processos comunicativos digitais fundamentados na comunicação alternativa e a cidadania comunicativa, proposta para essa pesquisa, são ações que contribuem para reduzir a dependência dos movimentos sociais aos meios de comunicação hegemônicos, reforçando lugares de resistência, com ideias mais humanistas e libertadoras. A comunicação alternativa e cidadã é essencial para a disseminação de cultura, informação, ideias e ideais, atendendo sua finalidade social, pois promove a participação aberta e democrática do movimento social e seus militantes garantido os direitos assegurados por vários dispositivos legais, incluindo a Constituição Brasileira.

Os sujeitos desse processo participam nos processos de concepção, reflexão, produção, planejamento e gestão dos meios de comunicação o que representa uma democratização da comunicação, tornando os sujeitos em cidadãos ativos do processo de usos e apropriações das mídias.

O *MNDH*, *DH Net* e *Conectas* têm suas trajetórias marcadas pelas concepções, produção e uso de diferentes mídias nos processos de trabalho e compreendem os processos comunicativos a partir de suas experiências e temporalidades de usos.

6.2.1.1 MNDH: “a cultura da maioria da militância do movimento é uma cultura analógica”

O *Movimento Nacional de Direitos Humanos (MNDH)* entende os processos comunicativos como estratégias políticas e organizativas do próprio movimento, como fundamental para o seu fortalecimento numa perspectiva de uma comunicação interna.

O *MNDH* desenvolveu nos seus 30 anos de trabalho canais que pudessem manter seus militantes informados do que acontecia em todas as suas regionais, que oportunizasse que todos soubessem a posição da Coordenação Nacional, ou que as coordenações regionais pudessem trazer demandas, ideias, propostas a outras coordenações regionais ou mesmo a Nacional, pensando num fluxo comunicacional do local ao global e vice-versa. Esses processos também eram ligados, para além da participação e contribuição de todos para as ações e reivindicações, na perspectiva de formação do próprio movimento e de fortalecimento da sua militância frente às pautas e lutas.

A primeira forma de informação foi criada em 1982, quando o movimento foi fundado e chamou-se *Serviço de Intercâmbio Nacional – SIN*, que segundo Paulo Carbonari foi

desenvolvido para “reunir as informações que aconteciam em todo o país e disseminá-las internamente no MNDH, a fim de motivar a solidariedade, protestar contra as arbitrariedades, pressionar as autoridades a cumprirem suas obrigações legais”⁷⁸ além de manter e aprofundar o relacionamento entre os militantes.

Coordenado pelo jornalista Demir de Azevedo, o MNDH no início dos anos de 1990, passou a integrar a *Agência Ecumênica de Notícias – AGEN* – como uma ação de seu planejamento de comunicação⁷⁹. As informações produzidas pela agência (um tentativa de imprensa alternativa) eram decorrentes da atuação dos movimentos sociais que tinham vinculação com organizações ecumênicas.

Segundo o relato do entrevistado, no Encontro Nacional do MNDH, de 1996, foi avaliada a comunicação a partir do tema da visibilidade da pauta dos direitos humanos e a atuação do mesmo o que demonstrou ser um assunto bastante valorizado pelos militantes e dirigentes principalmente pela necessidade de viabilizar financeiramente projetos, ter uma forma de trazer à tona a luta e de registrar o trabalho desenvolvido pelos atores sociais espalhados por todo o país. Porém, a ausência de recursos e de pessoal especializado trazia ao movimento uma avaliação de baixa visibilidade e a falta de compreensão por parte da sociedade sobre as lutas, segundo a avaliação do entrevistado: “nessa época, eu lembro que tínhamos um folder que mostrava onde estavam situados os centros que existiam no Brasil e demonstrava que não éramos um grupo isolado, que trabalhávamos e nos articulávamos em rede, com uma sede em Brasília, porém parecíamos, muitas vezes, não nos enxergar e em consequência disso a sociedade também não”.

Nesse processo reflexivo que trouxe ao *MNDH* duas vertentes para serem pensadas a parte da comunicação: a) a necessidade de buscar alternativas de comunicação, principalmente pela facilidade que a internet trazia naquele momento; b) a necessidade de tornar público o que se era feito no movimento social.

É assim que a gente entre no mundo digital. Foi criado um site institucional do MNDH que por muito tempo funcionava como um repositório das questões do movimento, não tendo como preocupação ser um veículo de comunicação. Agora, nos últimos 5 ou 6 anos, talvez, é que se fez todo um debate para transformar o site no que a gente chamou de um portal, passando por uma reforma e ele não concluiu ainda, mas foi a ideia de transformar ele num veículo que ao mesmo tempo servisse de referência interna e de referência externa, de produção de informação.

⁷⁸ Paulo Carbonari em entrevista para essa pesquisa.

⁷⁹ Para o aprofundamento da compreensão dos processos comunicativos do MNDH, buscamos acessar os documentos referentes ao planejamento e programas desenvolvidos pela organização nesses 30 anos, mencionados na entrevista, porém não foram encontrados registros (nem físicos, nem digitais).

Segundo entrevistado essa necessidade ficou ainda mais evidente com o uso das tecnologias da informação e comunicação, e que o movimento passou a organizar outras formas de trocas de informações, mobilizações e discussões sobre as pautas, fundamentalmente porque muitas agências financiadoras diminuíram seus investimentos o que exigiu que os encontros que antes eram muito vezes, presenciais passassem a ocorrer de forma *online* “porque fica muito caro reunir 22 pessoas de diversas partes do Brasil, isso é um dinheiro grande para você reunir dois ou três dias. Então, por isso, também os meios digitais acabaram ganhando força”.

O *MNDH* passa a discutir internamente outros dois eixos dos processos comunicativos: o direito à comunicação e a comunicação como forma de mediação para estabelecer uma relação de interação com a sociedade. O primeiro, conforme afirma Carbonari, é uma luta entendida para além da necessidade do reconhecido dos processos comunicativos dos movimentos sociais (comunicação alternativa), principalmente numa sociedade que passa a ser marcada pelas tecnologias da informação e comunicação. É marcada pela agenda política em que todo cidadão têm o direito e o poder de comunicar, “é pensar que passamos a usufruí-la [a comunicação] não apenas como receptor, nem somente com direito de expressão em qualquer meio. Tornamo-nos emissores, produtores e difusores de conteúdos, a partir da democratização do poder de comunicar”.

O *MNDH*, através de suas afiliadas, como o Centro de Cultura Luís Freire, de Olinda, que lutam nesse tema, participa de várias instâncias nacionais e internacionais de direitos humanos, a exemplo da Convenção de Viena de 1993 em que contribuiu a fim de ampliar e aprofundar o assunto na sociedade brasileira. O *MNDH* compara a democratização da comunicação com o “sangue da cidadania” e nesse processo percebem um distanciamento dessa forma de ser cidadão por compreenderem que esse

Espectro da luta por direitos humanos é o espaço que menos tem avançado do ponto de vista do reconhecimento formal, porque até se aceita a liberdade de expressão, a liberdade de imprensa e tal, mas o direito à comunicação como um direito humano ainda não está formalmente reconhecido.

O segundo eixo é o processo de pensar, constituir, conceber, produzir, distribuir, analisar, os meios de comunicação que são direcionados como forma de mediação e inserção de uma cultura de direitos humanos para/com e na sociedade. Para o entrevistado um dos melhores “instrumentos comunicativos” hoje, empregado pelo *MNDH* são as *Notas de*

Posicionamento que são publicadas no site e distribuídas nos meios eletrônicos das diversas redes de movimentos sociais e nas mídias hegemônicas para manifestar sua posição sobre questões da conjuntura política, social, cultural, econômica e comunicacional do país frente os temas dos direitos humanos. Carbonari afirma que essa estratégia permite dois movimentos concomitantes “sistematiza uma opinião que orienta a nossa própria organização, as próprias afiliadas e ao mesmo tempo, nos posiciona na sociedade diante daquele tema que está em discussão”.

O site do *MNDH*, um dos principais meios de comunicação com a sociedade e com os militantes, se em um primeiro momento foi concebido para ser um repositório de informações - “deveria comportar o máximo de informações possíveis, tanto em documentos, quanto daquilo que a gente faz” sendo para “fora e para dentro do movimento” reconhecido entre as suas redes, num segundo momento, deveria ter *interatividade* e segundo Carboari “talvez esse seja o maior problema”. Contudo, é um espaço livre para as manifestações do MNDH e das afiliadas:

D’agente poder contar com um recurso que permitia posicionamento, ou orientação de posicionamento, dentro dos temas e da agenda e da conjuntura, então por isso, ele tem, por exemplo, uma lista de notícias, mas mais que notícias nós queríamos por ali as nossas posições sobre os temas que estavam na agenda. Então, uma parte dele que fala de notícias, não são notícias no sentido clássico do termo, são posições, sejam artigos de opinião, sejam notas, sejam posicionamentos de filiadas, ou coisas do tipo. Até às vezes são notícias no sentido mais clássico, mas a maior parte do que se encontra ali são orientações de posicionamentos.

Quase todo o conteúdo do site é produzido pelo *MNDH* - pela Coordenação e Conselho Nacional, como as *Notas de Posicionamento*, os conteúdos institucionais e as matérias que orientam os temas das agendas – e por suas afiliadas. Outra forma é a parceria com militantes vinculados aos diversos movimentos sociais que produzem artigos e notícias, que é caracterizado pelo entrevistado como a “parte dinâmica” do espaço digital: a seção de *Notícias*.

É importante dizer que não somos uma agência de notícias. Não queríamos o site para esse objetivo. Hoje no campo popular você tem agências, ou canais de produção de notícias, ou mesmo de opinião profissionalizados, como a *Adital*, de Fortaleza, que é um dos principais veículos de publicização tanto de opinião, quanto de notícias no campo dos movimentos, da igreja, enfim nesse campo popular. E o outro que me ocorre agora, é a *Carta Maior* que exerce um papel muito importante na produção com outro sentido mais reflexivo e menos noticioso, mas que também mantém a agenda popular

alimentada. Há outras iniciativas, como a *Rits*, mas que eu acho que não ganharam tanta força e tanta influência quanto essas duas. (...)

Nós não temos no movimento, e não queríamos ser, uma agência de notícias ou de produção de informação. Nós temos um jornalista que ajuda, mas que ele não está profissionalizado para fazer tudo isso, para manter uma estrutura de atualização necessária como numa agência de notícias. Então nossa expectativa é de servir de canal para que as questões chaves de direitos humanos pudessem ter um espaço onde as pessoas que querem saber encontrem ali um subsídio significativo.

O entrevistado lembra as limitações do site, quanto ao relacionamento, reconhecimento e troca com e entre os *internautas/cidadão*. Fundamentalmente, o site propunha-se a ser/ter espaços de interação, mas se mostrou ineficiência a exemplo do Fórum e das enquetes (que posteriormente foram retirados do site). Paulo Carbonari aponta, também, que as limitações dos usos desses espaços digitais se dão por posições políticas e explica,

É difícil de lidar nesses meios com dinâmicas de interação mais argumentativas, mais reflexivas, mais de exposição de posições de oposição, de tentativa de produzir sínteses. Isso é um limite dos próprios veículos, eles não me dão essas possibilidades. Mesmo que os fóruns me permitam abrir debates, mas eles não me permitem que eu gaste, e eu preciso de muito tempo para escrever, para ler, para acompanhar, então eu acho que eles não são muito... Até os veículos que são, os que a gente pode ter vídeo, tem comunicação por áudio e vídeo, esses até permitem, mas os outros, escritos, eles são sintéticos. Então isso também contrasta com uma cultura organizacional que é a cultura da conversa e do enfrentamento, do argumento, de teres que falar, de voltar a se inscrever, de falar 5 vezes, mesmo que repita, dizer de novo, que eu acho que entra em conflito com esses veículos, que é outro fator para mim importante.

Sendo assim, outros espaços como *Áudio e vídeo* em que a proposta era que o internauta pudesse publicar no site uma denúncia de violação de direitos através de imagens e sons o que permitiria outro tipo de linguagem para as denúncias e reivindicações “porém, isso não tem mais sentido, pois temos o *Youtube* que faz esse armazenamento de vídeos”.

Para Carbonari as propostas de interação entre os *internautas/cidadãos* não deram certo nesse espaço digital porque os militantes ainda tem uma forte cultura do presencial e da conversa *face a face*, considerando o uso de mensagens eletrônicas (e-mail) bem como as listas e grupos de e-mail uma grande avanço “nossos militantes ainda tem dificuldades de interagir e usar as possibilidades das comunicações digitais, você imagina entrarem num espaço como o fórum e discutirem por lá...”. As limitações encontradas pelo entrevistado também se dão porque exige um tipo de dedicação significativa e os militantes estão atuando politicamente “indo a campo, correndo atrás das violações, de autoridades, de cobrar, então

tem pouco tempo, muitas vezes de escrever o que está fazendo para noticiar para os outros”, ou seja, nem tudo é publicado, noticiado e torna-se visível. As articulações, as trocas, as capacitações, o trabalho institucional, o que há por trás, as atividades meio, estas em geral não aparecem, mas são as que mais precisam da atenção e energia. Demanda tempo às reuniões, os levantamentos de dados, os estudos de casos, a preparação de relatórios e documentos, todo um conjunto de iniciativas que servem de acúmulo, pouco aparecem e constituem em grande medida o fluxo comunicativo que dá vida ao movimento. Por assim dizer o MNDH espera um resultado, uma mudança visível, uma melhora de qualidade de vida, que funcionem enfim como indicadores e por essa razão, Carbonari, justifica a ausência dos militantes nos espaços de interação digital “a presença no espaço digital tem que ser real, porque exige que a pessoa esteja lá acompanhando e opinando e reagindo e tal... tem que escolher, porque custa muito tempo”.

Ao refletir sobre o contexto comunicacional do site durante o processo da entrevista o entrevistado acrescenta que um dos maiores desafios para o movimento passa a ser o uso do espaço digital para a transformação da opinião da sociedade. Para ele as opiniões públicas eram formadas a partir da TV e jornal, mas com as tecnologias da comunicação e informação, na Era da Informação, há uma multiplicidade os modos de formar essa opinião pública.

Uma coisa é a gente manifestar uma opinião sobre uma questão grave que está acontecendo no Brasil (e isso já é um grande passo, ter uma nota de opinião). Outra coisa é participar do processo de formação de opinião pública que para isso você precisa estar no cotidiano. Não pode ser eventual, precisa ser todo dia, a notícia de hoje, que foi agora a pouco... Isso é um desafio importante, porque se nós não entrarmos no processo de formação de opinião, sempre estaremos tentando reverter situações de violação. E para mim esse é o principal problema político. Politicamente dirige, no sentido de ter posição e reconhecimento, quem tem adesão. E adesão numa sociedade de massa se dá pela adesão a opinião. Então quanto menos for a capacidade de incidir no processo de formação de opinião, mais longe se está da presença significativa e forte nesse processo de orientação e formação da sociedade. Sempre se chega depois para reparar, para tentar repor, para refazer, mas já é tarde.

Nesse sentido o entrevistado traz as problematizações propostas por Segura (2010) e Mata (2001,2002,2005) no âmbito da democratização dos meios de comunicação a qual nem todos têm acesso no sentido da participação, do debate e apresentação de demandas. E mesmo frente a esse limite e desafio lançado por ele mesmo ao movimento na entrevista, Paulo manifesta satisfação ao falar que a página tem um número expressivo de visitação para um

site que não é atualizado hora a hora, ou dia a dia, onde as atualizações ocorrem em média a cada 15 dias.

6.2.1.2 DH Net: “O meu grande projeto é contar a história dos direitos humanos”

O site do *DH Net* é resultado de um processo de militância, história e envolvimento social, político, cultural, educacional e comunicacional do seu fundador e mantenedor, Roberto Monte. Em diversos momentos da entrevista ao relatar os processos de desenvolvimento do site e da militância para os direitos humanos a história de vida é trazida, bem como o de outros militantes, que vivem e vivenciaram as lutas em diferentes momentos no Rio Grande do Norte.

Roberto Monte é o responsável pelo desenvolvimento técnico, de produção de conteúdo e pesquisa para o site. O DH Net surgiu dentro do *Centro de Direitos Humanos e Memória Popular (CDHMP)* e foi idealizado para ser uma rede digital que integrasse o maior número de redes de movimentos sociais e informações de direitos humanos.

Roberto Monte, também é membro fundador do MNDH, participou, discutiu e contribuiu no “Seminário sobre Política de Comunicação em Direitos Humanos”, em 1992, promovido pelo Movimento Nacional de Direitos Humanos, em Natal, que contou com o apoio das redes de movimentos sociais de direitos humanos, em especial com o CDHMP, a fim de refletir e discutir sobre a comunicação, como um direito humano. O resultado segundo Monte apontou para a compreensão da comunicação como um processo estratégico fundamental para a intervenção política, que agisse de forma planejada na perspectiva da democratização da informação e comunicação. Nesse ano a internet ainda não estava presente na vida dos movimentos sociais, porém o entrevistado passou a gestar uma proposta de ação política em espaço digital.

O interesse pelo meio digital e a entrada na internet se deram pelas experiências que os membros, principalmente do Roberto Monte, do *CDHMP* acumulavam no uso dos meios de comunicação: vídeo, TV, rádio, entre outros, nas estratégias de intervenção junto à população atendida pelo *CDHMP*. Estratégias essas para a educação popular e de intervenção para atingir o interior do RN, principalmente através de rádio rural comunitária.

As estratégias adotadas por Roberto Monte para o *DH Net*, desde a sua criação, são a partir da inserção, dos pensamentos, compreensões, elaborações, reflexões, decisões políticas e sociais proposta pelos movimentos sociais para uma sociedade mais justa e igualitária no entendimento de que esta só é possível por meio de uma cultura de direitos humanos. O *DH*

Net é marcado pelo compromisso com a promoção dos direitos humanos, à cidadania, à cultura popular e propõem-se a ser um espaço de usos e apropriações das tecnologias da informação e comunicação para/de outros movimentos sociais, militantes, *internautas/cidadãos*.

Para Roberto Monte o BBS Direitos Humanos e Cultura, que se transformou em 1996 no DH Net, significou a passagem da linguagem analógica para a digital e se fundou nas experiências desenvolvidas no *CDHMP*. Essa iniciativa, também, se deu pela experiência do Seminário Nacional de Comunicação, Cultura e Direitos Humanos, realizado em Natal, em 1994, pelo *CDHMP*, em que um dos temas foi a “Infocomunicação”. O grupo se sentiu desafiado a “disseminar” informações e possibilitar que o maior número de pessoas acessassem informações sobre os direitos humanos onde estivessem. Além disso, havia a preocupação da ocupação do espaço digital como forma de enfrentamento, reivindicação, advinda da necessidade de acessar, digitar e interagir entre os *internautas/cidadãos*.

Nessa perspectiva, militantes ligados o *CDHMP*, entre outros movimentos sociais, realizaram discussões em grupos sobre direitos humanos e realidade virtual, mobilizando o tema e dando subsídios conceituais para o que se tornaria o *DH Net*, principalmente respaldado no trabalho que já era desenvolvido entre as redes de movimento sociais e comunicacionais. Monte afirma “quando o BBS Direitos Humanos e Cultura surgiu foi uma iniciativa emergente dos movimentos populares e utilizamos o que tínhamos de mais avançado em termos tecnológicos. Esse sistema de comunicação e informação não era neutro, era engajado”. Para ele o desenvolvimento dessa proposta comunicativa se dava em um projeto amplo de confluências

Dos excluídos na sociedade e da necessidade de apropriação do conhecimento tecnológico por parte dos movimentos sociais (e acrescenta) no momento em que criamos o BBS e discutimos sobre uma tecnologia, desmistificamos a questão da comunicação. Porque desse jeito a comunicação para nós é para reverter a opressão, transformando em libertação.

Assim, a possibilidade de apropriação e de intervenção passou por novos fluxos comunicacionais entre os sujeitos dos movimentos sociais de direitos humanos e o papel do *DH Net* era o de animador desse novo fluxo entre as redes. Por isso, no ano de 1996, lançaram o “Manifesto dos sem-tela”⁸⁰ a fim de marcar o uso do espaço digital relacionados à

⁸⁰ Disponível em <http://www.dhnet.org.br/ciber/democratizar/semtelas/manst.htm>. Último acesso em 23 de maio de 2012.

democratização da informação, exercício da cidadania e liberdade de expressão como eixos no manifesto identificados pelos processos de comunicação alternativa e tinha a perspectiva de romper com os processos de produção hegemônico da informação. O manifesto articulava sujeitos, militantes, *internautas/cidadãos*, para os usos e apropriações das tecnologias da informação e comunicação, numa perspectiva de intervenção comunicacional, política, social e cultural.

Outro fato que marca o desenvolvimento do *DH Net*, mas com ainda mais profundidade o *CDHMP* e a vida de seus membros é o assassinato do Gilson Nogueira, militante e advogado do movimento social, que acompanhava as denúncias e investigações das chacinas da Mãe Luiza e de Nova Natal, e segundo relato de Roberto Monte, o militante foi assassinato por um grupo de extermínio de policiais civis do Rio Grande do Norte. Durante um tempo viveram sob ameaças Aluizio Matias e o próprio entrevistado, Roberto Monte. Em um processo de mobilização entre os vários movimentos sociais, receberam proteção federal.

Uma dos trabalhos desenvolvidos pelo *CDHMP*, nesse período, era o acompanhamento de denúncias e investigações de violação de direitos humanos e segundo Monte “foi porque trabalhávamos com o atendimento especializado às vítimas torturadas por policiais que recebemos e convivemos com as ameaças as nossas vidas”.

O *DH Net* ganha força com redefinições políticas e de intervenção junto ao *CDHMP* como lembra o entrevistado “a gente começa a sacar o poder da internet com a morte do nosso companheiro. Foi um espaço que mobilizamos muita gente, de maior utilização do *CDHMP*, principalmente porque houve uma forte coerção externa”. Dessa forma, o espaço digital do *DH Net* passou a ser um lugar, também, para receber denúncias de violações de direitos humanos, vinculado as disputas de forças e dos grupos de extermínio, a fim de ser uma forma de suprir uma lacuna de informações no Rio Grande do Norte.

Nessa época, o site passa a ser pautado por dois eixos: **a)** a democratização da informação na tentativa de aglutinar e disseminar o maior número de informações sobre os direitos humanos através de leis, convenções, organizações de promoção e proteção dos direitos humanos; E **b)** a difusão dos direitos humanos na busca de mapear/assistir grupos sociais que são discriminados ou tem seus direitos violados por questões econômicas, ou sociais como de gênero, orientação sexual, raça, etnia, entre outros. Também passa a hospedar páginas pessoas de militantes e de outros movimentos sociais, a exemplo do *MNDH*.

O uso da internet passa a ser compreendido como uma forma de auxiliar outros processos por ter um baixo custo e abrir possibilidades de reflexão, troca e interatividade.

Porém não é consenso internamente no CDHMP, e a partir de 1997, passa a ser uma iniciativa de Roberto Monte que segundo ele “dando mais independência para a tomada de decisão em relação ao conteúdo ou uso do meio”.

Para o entrevistado, o *DH Net* é um movimento social dentro de outro movimento social e suas “ações como tal são no movimento digital”, através das publicações dos sujeitos que contribuem com o site, “um instrumento de luta em torno da informação” que se dá de modo descentralizado, em rede, como nos explica Roberto Monte

Digamos o seguinte: da turma que vem da Comissão de Justiça e Paz... Abro página para esse povo. Quando eu pego informações das pessoas; se você for lá ao nosso banco de pessoas⁸¹, eu tenho mais de 1200 nomes, dos quais eu abri página de uns 400; Eu peço logo de saída o e-mail, retrato e dependendo a produção da pessoa, tudo que ela tiver texto, áudio e vídeo que possa enviar. O maior padrão que eu fiz até agora foi Perly⁸². (...) Se o cara tiver só texto, eu boto texto. Se for só áudio, eu boto áudio. Se for só vídeo, eu boto vídeo. E se o cara trabalha com imagens, eu abro um banco de imagens. Como a maioria dessas pessoas são analógicas e tenho que ter toda a paciência do mundo para abrir a página do cara e se ele me mandar o material aí eu saio publicando. Tem pessoas que são maiores formadores de opinião. Todo mundo que produz informação barra pesada passa para mim. (...) Eu sei muito bem que escreve e quem não escreve sobre direitos humanos no Brasil. Muita gente manda material. Eu recebo material de militantes, intelectuais... (...) Quando você ou alguém está navegando no DH Net vira uma espécie de consultor. Eu acabei fazendo na prática uma grande rede de recebimento de informações (...) É também o lance de restringir a possibilidade dessa galera de fazer página. Você não precisa fazer uma homepage... A galera se interessa em mandar.

Por conta disto, observamos que a perspectiva da produção do conteúdo se deu (e em grande parte ainda se dá) em rede e conseguiu mobilizar um grande número de pessoas por todo o país, possibilitando o enriquecimento do banco de dados, ampliando áreas de conhecimento sobre o tema dos direitos humanos e possibilitando o fortalecimento das discussões, estratégias, articulações, ações nas redes em nível local, estadual, regional e nacional. Em outras palavras, esse fluxo de informações que são das relações nos espaços presenciais onde há a mobilização, a sensibilização, a reunião dos *internautas/cidadãos* (militantes, intelectuais, sujeitos sociais) para o espaço digital fortaleceram um projeto individual/coletivo de sociedade e deram de certa forma, a sustentação para a formação do banco de dados (imagens, sons e textos), redes de militantes e movimentos sociais de direitos

⁸¹ Disponível em <http://www.dhnet.org.br/abc/militantes/index.htm> último acesso em 25 de maio de 2012.

⁸² Disponível em <http://www.dhnet.org.br/perly/index.htm> último acesso em 25 de maio de 2012.

humanos no DH Net, sendo compreendido por Monte, como um espaço que abriga os promotores/defensores de direitos humanos comprometidos com a luta.

O trabalho em rede foi muito importante para a constituição e é para o desenvolvimento e manutenção do *DH Net*, apontando para um trabalho para/com o global, o que possibilitou Roberto Monte fazer uma articulação com países africanos de língua portuguesa (Angola, Cabo Verde e Moçambique) para uma rede lusófona de direitos humanos⁸³, dando visibilidade para o tema numa dimensão transnacional do DH Net, voltado para ações desenvolvidas em direitos humanos e que ao entrarem na rede digital tornaram-se “testemunhos à distância” de um processo de sensibilização e disseminação de informações, que segundo Monte são “a dialética da práxis das redes de direitos humanos do Rio Grande do Norte, as micro-práticas, concebidas como universais e indivisíveis (...)”.

O trabalho desenvolvido nas redes presenciais é compartilhado, também, no ciberespaço através dos processos comunicativos alternativos e cidadãos. O site, então, segundo Roberto Monte é também resultado dos processos dos espaços presenciais das diversas “tribos” que lutam pelos direitos humanos, ou seja, é uma rede que possibilita perpassar outras redes independentes, com autonomia em suas características de organização e que garante uma lógica de comunicação.

Talvez a gente tenha mais a manha da prática, mas não a temos escrita (...) se for para pegar uma questão teórica ou uma prática, nós vamos pegar a prática, porque eu não fico preocupado muito em ter que explicar as coisas. Nosso lance é prático. Um lado mais de falar e de fazer. A nossa lógica de comunicação depende da práxis.

Para Roberto Monte as redes dos movimentos de direitos humanos são analógicas, pois parte de redes práticas de ação. Compreendemos a partir da fala do entrevistado que a lógica de comunicação do site está relacionada com a lógica política e de articulação com/entre os movimentos sociais de direitos humanos e as suas lutas, num trabalho em rede, integrado as realidades locais, mas também de observar, discutir, dialogar, refletir com as realidades macro sobre os temas dos direitos humanos.

O *DH Net* é um adendo das coisas que a gente faz... Talvez o mais prazeroso. Eu tenho que fazer articulação política... (...) O *DH Net* em algum momento foi barra pesada... hoje, é quase como uma grande biblioteca de livros. (...) Eu acho que o grande lance é que eu seja um facilitador... Eu não

⁸³ A Rede Lusófona de Direitos Humanos interconecta experiências de promoção, proteção e garantia de todos os direitos da pessoa em todos os países de língua portuguesa. Disponível em <http://www.dhnet.org.br/redes/lusofona/index.html> último acesso em 25 de maio de 2012.

tenho interesse de ser o lance gravitacional do pedaço... Eu estou querendo ser um facilitador das tribos.

Ser articulador das tribos é compreendido na ação política como o lugar da ação no “corpo a corpo” que pode ganhar maior visibilidade na internet ao fazer circular um jeito de agir de forma crítica. A estratégia política combinada com os vários recursos multimídia no site expressa a experiência de Roberto Monte com os meios, e esse diferencial está relacionado à visão da ação direta dos sujeitos nos processos midiáticos e estruturam iniciativas que refletem o acúmulo prático com determinados usos e apropriações dos meios.

Quando perguntado sobre as estruturas do site e seus limites para a ação política e de desenvolvimento para uma cultura em direitos humanos Monte afirma

Eu criei uma lógica analógica que é digital. Do jeito que está, está razoavelmente encaminhado. O meu intuito agora é deixar o DH Net mais multimídia. Colocar para funcionar todas as interatividades. Jogar pesado com a questão dos vídeos e dos áudios. Quero colocar muito vídeo e áudio de coisas que me interessam: pode ser audiências inteiras, músicas inteiras, filmes inteiros... Eu vou ter que fazer uma grande mudança, inclusive dessa parte estética. Jogar pesado com a interatividade: vou ter que me aproximar dos outros portais, interagir com o lance do Twitter, Facebook, RSS, esses troços tudinho... O restante está dentro dos conformes... (...) Aquilo que eu faço e não posso fazer mais, monto equipes para ampliar o banco de dados... (...) Eu quero transformar HDs inteiros para que as pessoas tenham acesso (...) e remeter ao meu banco de dados. Quero exaurir meu banco de dados (do site) abrir um lance de vídeos, CDs e DVDs... mais para militantes, mas para o público difuso.

Aponta que o limite do site está relacionado ao que foi idealizado e a realidade por questões financeiras e de investimento em sistema de informação. Porém, afirma que é mais importante investir na luta a partir dos espaços presenciais, onde são discutidos, refletidos e acontecem as ações políticas de transformação social: “é melhor eu investir na Comissão da Verdade.” Porém, quando pensa no que significa o site acrescenta

O *DH Net* é a materialização da possibilidade de socializar a informação dos direitos humanos. (...) O que me move é o seguinte, para mim vale mais subsidiar aqueles que estão fora do sistema. O que eu gostaria é uma espécie de universidade virtual, mas isso me tornaria em algo que eu não quero ser. (...) Mas pode funcionar como uma grande biblioteca. O limite está no que se quer ser e conseguir realizar. E não dá para fazer tudo. A minha configuração é o projeto político atual.

As perguntas da entrevista levam Monte a uma reflexão para o exercício da cidadania a partir do projeto político da concepção de sociedade, de uma cultura de direitos humanos e

de educar em direitos humanos que estão presentes para ele e é o “pulso” do site, a seção que traz a sua maior experiência para qual tem trabalhado, também: **a)** o Curso Agentes de Cidadania e **b)** a Enciclopédia Digital. Nos dois casos todo o conteúdo está disponibilizado para que seja refletido, analisado e apropriado pelas pessoas que queiram trabalhar com Educação em Direitos Humanos. Isso se deve porque a concepção desse espaço digital está na perspectiva de consulta, como uma biblioteca digital, e também na ruptura de barreiras de acesso à formação em direitos humanos.

Ensinar o que é abaixo-assinado, boicote, desobediência... Eu queria ter mais tempo para isso aqui... Colocar as informações com violino, com gente cantando. Para mim isso aqui é tão importante, porque eu acho que as coisas começam a ficar muito complicadas com palavras muito complicadas, os infelizes vão começar a ficar com medo... É preciso você socializar esse tipo de informação. É preciso colocar texto, imagens, vídeos e pessoas falando da história dos direitos humanos.

Compreendemos a parti da fala de Roberto Monte, que como base da ação direta do lugar sócio histórico das contradições sociais, o espaço digital permite a expressão criativa, poética, política, educacional e comunicacional do que ocorre nos espaços presenciais de luta. Esses elementos presentes na “política de comunicação” em direitos humanos proposta por Monte orienta uma concepção para projetar e socializar conhecimentos, informações e debates (como os princípios da Conferência Mundial de Direitos Humanos de Viena de 1993, os Sistemas Globais de Proteção aos Direitos Humanos, os Objetivos do Milênio das Nações Unidas, as metas previstas pelas grandes conferências mundiais sobre direitos temáticos como Durban para a Igualdade Racial, Rio de Janeiro e Kyoto para o meio-ambiente, Beijing para os direitos da mulher, etc.)

Contudo, nos permite refletir que esses materiais colocados no site não garantem o intercâmbio, a reflexão e a crítica se não se fizerem presentes, se torarem referência, ou forem apropriados pelos sujeitos. Não basta estar disponível ou ser acessados. São os diversos contextos que geram as ações cidadãs, educativas, políticas, culturais e comunicacionais que permite a existência dessas redes e são os processos comunicativos alternativos e cidadãos que dão o suporte para que elas possam se ver no/através mundo.

6.2.1.3 Conectas Direitos Humanos: “O impacto conseguimos medir por esse recurso que o site proporciona”

A narrativa da trajetória da *Conectas*, trazida pela, então, Coordenadora de Comunicação, Natália Suzuki, apresenta-se diferente dos outros dois movimentos sociais. Isso se deve por ser o único movimento em que a pessoa indicada para participar da pesquisa fazia parte da área da comunicação. Os outros dois foram Coordenadores e militantes dos próprios movimentos, porém com um olhar menos técnico sob o tema da comunicação.

Assim como os outros entrevistados relatou o processo de formação da *Conectas Direitos Humanos*, os envolvidos, as áreas de atuação, entre outros, e mesmo quando tentamos aprofundar alguns pontos sobre o contexto sócio, político, cultural do movimento, as respostas foram mais sucintas. Porém, suas contribuições reflexivas frente às questões dos processos comunicacionais da entrevista foram maiores.

A área e o tema da comunicação estão ligados ao processo institucional do movimento social. Há uma separação em duas áreas: **a)** Institucional e **b)** Programas e Projetos - compreendido como o meio fim da organização. O Institucional é compreendido como a área mais estratégica, onde é pensado e elaborado o planejamento, o desenvolvimento institucional, a captação de recursos, o administrativo financeiro e o comunicacional e estão subordinados a Diretoria Executiva.

Natália, a partir da sua formação e experiência profissional, ao ingressar no trabalho no movimento social propôs uma revisão dos meios de comunicação da *Conectas* a partir das suas funcionalidades e dos objetivos que eles teriam dentro do planejamento e ações desenvolvidas pelo movimento. O site passou a ser o centro de irradiação das informações, entre/para os seus militantes, ativistas, parceiros, financiadores e a mídia hegemônica, geradas pela organização e a partir dele seriam propostos outros processos comunicativos.

Para Natália essa decisão se deve a contribuição que os usos e apropriações da internet permitem ao movimento social de direitos humanos, principalmente no que diz respeito ao alcance para além das fronteiras territoriais “colocar ao mundo, se fazer conhecido, onde o céu é o limite”. As possibilidades de aproximações com outros movimentos sociais de direitos humanos, de outros Estados e países com mais agilidade é uma das características que marca o trabalho da *Conectas* no ciberespaço. Segundo o relato da entrevistada, a internet faz a mediação entre o movimento social através do site com os *internautas/cidadãos*

Tem gente da Zâmbia que acessa a gente. Na verdade tem pessoas que nós nunca tivemos contato e recebemos mensagens pelo site de “n” lugares. Para a Conectas, especificamente, é uma forma de se fazer conhecida e a potencialidade é enorme. Para o movimento de direitos humanos essa possibilidade de conexão, e isso casa com a proposta da Conectas, de estabelecer contatos e trocas. Enfim, tudo é muito mais rápido, pelo fato de existir e-mail, facilitar muito as nossas conversas, os nossos diálogos. Posso te dar um exemplo, que a mais ou menos um mês lançamos em parceria entre a Conectas, uma ONG suíça e outra da Angola uma publicação impressa. Se você olhar isso, há 10 anos, não seria impossível... mas demoraria o triplo, o quádruplo de tempo que levamos para fazer isso. E fechamos tudo em 15 dias. (...) Com o uso da internet e, especificamente o site, há um barateamento para se comunicar, assim como uma mudança dos fluxos (...) entre os militantes de diversos lugares e é possível agirmos em rede e de formas mais propositivas (...) com a ampliação dos contatos, potencializando o movimento.

O site foi reformulado no final do ano de 2010, com um layout mais moderno, dinâmico, com informações institucionais, numa proposta mais próxima, com dinâmicas amigáveis para os *internautas/cidadãos* com possibilidade de compartilhamento nas redes sociais, relação com as mídias (principalmente as hegemônicas) como a Folha de S. Paulo, com uso de imagens e com áreas que são atualizadas semanalmente, “a nossa preocupação era de dar maior e melhor visibilidade as ações e projetos. Mas também tinha uma questão técnica, o site anterior era muito complicado, tecnicamente as pessoas não conseguiam administrar”.

Os conteúdos são produzidos pela Coordenação de Comunicação do movimento, porém, segundo o relato da entrevistada há uma

Troca entre a Coordenadora de Comunicação com o Coordenador de Projeto para a elaboração de uma nota, por exemplo. Não recebemos contribuições de outros veículos, de outras organizações, a não ser que uma ação específica seja feita em parceria com outras organizações. Então nunca tem conteúdo de terceiros que a gente nunca tenha participado.

Por isso, a produção dos conteúdos para o espaço digital da Conectas tem a função de cumprir um papel de registro dos acontecimentos sócio, histórico, político e cultural do movimento social,

Tudo que a gente faz a gente coloca lá porque fica registrado. Em vez de colocar no nosso servidor a gente já mata dois objetivos: colocar isso para fora, porque vira e mexe as pessoas vão ao site para ver quando é que foi um determinado evento e normalmente está disponível. E deixar registrado internamente. Tem uma finalidade prática.

Os relatórios, sistematizações, prestação de contas são atividades rotineiras dos processos institucionais, principalmente por receberem financiamentos internacionais para os seus programas e projetos. A jornalista faz apenas uma ressalva de que o tempo de produção desses documentos é diferente do tempo da notícia e afirma “nem sempre a gente consegue. O ideal é que fosse sempre a ‘notícia quente’, terminou o seminário hoje, amanhã já estar no site; Enviou carta para o governo ao meio-dia, duas horas depois deveria estar publicada no site (...)” e, por isso, justifica a proposta de ser um espaço de registro, com informações atuais, mas não imediatas, em uma dimensão viva e atualizada.

Essas afirmações nos remetem a *Comunicação Alternativa* e à *Cidadania Comunicativa* dos processos participativos na produção e à funcionalidade dos conteúdos do site. O site mesmo funcionando bem, conforme a entrevistada, facilita o acesso e a busca por informações.

Para Suzuki, outra forma de informação e registro do movimento, o site é um espaço para a prestação de contas aos financiadores “o financiador vai olhar lá, vai ver que o projeto que ele está financiando realiza tais ações. Tem uma determinada fundação que financia o Programa de Justiça eles sabem que as coisas relacionadas os projetos deles estão sendo feitas pela Conectas”. Nessa mesma perspectiva de prestação de contas aos financiadores, a *newsletter* é enviada bimestralmente “sabemos que quem lê bastante são os financiadores. Então é uma forma de mantê-los atualizados”.

Além disso, compreendem que a função da newsletter, também, é de diálogo com as pessoas cadastradas e registros dos acontecimentos do movimento social

Temos como monitorar quem recebe e lê. Há muitas pessoas que se inscrevem pra receber porque estão interessadas em se manterem atualizadas sobre nossos assuntos e passa a ser compreendido por nós como uma forma de diálogo com essas/outras pessoas.

Assim, a newsletter e o envio de mensagens eletrônicas são apontadas pela entrevistada como duas formas muito importantes de diálogo possibilitado pelo site, pois através dessa mediação estabelecida “conseguimos conversar com ativistas, apresentar noções e eles estão identificando oportunidades de articulação e trocas. O impacto nós conseguimos medir por esse recurso que o site proporciona”. Outra característica é que as mensagens enviadas desse mecanismo, segundo Natália

Passam por um nível de entendimento do estamos fazendo como movimento social, que reflete nas mensagens que passamos a respeito dos direitos

humanos, porque vira e mexe recebemos denúncias, pedidos de ajuda... As pessoas procuram o site porque entendem que estão sendo violados seus direitos de alguma forma. Penso passamos um tipo de mensagem que as pessoas compreendem quando estão tendo seus direitos violados como cidadãs (...) às vezes não sei se conseguimos com efetividade, porque vem muita coisa sem noção (...) E percebemos que há um impacto na sociedade, na opinião pública, as pessoas estão cientes de que existe esse conceito de direitos humanos. Outro indicio é nosso relacionamento com a mídia, o jornalista procura muito o site da Conectas. E também não deixa de ser um feedback e retroalimentação, reflexo da sociedade, assim como a sociedade pode encontrar seu reflexo dentro dessa mídia. Então o fato de jornalistas procurarem a Conectas, é sim um impacto na sociedade.

Com isso, a compreensão de ‘alargamento’ da relação com a sociedade, a mídia e a opinião pública o uso das redes sociais, como o Twitter e o Facebook, foi introduzido com a reformulação do site.

No site anterior a forma de troca de informações, experiências, fóruns e chats eram através do *Portal Conectas Sur* que foi desativado, pois “ele tinha exatamente o mesmo papel que o Facebook, por exemplo, se propõem a fazer, ampliando esses acessos e interações.” Segundo Natália Suzuki essa escolha se deu por dois principais motivos

O primeiro motivo é porque as pessoas já estão no facebook. Para as pessoas entrarem no *Conectas Sur* elas tinham que se cadastrar e fazer parte de mais uma rede social. Isso acaba sendo custoso. Toda vez que uma pessoa tem que se cadastrar em algum outro canal é custoso, só pelo fato de precisar fazer o cadastro e interagir em mais um espaço. Porque a interação é muito importante (...) E é aquilo todo dia: senta em frente computador, abre e-mail, twitter, facebook, Orkut, 35 mil redes e daí o *Conectas Sur* era mais uma. (...) O que é importante destacar é que o *Conectas Sur* é muito anterior a essa onda de redes sociais, ela é de 2001 ela nasceu com o Colóquio, com o primeiro Colóquio então era super inovador.

O segundo motivo é uma questão de investimento de sistema. Eu explico, no Facebook as pessoas conseguem acompanhar, compartilhar e as ferramentas já estão colocadas e muito melhores que as nossas. Tem uma equipe pensando só na função curtir. E nós não temos essa estrutura. É investir em programação (...) tínhamos códigos vulneráveis, já fomos hackeados (...) o site antigo sofreu, duas invasões.

Dessa forma, as redes sociais se tornaram, para o site da *Conectas*, um apoio na disseminação das ações e manter uma aproximação, interação e diálogo com os públicos que utilizam essas redes (e que segundo a entrevistada nem sempre são as mesmas pessoas que buscam o site) bem como com os seus *internautas/cidadãos* que fazem uso das redes.

A entrevistada também aponta as limitações do site no que diz respeito a ser um espaço institucional e não um portal de notícias, porém muitos jornalistas das mídias comerciais acessam e buscam informações quando o tema é os direitos humanos. Isso também

se deve pela trajetória de relacionamentos profissionais da Natália Suzuki, pois ela é jornalista e atuou como tal em mídias alternativas, como a Agência Carta Maior. Natália traz a sua compreensão dos processos comunicacionais digitais a partir dos direitos humanos, do direito à comunicação (a cidadania comunicativa) e a apropriação desses direitos pelo movimento de direitos humanos (comunicação alternativa).

Primeiro, a comunicação é compreendida como um direito humano, numa perspectiva, segundo a jornalista, da comunicação como funcional ou instrumental, ou seja, o trabalho da comunicação em possibilitar e servir de meio para as conexões entre os diversos canais: site, redes sociais e os materiais impressos do movimento social. Segundo a comunicação é entendida a partir do direito à comunicação, de forma ampla, num processo de conscientização do saber, do compartilhar, da liberdade de expressão que estão vinculados aos direitos humanos e afirma “eu entendo a Comunicação nessas duas esferas e é claro ela se conversam muito e a internet, tanto pra uma como pra outra, tem sido fundamental e tem ampliado muito o campo”.

Ao relacionar as funcionalidades dos processos comunicativos digitais, a partir do uso da internet especificamente, aos processos comunicativos cidadãos, Natália aponta como exemplo a Primavera Árabe, ao associar dimensões como as redes sociais (Twitter e Facebook), usos de mensagens eletrônicas (e-mail), SMS (mensagens de textos para celulares) que foram fundamentais para os processos de mobilização que ameaçaram regimes autoritários que tentaram restringir ao máximo o uso da internet

Para os ativistas é uma oportunidade, um instrumento, fácil, rápido e barato para mobilizar. Você ver no jornal, no facebook, a praça no Egito ser tomada pela população via redes sociais fala por si só. Depois, também, a revolução aconteceu no Irã e anteriores durante as eleições de 2009, são coisas desse tipo que o direito à comunicação e a internet propiciam para a cidadania.

A jornalista aponta também que é a partir dessa perspectiva que o site da Conectas é pensado, também, como um espaço dinâmico de conscientização e mobilização, que ocorre por meio das notícias publicadas, pois estão diretamente relacionadas com as ações e mecanismos de incidir nos processos sócio, político e cultural, ou seja, o processo comunicativo está diretamente vinculado e relacionado aos processos políticos e sociais dos projetos da Conectas. Desta forma, o site é compreendido como mediação e reflexo

Das ações que estamos fazendo. Por exemplo, o *Colóquio Internacional de Direitos Humanos* e tudo aquilo que está relacionado a ele é uma forma de

incidir numa cultura de direitos humanos, porque é o braço de educação da Conectas. A *Revista Sur* também é uma publicação para estimular a comunidade acadêmica a pensar as questões de direitos humanos. Podemos pensar que tudo o que está no site, de alguma forma, todas as ações da Conectas contribui para essa cultura cidadã.

Outro limite do site, assim como os processos comunicativos através dos usos e apropriações da internet, para Natália se dá no que toca a necessidade de aprofundamento das relações interpessoais e explica

O meio digital não substitui o contato físico humano. (...) para manter e fortalecer precisamos de um contato direto, “face a face”. Não dá pra substituir o contato humano por meio dessas mídias. Evidenciamos isso na Conectas quando acontece o *Colóquio*. No Colóquio para as pessoas com que a Conectas tem contato ao longo dos anos, onde estabelecemos diálogos, ações e quando nos reunimos é totalmente diferente. Percebemos um fortalecimento dos laços e outros novos por esse contato presencial. Eu acho que o meio digital é complementar para esse processo de pensar a sociedade a partir dos direitos humanos.

Os processos de comunicação cidadã e de cultura em direitos humanos na Conectas está relacionado à pauta da educação, formação e intercâmbio dos ativistas, principalmente através **a)** do *Colóquio*, que deu origem ao movimento social, onde um dos seus objetivos é “o exercício de pensar as questões e pautas dos direitos humanos e propagar uma cultura cidadã em diferentes lugares e, assim, aumentar o potencial multiplicador” e **b)** da *Revista Sur* que mobiliza a comunidade acadêmica, “e é muito cara” para a *Conectas*, para produzir, refletir, problematizar, analisar e desenvolver filosoficamente e conceitualmente a agenda dos direitos humanos. Essas duas ações são pensadas no entendimento da cultura em direitos humanos e no exercício da cidadania, pois segundo a entrevistada, são pensadas para os seus públicos.

Quando a pergunta é direcionada na intenção de aprofundarmos a compreensão dos processos comunicativos cidadãos, Natália aponta que para o movimento social os processos comunicativos, apesar de serem entendidos como estratégicos e estar muito vinculada para seu o desenvolvimento, são compreendidos como funcionais e instrumentais, não sendo planejados ou propostos para um processo comunicativo relacionado ao direito à comunicação ou a apropriação destes para o exercício da cidadania. Porém, ao refletir sobre a pergunta ela argumenta

Você pode encontrar traços nos nossos canais de comunicação, inclusive no site, mas não são propostos para isso. E nós nos perguntamos o quanto eles

contribuem para o exercício da cidadania, pois não temos isso no nosso horizonte inicialmente. Claro que eu entendo que isso seria importante, se houvesse realmente essa contribuição, mas eu questiono o quanto ele contribui mesmo. (...) Porém a nossa intenção com o site é o alargamento do conhecimento, alargar apropriação pública de informações. E claro, se você falar com qualquer um da Conectas isso faz muito sentido, inclusive todos os materiais a gente permite reprodução desde que dado crédito. Eu acho que é uma consequência desse entendimento de direitos humanos, que temos direito a informação, direito à liberdade de expressão. Na concepção do site, como está organizado, não está colocado isso, porque a organização não tem esse objetivo principal.

Entretanto, a entrevistada aponta para a funcionalidade dos processos comunicacionais e da informação disponibilizada no site e nos meios de comunicação do movimento social, sem considerar que esses são recurso para na constituição dos cidadãos (principalmente, no âmbito da participação e na formação da cidadania dos *internautas/cidadãos*), porém reconhece que as ferramentas utilizadas precisam contribuir para o estabelecimento de uma relação de cidadania comunicativa. Além disso, em sua opinião, as informações publicadas no site divulgam e fazem circular nas redes, geralmente não aparecerem com frequência nos meios de comunicação hegemônicos e, por isso, cumprem um papel importante de trazer outra perspectiva dos direitos humanos e sua relação com os processos sociais, políticos e culturais de uma sociedade tão marcada pela violação e discriminação dos direitos humanos.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na pesquisa “A Comunicação Cidadã na Mídia Digital: Concepções e Realizações dos sites MNDH, DH NET e CONECTAS” a escolha do título não é gratuita. Ele aponta para uma trilha que tem nos temas dos processos comunicativos alternativos e cidadãos e nos direitos humanos a estratégia heurística para compreender que muitos fenômenos estudados, analisados e pesquisados nas Ciências Sociais e Humanas, apresentam uma relevante dimensão comunicativa, porém nem sempre explorada.

Os mapeamentos a partir das teorias mais recentes sobre comunicação alternativa, cidadania comunicativa e tecnologias da comunicação e informação permitiram construir uma proposta que está no confronto entre o problema-objeto e as abordagens teóricas selecionadas. A partir disso, descortina-se a possibilidade de compreender que nos processos de comunicação há uma construção prévia de sujeitos sociais e manifestações de sentidos, lutas e disputas.

Esta trilha, em seguida, nos levou à construção de uma problemática que resultou não num mero “receituário” metodológico, mas num processo. Esse processo revela um caráter multidimensional que permite, por um lado, atender às demandas de investigação, cujo foco está nos estudos dos processos midiáticos e, por outro, circunscrever, a partir dos direitos humanos, os processos comunicativos alternativos e cidadãos dos movimentos sociais de direitos humanos. Assim, a pesquisa conseguiu compor, explorar e indagar os objetos empíricos constituídos pelos processos sociocomunicativos digitais dos movimentos sociais de direitos humanos – *MNDH, DH Net e Conectas*.

Para nós, compreender como se configuram, no processo da comunicação digital, a concepção e a estrutura dos sites do *MNDH, DH Net e Conectas* tendo como perspectiva a comunicação cidadã, se dá a partir da ideia de que a problematização se dispõe como mecanismo importante na área de Ciências da Comunicação. A produção de conhecimento a partir dos movimentos sociais necessita de aprofundamento, pois esses são parte dos sujeitos que provocam, fomentam, intervêm, reivindicam e atuam nos processos de transformação social.

Dessa forma a elaboração do problema-objeto da pesquisa teve como principal característica o diálogo reflexivo entre os objetivos da pesquisa (intencionalidade da pesquisadora) e as demandas do problema (a concepção e a estrutura dos sites através dos conteúdos disponibilizados, que possibilitam uma perspectiva de cultura em direitos humanos proposta por esses movimentos sociais). Dito de outra maneira, foram os exercícios reflexivos

articulados com a aproximação aos objetos imediatos que permitiram identificar as necessidades do problema-objeto e, assim, buscamos ir além da sistematização daquilo que a trilha sugeriu nas experimentações, explorações, observações. Procuramos analisar as estratégias e concepções comunicacionais incorporadas pelos produtores de comunicação dos movimentos sociais de direitos humanos em seus espaços digitais, num esforço de produzir um conhecimento estruturado numa perspectiva teórica e metodológica, em diálogo com o objeto empírico dessa pesquisa.

Levamos em consideração os processos comunicacionais alternativos em diálogo com a cidadania comunicativa, entendendo a existência de um contexto específico dos movimentos sociais no qual ocorrem esses processos, acompanhados dos aspectos culturais, sociais, políticos e históricos que perpassam o *MNDH*, o *DH Net* e a *Conectas*. Essas questões foram introduzidas na problemática da investigação, em que dedicamos especial atenção às relações estabelecidas entre os diversos âmbitos e aos desdobramentos decorrentes dos processos midiáticos. Além disso, buscamos construções metodológicas, bem como estratégias de investigação, que priorizassem uma perspectiva multidimensional para a compreensão do contexto dos movimentos sociais.

Entendemos que está na comunicação alternativa, em diálogo com a cidadania comunicativa proposta pelos movimentos sociais, a base da problemática desta investigação, visto que o seu contexto específico e seus desdobramentos são decorrentes, também, dos processos midiáticos. Nesse contexto, a pesquisa permitiu identificar que os sites (*MNDH*, *DH Net* e *Conectas*) estão inseridos em modos comuns de compartilhar, registrar e comunicar informações passadas e presentes, e tais formas estão relacionados aos modos de conceber as mídias utilizadas.

A partir destas considerações, redobrando o cuidado com generalizações apressadas, pensamos que é possível apontar alguns elementos que resultaram da pesquisa sobre as concepções e estruturas dos sites e suas inter-relações com os *internautas/cidadãos* analisados para, então, apontar caminhos e relações entre as concepções teóricas e os objetos do ciberespaço analisados. Alguns elementos se destacaram no processo de investigação, conforme exposto a seguir.

Os movimentos sociais, na contemporaneidade, tendem a atuar em redes de movimentos sociais, em espaços presenciais e digitais, o que “facilita” as comunicações entre os sujeitos e os próprios movimentos. Os três movimentos sociais de direitos humanos que fizeram parte dessa investigação são constituídos a partir de redes de movimentos sociais; logo, atuam desde uma lógica de rede. Este fato merece destaque porque as relações são mais

abertas, horizontalizadas e plurais no âmbito político social e cultural (ILSE SHERER-WARREN, 1997) e “tendem” a proporcionar um “lugar” de encontro de sujeitos coletivos/individuais (MARTÍN-BARBERO, 2009), direcionados para ações locais e globais em rede (entre diferentes movimentos sociais) por necessitarem ampliar a proposta de uma sociedade pautada na cultura de direitos humanos.

Percebemos que, através dos sites, os produtores de comunicação pretendem propor um meio alternativo aos meios hegemônicos, tornando públicas as propostas, reivindicações, lutas e ações dos movimentos sociais, incorporando outro elemento à lógica comunicativa: a política. O modo de trazer os assuntos relacionados à temática que está presente nos sites favorece e sugere a delimitação de outras mediações.

Dessa forma, a internet e seus usos e apropriações propiciam a convergência das redes de movimentos sociais para essa dimensão, configurando transformações nas formas do agir social, político, cultural e comunicacional e possibilitando: a) que outras vozes ganhem espaço em um processo de cidadania comunicativa; b) a expansão das fronteiras de atuação e assim a reconfiguração da capacidade de mobilização e de significação do coletivo, mesmo quando atuando de forma local; c) a apropriação de uma dimensão de resistência à mídia hegemônica, permitindo a veiculação de propostas de comunicação alternativa a partir da cultura de direitos humanos expressas no espaço público; d) o registro dos processos vivenciados nos espaços presenciais que possam servir de memória do movimento social.

Os sites dos movimentos sociais ganham uma significação importante devido à forma de conceber os espaços digitais, a partir da comunicação alternativa e da compreensão de cidadania como uma forma de expressão política, social, econômica e comunicacional, a fim de fazer circular a informação e dar visibilidade aos processos de lutas sócio-históricas numa determinada compreensão de sociedade e de mundo. Esses espaços podem ser compreendidos como um *espaço público* potencial para a diversidade criadora, na medida em que permitem uma *participação* democrática dos diversos campos sociais, na defesa dos interesses coletivos. Representam uma unidade geradora de sentidos, pois, em última instância, os sentidos socializados seguem sua própria lógica.

Entendemos que nem tudo é transparente nas práticas culturais que envolvem as novas tecnologias de comunicação e informação, porém a “sensação” da transparência é algo presente nos pressupostos em circulação nos sites analisados, principalmente quando, a partir desta “transparência” se busca a participação dos membros da rede em torno de uma cidadania comunicativa através dos seus próprios espaços comunicativos. A participação se dá muitas vezes de formas indiretas, por meio do envio das informações, textos, artigos, notas

de opinião, notícias, entre outros, ou na elaboração de conteúdo num coletivo que define “o que e como” será dito, numa proposta de processo democrático e de consenso existente nesses espaços coletivos.

Nesse sentido percebemos que os sites do *MNDH*, *DH Net* e *Conectas* são iniciativas voltadas para a informação e formação dos seus *internautas/cidadãos* porque, na essência, os conteúdos digitais disponibilizados são um meio de transmissão do pensamento, de concepções políticas e de uma cultura de direitos humanos, numa proposta de exercício da liberdade de expressão e de comunicação (cidadania comunicativa). Isso é critério básico para uma sociedade democrática, ao permitir o acesso à informação e aos direitos humanos e no que isso implica (VILLAFANE, 2009).

Entendemos que as configurações comunicativas dos sites – arquiteturas – não são apenas suporte para os conteúdos disponibilizados, mas traduzem uma lógica comunicacional, que para os movimentos sociais de direitos humanos investigados estão pautados em uma concepção política. As trocas, vivências, discussões e articulações acontecem com mais intensidade e força nos espaços presenciais, o que se evidencia fundamentalmente nos sites *MNDH* e *DH Net*. Esses dois movimentos sociais de direitos humanos, mesmo com relativa presença nas redes sociais digitais, não interagem com os membros destas redes. As dimensões digitais são utilizadas apenas para informar, comunicar, apresentar e referenciar os espaços presenciais. Dessa forma, é possível compreender, também, que há uma relação com a produção do conteúdo digital de primeira e segunda geração da internet, com a transposição dos materiais analógicos para a dimensão digital (principalmente no caso do *DH Net*).

Os sites ganham maior sentido no campo das disputas políticas, com potencial interativo e dinâmico, mas principalmente como disseminadores de ideias entre os membros do próprio movimento e suas redes de movimentos sociais (comunicação alternativa). O site da *Conectas* é o único a fazer uso das redes sociais no intuito de formar opiniões (e percebemos que isso está relacionado a um tipo de internauta que age e interage nas redes sociais). Já o site *DH Net* combina as estratégias políticas com os meios comunicativos (uso de vídeos, imagens, animações) por expressar as experiências de Roberto Monte⁸⁴, sendo o reflexo de um acúmulo prático dos meios. Esses meios, porém, são concebidos e estruturados numa perspectiva de consulta e não de interação entre os membros da rede. Observamos, também, que nenhum dos sites pesquisados consegue ter um nível de atuação de ampla e forte mobilização através de campanhas, ou outras ações, por meio digital.

⁸⁴ Roberto Monte é membro do Centro de Direitos Humanos e Memória Popular (CDHMP), idealizador e mantenedor do site *DH Net*.

Compreendemos que os movimentos sociais de direitos humanos investigados expõem no ciberespaço estratégias políticas de acordo com as concepções que criam de si, numa perspectiva de projeto de sociedade com justiça social, exercício da cidadania e democracia, entendendo que são dimensões de manifestações e de processos comunicativos cidadãos com presença e ação. Nesse contexto, ao se apropriarem e se capacitarem na formulação de estratégias e táticas comunicacionais, os *internautas/cidadãos* permitem a visibilidade, a ação no mundo, ganham voz e, assim, disputam e conquistam a produção de bens simbólicos, com possibilidade de intervenção nacional, estadual, regional e local. Em alguns casos, as ações de cada um desses movimentos sociais de direitos humanos podem cruzar e intercruzar o local e o global (MATA, 2004, 2006).

Nossas observações, explorações e experimentações nos sites pesquisados, relacionadas às falas dos entrevistados no que se refere aos registros e às dimensões em que são publicados os documentos, as notas de posicionamentos, entre outros, reforça a concepção do espaço como uma forma de “guardar” a memória dos movimentos sociais. Identificamos que a memória cultural é “considerada” em função da fragmentação dos temas ou da ausência de qualquer esforço reflexivo sobre seus registros. Parece-nos que nos documentos e registros dos movimentos sociais de direitos humanos investigados existe uma intenção de querer perpetuar para as futuras gerações a sua perspectiva, mas tal intencionalidade se apresenta consolidada em plataformas de visualização fragmentária (na mera transferência de uma lógica comunicativa analógica para uma dimensão digital, onde muitos conteúdos são textos “escaneados”, livros inteiros em arquivos PDF, ou em formatos semelhantes). Nesse sentido, o papel da memória cultural “não trabalha com informação pura, nem por linearidade acumulativa; articula-se à base de experiências e acontecimentos e, em vez de acumular, filtra e carrega. Não é a memória a que podemos recorrer, e sim aquela outra, de que somos feitos” (MARTÍN-BARBERO, 2009).

Por um lado, a função da memória trazida por Palácios (2003, 2005) para a produção do conteúdo digital é apropriada pelos espaços digitais *MNDH*, *DH Net* e *Conectas* e ressignificada e reelaborada numa função de memória cultural, em que as vivências de um coletivo não servem apenas para retratar, registrar e resgatar (ou apresentam a possibilidade de), mas “marcam” e fazem parte de um processo comunicacional que dá continuidade à construção das lutas e conquistas fundantes para o exercício da cidadania, por possibilitar a existência pública dos diferentes sujeitos—e em suas processualidades. Por outro lado, é possível pensar na categoria de comunicação cidadã dos movimentos sociais quando estamos diante de um site (artefato cultural) que, embora de maneira coletiva, não pressupõe laços

sociais entre os seus membros. No caso dos sites investigados, a quantidade da comunicação não é proporcional à qualidade da informação (MARTÍN-BARBERO, 2006, 2009).

Os movimentos sociais vivenciam a comunicação alternativa a partir da constituição dos seus espaços e processos comunicacionais e têm a possibilidade de ampliar esses processos através da cidadania comunicativa e da comunicação digital por permitirem articulações, convergências e tensionamentos, ao atuarem em rede em torno de pautas comuns. Ao articularem as ações que acontecem nos espaços presenciais com os espaços digitais, favorecem o exercício da cidadania comunicativa, em que os usos e apropriações dos meios de comunicação, sob a ótica de um processo comunicativo alternativo, possibilita o acesso democrático à comunicação. Em outras palavras, o *MNDH*, o *DH Net* e a *Conectas* oportunizam o acesso às concepções, manifestações, propostas políticas, sociais e culturais em seus sites a partir dos processos vivenciados no dia a dia da militância, possibilitando uma apropriação dos processos comunicativos através das lógicas estruturais do ciberespaço ao se posicionarem na sociedade e, assim, cumprem um importante papel na democratização da comunicação e da própria sociedade (CASTELLS, 2009, 2010; MATA, 2006; PERUZZO, 1998, 2003, 2009).

Não entendemos a internet como um espaço apenas de virtudes para os movimentos sociais de direitos humanos. Pensamos nela a partir de seu potencial para a comunicação cidadã, onde o espaço público é reinventado para o fortalecimento da cidadania e o direito à comunicação e à informação de uma forma democrática e participativa. Valorizamos, assim, as formas de comunicação alternativa sob o eixo da democracia, participação e justiça social. Compreendemos que as concepções dos sites dos movimentos de direitos humanos são construídas a partir da ideia de redes de movimentos sociais, que por si só não servem apenas para difundir conteúdos, formar ou sensibilizar pessoas quanto à pauta dos direitos humanos, mas constituem um *espaço público* que permite a participação dos *internautas/cidadãos*. Ao fazer parte da comunicação, na criação, sistematização, difusão, produção de conteúdos e nos demais mecanismos inerentes a esses processos comunicativos alternativos, possibilita uma cidadania comunicativa por viabilizar que os movimentos envolvidos sintam-se sujeitos produtores de comunicação e de transformação social.

Dessa forma, os sujeitos produtores de comunicação passam a compreender e incidir no mundo, na busca de assegurar os direitos humanos não apenas para si, mas para todas as pessoas. A comunicação alternativa e a cidadania comunicativa, para nós, estão em constante transformação, assim como a sociedade, os direitos humanos – que se ampliam – e a comunicação digital, principalmente no que se refere aos modos como são apropriadas para

que possam democratizar e ampliar a participação cidadã. E, nesse contexto, os movimentos sociais de direitos humanos têm papel fundamental como meio político na medida em que permitem democratizar, registrar e ampliar o acesso à comunicação, além de conscientizar, educar, politizar e mobilizar para o fato de que todos os seres humanos são dotados de direitos humanos.

As considerações sobre os processos comunicativos alternativos e de cidadania comunicativa, agregados aos processos de comunicação digital, apontam para características sobre esses espaços que derivam dos seus usos e das possibilidades de convergência, articulação e apropriação comunicacional, cultural e política entre os membros dos movimentos sociais de direitos humanos, *internautas/cidadãos*. Como assinala Castells (1997, s/n), é necessário “utilizar o enorme potencial da Internet, por exemplo, para reviver a democracia”.

A partir de uma navegação analítica nos sites, nos propusemos, neste trabalho, a encontrar algumas possibilidades conceituais. Os resultados apresentados indicam que nossas questões são pertinentes e, ao mesmo tempo, nos levam a compreender que o final de uma pesquisa não se apresenta como um ponto final, mas como ponto e vírgula. Ponto e vírgula que nos faz pensar que somente compreendendo as formas de mediação implicadas nas práticas contemporâneas, com as novas tecnologias de comunicação e informação, haverá a ruptura na continuidade do mundo concreto de comunicação não cidadã.

REFERÊNCIAS

ALVES, Luiz Roberto. *Tornar comum a cidadania: raízes antropológicas na vivência comunicativa*. In: COMPÓS, 2011.

AMARAL, Adriana. Autonetnografia e inserção online: o papel do “pesquisador-insider” nas práticas comunicacionais das subculturas da WEB. In: XVII COMPÓS. São Paulo: UNIP, jun. 2008.(a)

AMARAL, Adriana, *et al.* Netnografia como aporte metodológico da pesquisa em comunicação digital. *Comunicação cibernética*, n.20. Porto Alegre, Famecos/PUCRS, dez.2008 <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/famecos/article/view/4829/3687>.(b)

ARENDT, Hanna. *A condição humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 9ª. Edição, 1999.

BACHELARD, Gaston. *O racionalismo aplicado*. In: A Epistemologia. Lisboa: Edições 70, 1981, p. 113-141.

_____. *A epistemologia*. Lisboa: Edições, 1974.

BARRETO, Virgínia Sá. Reflexões teórico-metodológicas para a investigação das inter-relações entre jornalismo e cultura televisiva. In: MALDONADO, Alberto Efendy et al. *Metodologias de pesquisa em comunicação: olhares, trilhas e processos*. Porto Alegre: Sulinas, 2008.

BENEVIDES, Maria Victória de Mesquita. Cidadania e direitos humanos. In: CARVALHO, José S. e DUARTE, Clarice S. (org.) *Educação, cidadania e direitos humanos*. Petrópolis RJ: Vozes, 2004.

_____. *Direitos Humanos e Cidadania*. Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo. Disponível em www.iea.usp.br/artigos.

_____. *Cidadania e democracia*. Lua Nova [online]. 1994, n.33, pp. 5-16. ISSN 0102-6445 disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-64451994000200002&script=sci_abstract&tlng=pt

_____. *Educação para a democracia*. Lua Nova (online), 1996, n. 38, São Paulo. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-64451996000200011&script=sci_arttext

_____. *Os direitos humanos como valor universal*. Lua Nova, 1994, n.34, disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-64451994000300011&script=sci_arttext

_____. Direitos humanos: desafios para o século XXI. In: GOGOY, Rosa Maria de et al. *Educação em Direitos Humanos: fundamentos teóricos-metodológicos*. Brasília: Secretaria Especial de Direitos Humanos, 2010.

BAUER, Martin W; GASKELL, George. *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som*. Petrópolis: Vozes, 2002.

BOBBIO, Norberto. *A era dos direitos*. 8ª. Ed. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

_____. *O futuro da democracia em defesa das regras do jogo*. 5ª. Ed. Rio de Janeiro, RJ; São Paulo, SP: Paz e Terra, 1992.

BONIN, Jiani Adriana. Nos bastidores da pesquisa: a instância metodológica experienciadas nos fazeres e nas processualidades de construção de um projeto. In: MALDONADO, Alberto Efendy et al. *Metodologias de pesquisa em comunicação: olhares, trilhas e processos*. Porto Alegre: Sulinas, 2008.

BOURDIEU, Pierre; CHAMBOREDON, Jean-Claude; PASSERON, Jean-Claude. Epistemologia e metodologia; A ruptura; A construção do objeto. In: *O ofício do Sociólogo – Pressupostos Epistemológicos*. Petrópolis: Vozes, 1999, p. 9-72.

BRANDÃO, Adelino. *Os direitos humanos antologia de textos históricos*. São Paulo: Landy, 2007.

CABO, Ana Isabel. *Os novos movimentos sociais e os medias: os movimentos antiglobalização nas páginas do público*. Lisboa: Horizonte, 2008.

CASTELLS, Manuel. *O poder da Identidade*. São Paulo, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

_____. *A galáxia da Internet*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

_____. *A sociedade em rede*. 3.ed. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

_____. Inovação, liberdade e poder na era da informação. In: MORAES, Dênis. *Sociedade midiaticizada*. Rio de Janeiro: Mauad, 2006.

_____. *Comunicación y Poder*. Madri: Alianza Editora, 2010.

CASSIRER, Ernest. *El problema del conocimiento (Livro I)*. 5ª. Edição. México: Fondo de Cultura Económica, 1993.

CARBONARI, Paulo César. Sujeitos de direitos humanos. In: GOGOY, Rosa Maria de et al. *Educação em Direitos Humanos: fundamentos teóricos-metodológicos*. Brasília: Secretaria Especial de Direitos Humanos, 2010.

CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil – O longo caminho*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

CICONELLO, Alexandre. *Nota Técnica n.º 146*. Brasília: INESC, 2008. 8 p. Disponível em: <[http://www.dhnet.org.br/direitos/indicadores/sistema_br/inesc_nt_%](http://www.dhnet.org.br/direitos/indicadores/sistema_br/inesc_nt_%20prog_dh_br_indicadores.pdf)

[20prog_dh_br_indicadores.pdf](http://www.dhnet.org.br/direitos/indicadores/sistema_br/inesc_nt_%20prog_dh_br_indicadores.pdf)>. Acesso em: 03 dez. 2010.

CICONELLO, Alexandre; PIVATO, Luciana; FRIGO, Darci. Programa Nacional de Direitos Humanos: efetivar direitos e combater as desigualdades. *Revista Direitos*

CHERESKY, Isidoro. La ciudadanía y la democracia inmediata. CHERESKY, Isidoro (Comp.). *Ciudadanía, sociedad civil y participación política*. Buenos Aires: Mino y Dávila, 2006. P. 61-108.

COMPARATO, Fábio K. *A afirmação histórica dos Direitos Humanos*. São Paulo, SP: Cúria

Metropolitana de São Paulo, 1984.

DAGNINO, Evelina. Concepciones de la ciudadanía em Brasil: proyectos políticos em disputa. FERRY, Jean Marc. Las transformaciones de la publicidad política. In: FERRY, Jean-Marc; WOLTON, Dominique y otros. *El nuevo espacio público*. Barcelona: Gedisa, p. 13-27, 1992.

DALLARI, Dalmo de Abreu. A luta pelos direitos humanos. In: *Direitos Humanos em dissertações e teses da USP 1934-1999*. São Paulo, EDUSP, 2000.

_____. O Brasil rumo à sociedade justa. In: GOGOY, Rosa Maria de et al. *Educação em Direitos Humanos: fundamentos teóricos-metodológicos*. Brasília: Secretaria Especial de Direitos Humanos, 2010.

DUARTE, Clarice S (org.). *Educação cidadania e direitos humanos*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

DELEUZE, Gilles & GUATARRI, Felix: *Mil Platôs, Capitalismo e Esquizofrenia*, São Paulo, Editora 34, Volume 1, 2000.

ECO, Umberto. *Viagem na irrealidade cotidiana*. Rio do Janeiro: Nova Fronteira, 1984.

ESTALELLA, Adolfo; ARDÉVOL, Elisenda. Internet: instrumento de investigación y campo de estudio para la antropología visual. *Revista Chilena de Antropología Visual*. Santiago. n. 15. Ago 2010. p. 1-21

FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. *Direitos Humanos Fundamentais*. 9ª. Ed. São Paulo: Saraiva, 2007.

FERRY, Jean Marc. Las transformaciones de la publicidad política. In: FERRY, Jean-Marc; WOLTON, Dominique y otros. *El nuevo espacio público*. Barcelona: Gedisa, p. 13-27, 1998.

FRAGOSO, Suely, AMARAL, Adriana, RECUERO, Raquel. Abordagens Etnográficas. In: FRAGOSO, Suely, AMARAL, Adriana, RECUERO, Raquel. *Métodos de pesquisa para internet*. Porto Alegre: Sulina, 2011, p. 167-203.

FRAGOSO, Suely. MALDONADO. Efendy Alberto (Org). *A internet na América Latina*. Porto Alegre: Sulinas, 2009.

FOLETTTO, Rafael. Na Trilha de Lugo: construindo processualidades metodológicas para investigar as representações do presidente paraguaio nas revistas semanais brasileiras. In: MALDONADO, Alberto Efendy et al. *Metodologias de pesquisa em comunicação: olhares, trilhas e processos*. 2ª. Edição. Porto Alegre: Sulinas, 2011.

GARCÍA CANCLINI, Néstor. *Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade*. 4. ed. São Paulo: Edusp, 2008.

_____. Notícias recientes sobre la hibridación. *Revista Transcultural de Música* Iztapalapa, México, 2003. Disponível em:
<http://www.sibetrans.com/trans/trans7/canclini.htm#_ftn1>.

_____. *Consumidores e cidadãos: conflitos multiculturais da globalização*. 2. ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 1996.

GARRETÓN, Manuel. Democracia, ciudadanía y medios de comunicación: um marco general. In: ALFARO, María. *Los medios: nuevas plazas para la democracia*. Lima: Calandria, 1995.

_____. *La transformación de la acción colectiva em América Latina*. Revista de la CEPAL. n. 76, p. 7-24, 2002.

_____. Sociedad civil y ciudadanía em la probelmática latinoamericana actual. CHERESKY, Isidoro (Comps.). *Ciudadanía, sociedad y participación política*. Buenos Aires: Mino y Dávila, p. 45-60, 2006.

GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Guanabara-Koogan, 1989.

GIL, Antônio Carlos, *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 6ª. Ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOHN, Maria da Glória. *Teorias dos Movimentos Sociais: Paradigmas Clássicos e Contemporâneos*. São Paulo: Loyola, 1997.

_____. *Movimentos sociais e educação*. São Paulo: Cortez, 1982.

Guia de Direitos Humanos: Fontes para jornalistas. São Paulo: Conectas Direitos Humanos, ANDI, UNESCO, Secretaria Especial de Direitos Humanos, 2003.

GUBER, Rosana. *El salvaje metropolitano: reconstrucción del conocimiento social en el trabajo de campo*. Buenos Aires: Paidós, 2004.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*. Vol. 5. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

HALL, Stuart. A questão multicultural e Quando foi o pós-colonial, in S.Hall, *Da Diáspora: identidades e mediações culturais*. Belo HorizonteBrasília: Editora: UFMGUNESCO, 2003.

HOPENHARY, Martín. *América Latina desigual y descentralizada*. Buenos Aires: Grupo Editorial Norma, 2006.

HUERGO, Jorge. Reflexiones sobre la formación ciudadana en la sociedad de la información. In: *Democracia y ciudadanía en la sociedad de la información: desafíos y articulaciones regionales*. Córdoba: Escuela de Ciencias de la Información – UNC, 2005.

KYMLICKA, W.;WAINE, N. *El retorno del ciudadano: una revisión reciente en teorías de la ciudadanía*. Revista la Política. n. 3, p. 5-40, 1997.

KOSIK, Karel. *Dialética do Concreto*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

HINE, Cristine. Los objetos virtuales de la etnografía. In: HINE, Cristine. *Etnografía virtual*. Barcelona: UOC, 2004, p. 55-83.

LACERDA, Juciano de Souza. Caminhos labirínticos para pensar os objetos tecnoinfomacioanis. In: MALDONADO, Alberto Efendy et al. *Metodologias de pesquisa em comunicação: olhares, trilhas e processos*. 2ª. Edição. Porto Alegre: Sulinas, 2011.

_____. El camino se hace al andar: una propuesta metodológica de la Webgrafía. In: PADILLA FERNANDEZ, Adrián; MALDONADO, Alberto Efendy. *Metodologías Transformadoras – Tejido la Red en Comunicación, Educación, Ciudadanía e Intergración en América Latina*. Caracas: Fondo editorial CEPAT: UNESR, 2009.

_____. El proceso de digitalización y la Sociedad de la Información. In: MALDONADO, A. Efendy; VALAREZO, Alberto Pereira. *Investigación de la Comunicación en América Latina*. Quito: Fondo Editorial FACSO-UCE, 2010.

LEMOS, André. Cibercultura. Alguns pontos para compreender a nossa época. In: LEMOS, André; CUNHA, Paulo (Orgs.). *Olhares sobre a cibercultura*. Porto Alegre: Sulina, 2003.

LEÓN, Osvaldo. Por uma agenda social da comunicação. In: MORAES, Dênis de. *Por uma outra comunicação: mídia, mundialização da cultura e poder*. Rio de Janeiro: Record, 2003.

LEVY, Pierre. Pela Cibercidadania. In: MORAES, Dênis de. *Por uma outra comunicação: mídia, mundialização da cultura e poder*. Rio de Janeiro: Record, 2003.

LOPES, Maria Immacolata. *Pesquisa em comunicação*. São Paulo: Loyola, 2001.

MALDONADO. Efendy; VALAREZO, Alberto Pererira (Org). *Investigación em América Latina*. Quito: Fondo Editorial FACSO-UCE, 2010.

MALDONADO, Efendy. A perspectiva transmetodológica na conjuntura de mudança civilizadora em início do século XXI. In: MALDONADO, A.E.; BONIN, J.; ROSÁRIO, Nísia (Org.). *Perspectivas metodológicas em comunicação: desafios na prática investigativa*. João Pessoa: Editora UFPB, 2008, p.27-54.

_____. Práxis teórico metodológico na pesquisa. In: MALDONADO, A.E. et. al. *Metodologias de pesquisa em comunicação – Olhares, trilhas e processos*. Porto Alegre: Sulina, 2006, p.271-294.

MALDONADO, Efendy. *Produtos midiáticos, estratégias e recepção – a perspectiva transmetodológica*. In: revista Ciberlegenda, UFF, n° 9, 2002.

MANUAL DE MÍDIA E DIREITOS HUMANOS. Consórcio Universitário pelos Direitos Humanos (Org.). São Paulo, 2001. (disponível em http://www.dhnet.org.br/dados/manuais/dh/br/manual_midiadh/).

MARTÍN-BARBERO, Jesús. *Tecnicidades, identidades, alteridades: mudanças e opacidades da comunicação no novo século*. In: MORAES, Denis de. (org.). *Sociedade Midiatizada*. 6ª. Edição. Rio de Janeiro: Mauad, 2006, p.51-79.

_____. *Dos meios às mediações: Comunicação, cultura e hegemonia*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.

_____. Políticas de la comunicación y la cultura: claves de la investigación. Documentos CIDOB. *Dinámicas Interculturales*, 11. Barcelona: Fundación CIDOB/Cátedra UNESCO de Comunicación (InCom-UAB), 2008.

_____. Autopercepción intelectual de un proceso histórico.

MATA, Maria Cristina. Interrogaciones sobre el público. In: LOPES, Maria Immacolata; FUENTES NAVARRO, Raúl (Comps.). *Comunicación, campo y objeto de estudio*. Perspectivas reflexivas latinoamericanas. México: Iteso, 2001.

_____. Comunicación, ciudadanía poder. Pistas para pensar su articulación. *Diálogos de la comunicación*. Lima, n. 64, p. 65-76, 2002.

_____. et al. *Condiciones objetivas y subjetivas para El desarrollo de la ciudadanía comunicativa*. Córdoba: Centro de Competência em Comunicação para América Latina, 2005.

_____. Comunicação y ciudadanía: problemas teóricos: pláticos de su articulación. *Fronteiras – Estudos Midiáticos*. São Leopoldo, v. 8, n. 1, p. 5-15, jan-abr, 2006.

_____; CÓRDOBA, Liliana. Cidadanía, información y acción coletiva: variaciones em torno a um vínculo. *Anales do Primer Congreso Nacional Protesta Social, Acción Colectiva y Movimientos Sociales*. Buenos Aires, marzo, 2009.

MATTELART, Armand; MATTELART, Michèle. *Pensar as mídias*. São Paulo: Loyola, 2004.

_____. *História das Teorias da Comunicação*. São Paulo: Edições Loyola, 2000.

MELO, Milena Petters. Direitos Humanos e Cidadania. In: LUNARDI, Giovani; SECCO, Márcio (Org). *Fundamentação Filosófica dos Direitos Humanos*. Florianópolis: Editora da UFSC, 2010.

MENDONÇA, Maria Luisa Martins de (Org). *Mídia e diversidade cultural: experiências e reflexões*. Brasília: Casa das Musas, 2009.

MIELNICZUK, Luciana. *Sistematizando alguns conhecimentos sobre jornalismo na web*. Disponível em www.ufrgs.br/gtjornalismocompos/doc2003/mielniczuk2003.doc

_____. *Características e Implicações do Jornalismo na WEB*, trabalho apresentado no II Congresso da SOPCOM, Lisboa, 2001.

MONTARDO, S, PASSERINO, L. *Espelhos Quebrados no Ciberespaço: Implicações de redes temáticas em blogs na Análise de Redes Sociais (ARS)*. In: Compós 2008.

_____. *Redes temáticas e Biosociabilidade Online*. In: Compós, 2009.

MORAES, Dênis de. Comunicação virtual e cidadania: movimentos sociais e políticos na internet. In: *Revista Brasileira de Ciências da Comunicação*. Vol. XXIII, n.2, julho/dezembro de 2000, p. 142-155.

_____. *O concreto e o virtual: mídia, cultura e tecnologia*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

_____. O capital da mídia na lógica da globalização. In: MORAES, Dênis de et al. *Por uma outra comunicação: mídia, mundialização cultural e poder*. Rio de Janeiro: Record, 2003.

_____. (Org). *Sociedade Midiatizada*. Rio de Janeiro: Mauad, 2006.

NORRIS, Christopher. A título de resposta: verdade, conhecimento e o credo de Rumsfeld. In: Ch. Norris, *Epistemologia: Conceito-chave em filosofia*. Porto Alegre: Artmed, 2006, p. 31.58.

PADILLA FERNANDÉZ, Adrián; MALDONADO, Efendy (Org). *Metodologías Transformadoras – Tejiendo la red em comunicación, educación, ciudadanía y integración en América Latina*. Caracas: Fondo editorial CEPAP: UNESR, 2009.

PALACIOS, Marcos; MIELNICZUK, Luciana; BARBOSA, Suzana; RIBAS, Beatriz e NARITA, Sandra. Um Mapeamento de Características e Tendências no Jornalismo Online

Brasileiro e Português, in: Comunicarte, Revista de Comunicação e Arte, vol 1, n.2, Universidade de Aveiro, set. 2002, disponível online em: <http://www.facom.ufba.br/jol/index.htm>.

PALÁCIOS, Marcos. Ruptura, Continuidade e Potencialização no Jornalismo Online: o lugar da memória. In: MACHADO, Elias; PALÁCIOS, Marcos (Org). *Modelos de Jornalismo Digital*. Salvador: Editora Calandra, 2003.

PASQUINO. Gianfranco et al. *Dicionário de Política*. 5ª. Edição. Brasília: Universidade Nacional de Brasília, 2000, volume 2.

PEREIRA. Felipe Ferraz Memoria. *Usabilidades de Interfaces e Arquitetura da Informação: navegação estrutural*. Disponível em http://www.fmemoria.com.br/artigos/nav_estr.pdf

PERUZZO, Cicília Krohling. *Comunicação no movimentos populares: a participação na construção da cidadania*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

_____. *Revisitando os conceitos de Comunicação Popular, Alternativa e Comunitária*. In: Intercom, 2006.

_____. *Movimentos sociais, cidadania e o direitos à comunicação comunitária nas políticas públicas*. In: Maria Luísa Martins Mendonça (org.). *Mídia e diversidade cultural*. Brasília: Casa das Musas, 2009.

_____. *Comunicação Comunitária e Educação para a cidadania*. Disponível em <http://www2.metodista.br/unesco/PCLA/revista13/artigos%2013-3.htm>.

_____. (Org). *Vozes Cidadã: aspectos teóricos e análise de experiências de comunicação popular e sindical na América Latina*. São Paulo: Angellara Editora, 2004.

POSTER, Mark. Cidadania, mídia digital e globalização. In: MORAES, Denis de. *Por uma outra comunicação*. Rio de Janeiro: Record, 2003.

ROCKWELL, E. Etnografia e teoria na pesquisa educacional. In: Ezpeleta, J. & Rockwell, E. *Pesquisa Participante*. São Paulo: Cortez, 1986.

_____. *Reflexiones sobre el proceso etnográfico*. México: DIE/CINVESTAV, IPN, 1987.

SÁ, Simone Pereira de. *Netnografia nas redes digitais*. In: X COMPÓS. Brasília: UnB, 2002.

SADER, Emir. Contexto histórico e educação em direitos humanos no Brasil: da ditadura à atualidade. In: GOGOY, Rosa Maria de et al. *Educação em Direitos Humanos: fundamentos teóricos-metodológicos*. Brasília: Secretaria Especial de Direitos Humanos, 2010.

SALLET, Ingo. *A eficácia dos direitos fundamentais*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1998.

SANDI, André Quiroga. *Cenários e adaptações das organizações ao Second Life*. Tese (doutorado) - Universidade do Vale do Rio dos Sinos. São Leopoldo: 2009.

SANTAELLA, Lucia. *Comunicação e pesquisa: projetos para mestrado e doutorado*. São Paulo: Hacker, 2001.

SANTOS, B. de Sousa. *Para uma epistemologia do Sul*. In: Boaventura de Sousa Santos. *A gramática do Tempo: para uma nova cultura política*. Porto: Edições Afrontamento, 2006, p. 75-153.

SANTOS, Milton. *A Natureza do Espaço: Técnicas e Tempo, Razão e Emoção*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002.

SEGURA, Soledad. *Procesos políticos y comunicacionales en Latinoamérica en los 50 años*. In: *Perspectivas de la Comunicación*, No 1, Vol. 1, Maestría en Ciencias de la Comunicación, Universidad de la Frontera, Chile, 2008.

_____. *Las esferas públicas como lugares de disputa: Una relectura de Fraser desde las teorías y prácticas de la comunicación en Latinoamérica*. In: Publicado en: MOREY, Patricia y BORJA, Adriana (edits.) *Teoría social y género. Polémicas en torno al modelo teórico de Nancy Fraser*. Buenos Aires: Catálogos, 2010.

SILVA JUNIOR, José Afonso. *Entre paliativos e escapismos: usos e apropriações da hipermídia, com um relato de pesquisa no jornalismo online*. In: *Pauta Geral*, ano 9, n.4, Ed. Calandra, 2002.

SILVEIRA, Sérgio Amadeu (Org.). *Cidadania e Redes Sociais*. São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil: Maracá, 2010.

_____. *Convergência digital, diversidade cultural e esfera pública*. In: PRETTO, Nelson De Luca. SILVEIRA, Sérgio Amadeu da (Org.). *Além das redes de colaboração: internet, diversidade cultural e tecnologias do poder*. Salvador: EDUFBA, 2008.

SOUSA, Pedro Jorge. *Os Novos Meios Eletrônicos em Rede*. In: <http://bocc.ubi.pt/sousa-pedro-jorge-jornalismo-on-line.html>

SUZINA, Ana Cristina. *Cidadania Alternativa na Comunicação: Rede Brasileira de Comunicadores Solidários à Criança*. In: PERUZZO, Cicilia M. Krohling (Org.). *Vozes Cidadãs*. São Paulo: Angellara Editora, 2004.

STOCKINGER, Gottfried. *Para uma Sociologia da Comunicação*. 2001. Disponível em www.facom.ufba.br/ciberpesquisa

SCHERER-WARREN, Ilse. *Cidadania sem fronteiras: ações coletivas na era da globalização*. São Paulo: Hucitec, 1999.

_____. *Redes de movimentos sociais*. São Paulo: Ed. Loyola, 1996.

_____. *Das mobilizações às redes de movimentos sociais*. *Sociedade e Estado*. Brasília, vol. 21, n°1, p. 109-130, 2006. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922006000100007&lng=en&nrm=iso%22

SCHWINGEL, C. *Metodologias de Pesquisa de Arquitetura da Informação no Ciberjornalismo brasileiro*. In: *Colóquio Internacional Brasil-Espanha sobre Cibermeios*. Salvador, 2007.

SYMONEDES, Janusz (org.). *Direitos Humanos – novas dimensões e desafios*. Brasília: UNESCO, Secretaria Especial de Direitos Humanos, 2003.

TAYLOR, S.J; BOGDAN, R. *Introducción a los métodos cualitativos de investigación*. Barcelona: Ediciones Paidós Ibérica, 1998.

TOURAINÉ, Alain. Os movimentos sociais. In: FORACHI, Marialice Mencarini; MARTINS, José de Souza (Org). *Sociología e Sociedade: lecturas de introdução à sociología*. Rio de Janeiro: LTC, 1977.

_____. *Podemos vivir juntos?*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

_____. Movimentos sociais e ideologias nas sociedades dependentes. In: Albuquerque, J. A. G. (Org.). *Classes médias e política o Brasil*. Rio de Janeiro: Terra e Paz, 1977.

VILLAFANES, Miguel Julio Rodriguez. *Los Fines Justifican los Medios: radiodifusión cooperativa y mutual Acceso a las licencias, derechos, historia y lucha*. Buenos Aires: Paraná, 2009.

VIOLA, Solon. *Direitos Humanos e democracia no Brasil*. Tese de Doutorado no Programa de Pós-Graduação em História, UNISINOS, São Leopoldo, 2005.

_____. Direitos Humanos no Brasil: abrindo portas sob a neblina. In: GOGOY, Rosa Maria de et al. *Educação em Direitos Humanos: fundamentos teóricos-metodológicos*. Brasília: Secretaria Especial de Direitos Humanos, 2010.

VIVARTA, Veet. *Mídia e Direitos Humanos*. Brasília: ANDI, UNESCO, Secretaria Especial de Direitos Humanos, 2006.

WALLERSTEIN, Immanuel; Prigogine, Ilya; LECOURT, Dominique, et. al. A construção histórica das ciências sociais, do século XVII até 1945; Os grandes debates no interior das ciências sociais de 1945 até o presente. In: Wallerstein, et al. *Para abrir as ciências sociais*. São Paulo: Cortez, 1996, p 13-101.

WYNKIN, Yves. *A nova comunicação: Da teoria ao trabalho de campo*. Campinas, SP: Papirus, 1998.

WOLTON, Dominique. *Internet et après: une theorie critique des nouveaux médias*. Paris: Flammarion, 1999.

_____. La Comunicación política: construcción de un modelo. In: FERRY, Jean-Marc; WOLTON, Dominique y otros. *El Nuevo Espacio Público*. Barcelona: Gedisa, 1998.

APÊNDICE A – ROTEIRO PARA ENTREVISTA DOS PRODUTORES DE COMUNICAÇÃO, INTERNAUTA/CIDADÃO APLICADO

A) Estrutura da organização não-governamental

1. Como surgiu o movimento social (em seu contexto social e político)?
2. Como se organiza junto as organizações de direitos humanos da rede?
3. Quais são as pautas/lutas do movimento? E como se organiza o trabalho?
4. Qual o entendimento de direitos humanos do movimento?
5. Como se dão as questões locais em relação as pautas nacionais?
6. Como a organização se mantém (projetos, convênios, organismos internacionais)?

B) Contexto comunicacional

1. De que forma as lógicas de funcionamento da internet potencializam e/ou limitam as ações do movimento de direitos humanos?
2. Como se constroem as propostas/lógicas comunicacionais do site do MNDH/DH Net e Conectas?
3. Quem são as pessoas e/ou organizações que contribuem com a produção do conteúdo?
4. Quais são os espaços de interação presentes no site? Como você percebe essa inter-relação com os internautas?
(em caso negativo, como e onde você percebe que ocorrem essas interações entre os membros da rede?)
5. Onde se dão as interações nas redes de direitos humanos, fora do site, mas em ambiente digital?
6. Como você percebe que as informações veiculadas no site impactam na opinião da sociedade e dos membros da rede?
7. De que forma o site viabiliza práticas de uma cultura de direitos humanos e de uma cidadania comunicativa?